



Universidade De Brasília
Instituto De Ciências Humanas
Departamento De Geografia

Samara Mineiro Oliveira

**FORMAÇÃO DAS FRONTEIRAS BRASILEIRAS:
UMA ABORDAGEM GEO-HISTÓRICA**

Brasília (DF)

Junho, 2015



Universidade De Brasília
Instituto De Ciências Humanas
Departamento De Geografia

Samara Mineiro Oliveira

FORMAÇÃO DAS FRONTEIRAS BRASILEIRAS: UMA ABORDAGEM GEO-HISTÓRICA

Monografia apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr.a Glória Maria Vargas Lopez de Mesa

Brasília (DF)

Julho, 2015



Samara Mineiro Oliveira

FORMAÇÃO DAS FRONTEIRAS BRASILEIRAS

Monografia apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Geografia.

Banca Examinadora:

Prof. Dr.a Glória Maria Vargas Lopez de Mesa – GEA / UnB

Prof.a Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho – GEA / UnB

Prof. Dr.a Shadia Husseini de Araújo – GEA / UnB

Aprovado em: ___/07/2015

Brasília, ___ de Julho de 2015.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar a Deus, que me deu forças para persistir durante toda a graduação, sempre forte e determinada.

Depois, gostaria de agradecer a minha orientadora, Glória, por ter me ajudado quando mais precisei. Pela orientação, dedicação e cuidado que apresentou durante não apenas a elaboração desse trabalho, mas também nas disciplinas ministradas no decorrer da graduação.

Aos meus pais pelo apoio incondicional, carinho e amor infinito no decorrer de toda minha trajetória, possibilitando não apenas meu ingresso, mas também minha permanência na Universidade. Aos meus irmãos, especialmente a Sinara que esteve comigo, me dando força durante meus momentos de angústia, além de me motivar e nunca deixar que eu desistisse ou desanimasse.

Ao corpo docente do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, que esteve comigo na minha trajetória acadêmica, me ensinando e auxiliando minha formação. Gostaria de agradecer, em especial, a professora Marília, por ajudar no meu crescimento como pesquisadora, pelas conversas e ensinamentos durante os últimos anos da graduação. Aos professores Fernando e Everaldo, que devido a sua dedicação e compromisso com o conhecimento geográfico me inspiraram a ir sempre em busca de novos saberes.

Aos amigos que conquistei ao longo da graduação, especialmente a Stéfany, que esteve comigo ao longo de toda essa jornada, dividindo as mesmas angústias, preocupações, alegrias e crescimento. Também gostaria de agradecer a Jéssica, Vinícius, Erick, Eduardo, Krishna, Mônica, Mércia e Ludmila, por estarem comigo durante toda a graduação, sempre dispostos a me ajudar, a me ouvir, a dividir suas experiências e ensinamentos. Vocês fizeram da minha graduação uma experiência única, sempre acrescentando mais cor aos meus dias.

RESUMO

A fronteira é uma formação histórica. Assim, para que se apreenda sua dinâmica é necessário compreender sua trajetória no tempo e nesse sentido a análise geo-histórica é essencial. Nesse trabalho alia-se à análise histórica a territorial para que, desse modo, possa ser compreendida a consolidação e expansão das fronteiras brasileiras. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica na Geografia e na História, para que assim se compreendesse esse processo. Assim, averiguou-se quais foram os principais agentes da expansão territorial brasileira e a sua influência na consolidação dos novos territórios incorporados a colônia portuguesa. Os movimentos bandeirantes, entradista e monçoeiro foram precursores na expansão das fronteiras, levando a ocupação de territórios muito além dos estipulados pelo Tratado de Tordesilhas. Constata-se que para que esses territórios fossem consolidados, a exploração do ouro, a catequização dos índios e a criação de gado se caracterizaram como atividades essenciais. Além disso, no século XVIII a Coroa Portuguesa passa a agir de forma a defender os territórios conquistados, especialmente nas regiões de fronteira. Esse trabalho se debruça sobre esse processo geo-histórico, para, a partir dele, compreender a formação e consolidação das fronteiras do Brasil.

Palavras-chave: Fronteiras, Fronteiras do Brasil, Território, Bandeirantes, Entradas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1. FRONTEIRAS E FORMAÇÃO TERRITORIAL COLONIAL.....	6
1.1. Discussão teórica sobre fronteiras	7
1.2. Colonização e formação territorial colonial do Brasil.....	13
2. OCUPAÇÃO TERRITORIAL E EXPANSÃO DAS FRONTEIRAS PELOS COLONIZADORES: O CASO DAS BANDEIRAS E ENTRADAS	19
2.1. Entradas e bandeiras	23
3. A MINERAÇÃO E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A CONSOLIDAÇÃO E EXPANSÃO DAS FRONTEIRAS BRASILEIRAS.....	27
3.1. Minas Gerais	28
3.2. Goiás	34
3.3. Mato Grosso.....	42
3.4. Território Amazônico	50
3.4.1 ... O caso do Acre.....	56
3.5. As fronteiras do sul do país	61
4..... TRATADOS INTERNACIONAIS DE CONSOLIDAÇÃO DAS FRONTEIRAS DO BRASIL	67
4.1. Tratados e acordos no período colonial	67
4.2. Tratados e acordos no período da monarquia e da república velha.....	78
5..... CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	93

LISTA DE FIGURAS

Figura 1– Representação do Tratado de Tordesilhas 1494	3
Figura 2 – Representação da divisão do Império Romano	8
Figura 3 – Representação da Muralha da China	8
Figura 4 – Representação das fronteiras do Império Inca	9
Figura 5 – Representação das Primeiras Capitânicas Hereditárias criadas no Brasil	16
Figura 6 – Rede urbana, viária e fluvial que irradiava a partir da Cidade de São Paulo	22
Figura 7 – Diferença entre Bandeirismo e Entradismo	25
Figura 8 – Mapa da Capitania de Minas Gerais	34
Figura 9 – Ilustração do Rio Vermelho, Vila Boa e os Arraiais em sua área	36
Figura 10 – Mapa ilustrativo com a localização de Vila Boa em relação ao Tratado de Tordesilhas	37
Figura 11 – Mapa da Situação política da América portuguesa: ao centro e à esquerda, as Capitânicas de Goiás e Mato Grosso	41
Figura 12 – Mapa com a delimitação das capitânicas do Brasil no século XIX	43
Figura 13 – Mapa com as Vilas e Fortes fundados por ordem de Portugal na fronteira Oeste entre 1750 e 1800	44
Figura 14 – Mapa com as rotas das monções cuiabanas	45
Figura 15 – Ilustração com a localização da Colônia de Sacramento, Cuiabá e Potosi	49
Figura 16 – Mapa com as regiões de domínios dos jesuítas	56
Figura 17 – Mapa com os limites do Acre	61
Figura 18 – Mapa com a localização da Colônia de Sacramento	65
Figura 19 – Mapa com as regiões do império espanhol com povoados construídos pelos jesuítas	67
Figura 20 – Tratado de Madri	70
Figura 21 – Mapa dos fortes que balizaram as fronteiras no Tratado de Madri	73
Figura 22 – Mapa com a localização das fortificações setecentistas	74
Figura 23 – Mapa com as principais atividades econômicas do Brasil colônia	76
Figura 24 – Mapa com a delimitação dos reinados do período colonial e das fronteiras do Brasil	82
Figura 25 – Mapa com o território requerido pela Argentina	86
Figura 26 - Figura 26: Mapa com o território requerido pela França	87
Figura 27 – Mapa com as revoltas do Brasil Republicano	88

INTRODUÇÃO

As grandes navegações, que tiveram seu início no século XV, foram um marco na história do desenvolvimento social, econômico e territorial do mundo. Durante esse período o capitalismo, em sua forma mercantilista, começa a se desenvolver e se expandir. As grandes potências navais da época, principalmente Portugal, Espanha, Holanda, Grã-Bretanha e França, disputavam entre si melhores e mais eficientes meios de expansão de suas atividades comerciais. Por conta disso, nesse momento, as atividades mercantis tiveram mais destaque, especialmente o comércio de especiarias com a China e a Índia.

É nesse contexto que ocorreram às colonizações de outros territórios além da Europa. Já ocorria atividade colonial quando os europeus chegaram à América, pois diversos países da Europa exploravam terras fora do seu continente. Portugal por exemplo, já possuía como colônia a ilha da Madeira, adquirida em 1418, e o arquipélago de Açores, conquistado em 1427, ambos localizados no Oceano Atlântico.

Cristóvão Colombo, um jovem nascido na cidade de Gênova em 1451, teria feito uma proposta a D. João II¹ (não se sabe exatamente a data, mas estimasse que tenha sido em 1483 ou 1484), “de chegar ao oriente navegando para o ocidente” (GOES, 1991). O rei português, não crendo muito na figura de Colombo, passou a proposta a uma comissão de entendidos, que se mostrou contrária ao financiamento da viagem. Ele não desistiu e foi a Espanha expor seu plano aos reis Fernando e Isabel, os quais também designam o pedido a uma comissão de entendidos que, igualmente, acreditavam ser impossível a concretização dos planos de Cristóvão. Os reis espanhóis, apesar de negarem o financiamento, deram esperanças de que no futuro fossem subsidiados os planos do navegante, o que fez com que ele permanecesse na Espanha. Passados pouco tempo da decisão da comissão, os reis da Espanha resolveram contrariar suas recomendações e financiaram a proposta do aventureiro (GOES, 1991).

E foi assim que em 1492 o navegante Cristóvão Colombo realizou uma das maiores descobertas do século, que influenciaria as diretrizes do mundo capitalista a partir de então: a América. É notável que antes da chegada dos europeus, este continente já era habitado por seres humanos, os quais possuíam os mais variados graus de organização. Porém, com a chegada dos europeus, iniciou-se uma nova ordem de ocupação e utilização do território, e a colonização do mesmo.

Ao retornar a Europa, Colombo teve que aportar em Lisboa, capital de Portugal,

¹ Rei de Portugal

devido ao mal tempo. Foi quando ele ouviu de D. João II que as terras descobertas pertenciam a Portugal, devido ao Tratado de Alçáçovas, assinado em 1479. Nele, os portugueses desistiam das Canárias, mas passavam a ter direito sobre qualquer terra descoberta ao sul desse arquipélago. Porém, não seria plausível considerar as terras onde Colombo havia chegado sob regência desse tratado, pois as ilhas do Caribe, apesar de localizadas ao sul de Canárias, não se encontravam próximas a África. Mas essa ação do rei português mostra o interesse da Coroa lusitana, desde a descoberta, pelas terras no novo continente. Para aumentar a força das palavras ditas a Colombo, o rei começou a formar uma frota armada com o objetivo de tomar posse das terras. Somente a notícia de que essa frota estava sendo formada, fortaleceu a posição de Portugal nas negociações para a divisão das fronteiras do novo continente, entre os reinos português e espanhol (GOES, 1991).

Graças às questões internas, a Espanha não queria correr o risco de enfrentar uma guerra contra Portugal, o que fez com que os espanhóis aceitassem negociar com os portugueses. Por isso, chegaram a um consenso entre ambas as coroas, mesmo que isso tenha significado perdas significativas ao governo castelhano. Surge assim o primeiro passo para a consolidação das fronteiras do continente: o Tratado de Tordesilhas, realizado em junho de 1494, o qual dividia as terras americanas entre a Espanha e Portugal. Nele foi acordado que todas as terras localizadas a oeste do meridiano que passa 370 léguas a oeste de Cabo Verde eram da Espanha e as que se encontravam a leste eram de Portugal (Figura 1). O tratado, por sua vez, era impreciso, pois além de não definir quais tipos de léguas se tratava, ele não indicava a partir de qual das ilhas do Arquipélago de Cabo Verde deveriam ser contadas as 370 léguas (GOES, 1991). Essa imprecisão ocorreu, em grande medida, por falta de conhecimento dos europeus dos fatores físicos do continente, especialmente seu real tamanho. Mas a assinatura desse acordo comprova que, desde que os europeus tomaram conhecimento da existência do continente americano, eles se preocuparam com a demarcação das suas fronteiras. Estas fronteiras delimitariam o território colonial de cada reino, mesmo desconhecendo-se seu tamanho e sua forma.

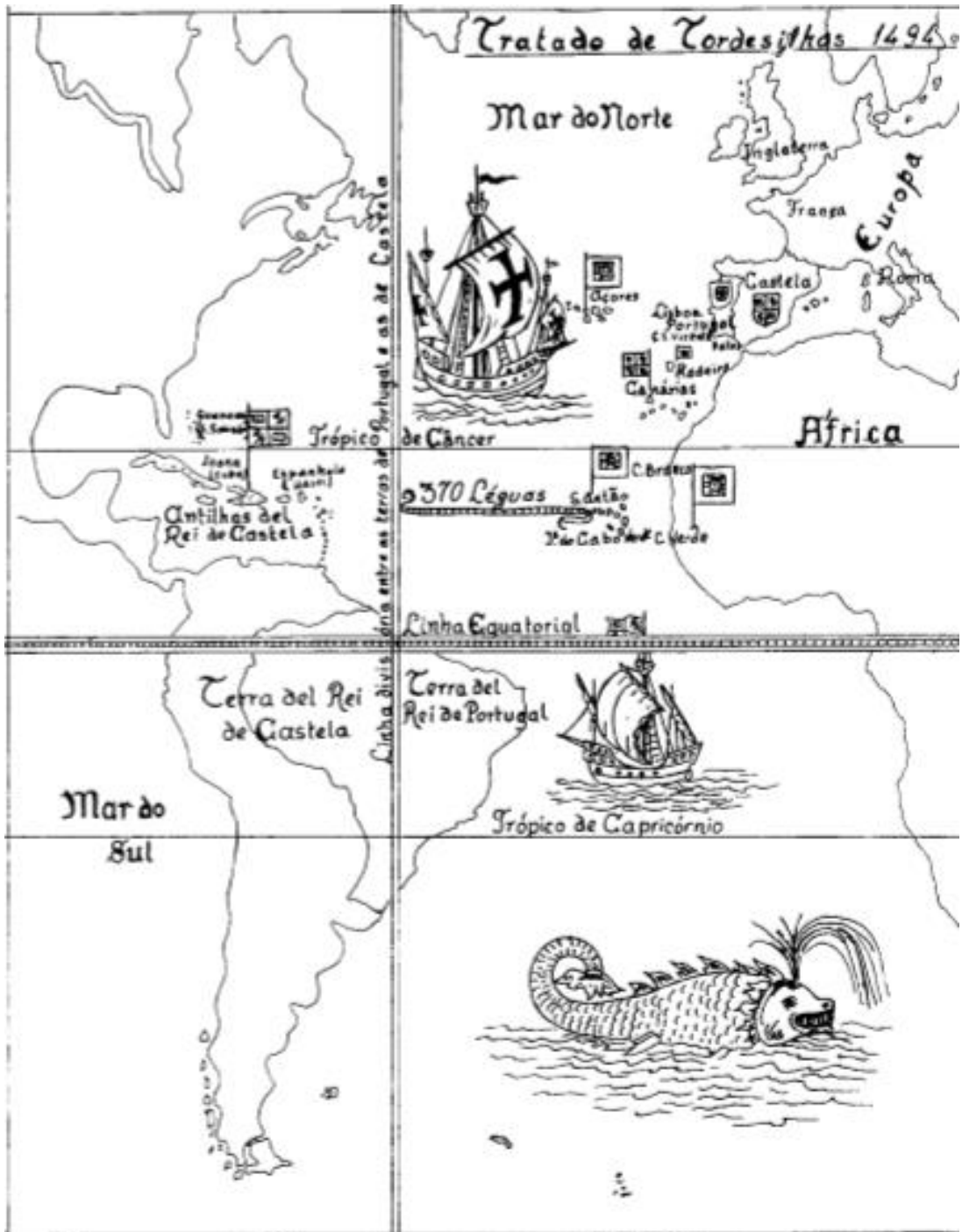


Figura 1: Representação do Tratado de Tordesilhas 1494. Fonte: GOES

De fato, o que inicialmente guiou a ocupação do território brasileiro e a consolidação das suas fronteiras foi o Tratado de Tordesilhas. Contudo, sabe-se que os limites do Tratado de Tordesilhas não foram consolidados. Sendo assim, este trabalho tem como objetivo geral compreender o processo de consolidação das fronteiras brasileiras e identificar as suas principais causas. Os objetivos específicos são: explicar como ocorreu a expansão das fronteiras brasileiras para além dos limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas; apontar

como os fatores físicos, políticos, econômicos e sociais do continente auxiliaram os colonizadores portugueses a penetrar cada vez mais no território e, expandi-lo, redefinido assim as suas fronteiras; e, por fim, caracterizar como ocorreu a consolidação das fronteiras brasileiras com os países contíguos.

As perguntas que orientaram este trabalho foram: Como ocorreu a formação das fronteiras brasileiras? Quais foram as causas para a expansão das fronteiras² brasileira para além do Tratado de Tordesilhas? Como os fatores físicos do território auxiliaram os portugueses na ocupação do território e expansão das fronteiras? Como ocorreu a consolidação das fronteiras brasileiras com os países vizinhos?

Para responder essas perguntas, no capítulo 1 foi trabalhado o arcabouço teórico sobre fronteiras e um panorama da formação territorial colonial, já que a maior parte do território brasileiro foi ocupado durante o período em que o país era uma colônia de Portugal.

Depois, no capítulo 2, discorreu-se sobre os principais movimentos que levaram a ocupação das áreas do território brasileiro que estavam localizadas no território que, segundo o Tratado de Tordesilhas, deveria pertencer à Espanha. Foram abordados então os movimentos bandeirantes e entradista, desde suas origens até as consequências para a formação territorial do Brasil.

O capítulo 3 trata sobre a mineração como fator propulsor da expansão das fronteiras, nos territórios de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Em seguida se analisa a conquista do território amazônico pelos jesuítas, finalizando-o com a expansão sul das fronteiras nacionais.

Por fim, no capítulo 4, foi analisada a consolidação das fronteiras nacionais com os países vizinhos, abordando desde o Tratado de Madrid, realizado no século XVIII, até os tratados negociados pelo Barão do Rio Branco, no final do século XIX e início do século XX.

A realização desse trabalho é relevante devido a importância pesquisas que tenham como objetivo analisar cada vez mais o processo de formação das suas fronteiras, uma vez que esse processo faz parte de sua história territorial e do processo de consolidação como nação. Além disso, a análise geo-histórias possibilita compreender aspectos da atual dinâmica das fronteiras. O campo de análise geo-histórica no Brasil deve ser cada vez mais explorado, visto que ainda existe um pequeno número de autores, na Geografia, que trabalhem com essa perspectiva. Assim o seguinte estudo busca contribuir para o entendimento desse assunto, a partir de uma análise geo-histórica da formação das fronteiras brasileiras.

A pesquisa foi realizada, inicialmente, com a busca de referências bibliográficas que

² Expansão das fronteiras é compreendido, nesse trabalho, como o processo através do qual se expande o território e se redefinem as fronteiras

possibilitaram uma aproximação inicial de como as fronteiras brasileiras foram se expandindo e consolidando. Após essa primeira aproximação, durante a elaboração de cada capítulo foi realizada uma nova busca de bibliografias que possibilitou uma apreensão mais aprofundada de como ocorreu a ocupação geo-histórica do território brasileiro.

Após a pesquisa bibliográfica, fichas de leitura foram realizadas, separando as mais importantes citações dos textos e livros lidos, para que elas auxiliassem e dessem embasamento teórico no desenvolvimento dos capítulos. Assim, as fichas foram separadas de acordo com a temática de cada capítulo.

Para que a pesquisa fosse realizada, foram utilizados autores da Geografia que trabalham com uma análise geo-histórica, como é o caso do Antônio Carlos Robert de Moraes, que realiza análises territoriais a partir dessa ótica. Outros geógrafos que fazem análises ricas sobre fronteira e que foram fundamentais para essa pesquisa foi a Lia Osório Machado e o André Roberto Martim. Houve historiadores que também foram essenciais para compreensão do processo de formação das fronteiras, como Synesio Sampaio Goes, Alfredo Ellis Júnior, Otávio Ribeiro Chaves, dentre outros. Assim, buscou-se realizar uma compreensão geo-histórica da formação das fronteiras brasileiras a partir de uma ampla pesquisa bibliográfica na geografia e na história.

1. FRONTEIRAS E FORMAÇÃO TERRITORIAL COLONIAL

Com o propósito de melhor alcançar os objetivos desse trabalho, foi desenvolvido um olhar para o processo histórico de formação das fronteiras nacionais procurando apontar as relações entre elas e a formação do território. O território serve de fio condutor do trabalho e, dessa maneira, ambos os conceitos – fronteiras e território – foram basilares para este estudo.

Como o caráter das fronteiras é consequência de uma definição social, o território é a categoria que possibilitará uma análise mais completa de como as fronteiras foram se delineando. Essa categoria é, muitas vezes, interpretada de maneira acrítica, considerando-a apenas uma área delimitada que está sob poder do Estado. Porém, essa conceituação se mostra insuficiente para a análise de aspectos importantes (ELDEN, 2010). Nesse trabalho, o conceito de território será usado segundo a perspectiva desenvolvida por Moraes:

O Território envolve a relação de uma sociedade específica com um espaço localizado, num intercâmbio contínuo que humaniza essa localidade, materializando as formas de sociabilidade reinante numa paisagem e numa estrutura territorial (...). A constituição de um território é, assim, um processo cumulativo, a cada momento um resultado e uma possibilidade – um contínuo em movimento (...). Sua escolha recai no atributo de ser o uso social o seu elemento definidor. Em outros termos, é a própria apropriação que qualifica uma porção da Terra como um território.” (MORAES, 2000, p. 44-45)

A ocupação territorial do Brasil e a expansão das suas fronteiras são processos que se deram concomitantemente e que molda a história da formação territorial do país, que segundo Moraes:

[...] é, do ponto de vista espacial, um processo cumulativo que articula os resultados de formas de sociabilidade não necessariamente contínuas e sincrônicas; as intervenções e construções anteriores aparecendo-as ante um novo ciclo de povoamento como parte da herança espacial local, perfilando-se ao lado das características do meio natural como elementos de qualificação dos diferentes espaços. (MORAES, 2000, p. 54)

Dessa maneira, faremos considerações teóricas sobre o conceito de fronteira para, em seguida descrever os processos que determinaram a constituição das fronteiras no período colonial e a formação do território nesse período.

1.1. Discussão teórica sobre fronteiras

A palavra fronteira tem origem no termo latim “fronteira” ou “frontaria”, que significava as terras que estavam à margem, isto é, que estavam “in fronte”. Dessa forma observa-se que ela está presente desde os povos antigos até o tempo presente e, naturalmente, seu significado sofreu modificações ao longo de todo o período histórico (MARTIN, 1994). Por conseguinte, é importante compreender o quê o conceito significou nos diferentes períodos históricos até configurar a sua compreensão atual.

Os povos primitivos, que viviam em um período anterior ao desenvolvimento da escrita, tinham por característica viver da caça e da colheita de frutas e vegetais já presentes na natureza. Quando esses recursos se tornavam escassos, eles se mudavam em busca de novos recursos necessários a sua sobrevivência. Essa forma primitiva de organização da sociedade se caracterizava por não haver nenhuma separação entre a propriedade pública e a propriedade privada, ou seja, a terra era de propriedade coletiva. De tal modo, cada grupo é coletivamente proprietário da terra durante o período em que a está utilizando, ou melhor, há a apropriação coletiva do território antes mesmo da apropriação individual (MARTIN, 1994). Os grupos se locomoviam, não apenas em busca de novos recursos naturais, mas também de acordo com as invasões de outras tribos. Era necessário a defesa desse território. O grupo precisava afirmar sua identidade como grupo, antes mesmo de identificar-se com um todo maior e, a apropriação do território estava ligada também ao culto religioso. No período primitivo a fronteira passa a ter um significado ligado a religião, que separa o território apropriado, cotidiano, do desconhecido, estranho (MARTIN, 1994). Com o desenvolvimento da atividade agrícola (que se localizava basicamente em planícies aluviais, devido à alta fertilidade dos solos) e a sedentarização humana, as comunidades consideradas primitivas foram dissolvidas.

No período da Antiguidade, quando houve o destaque de grandes Impérios, a fronteira recebeu um significado diferente. Nesse período houve uma grande atenção destes Impérios em relação à proteção de suas fronteiras diante dos outros impérios ou povos diferentes. Dessa forma, a fronteira se caracteriza não mais por separar o conhecido do desconhecido, mas pela separação entre povos diferentes e a proteção dos territórios. No Império Romano (Figura 2), por exemplo, as fronteiras possuíam um caráter claramente determinado, apesar de em constante mudança. Elas eram precisamente delimitadas e recebiam cerimônias dedicadas ao Deus especial, onde foram fixados grandes marcos e cavavam-se fossas, que serviam de indicadores de até onde ia o território imperial. Outro grande império a dar uma atenção

especial a suas fronteiras foi o Império Chinês (Figura 3) que construiu a maior obra para delimitar as fronteiras do mundo: a Muralha da China. Ela tinha como objetivo impedir o ataque das hordas nômades dos estepes do norte, o que não ocorreu, pois eles invadiram o império mesmo após a sua construção. No continente americano, o Império Inca (Figura 4) considerava a fronteira como linha estática fortificada e que necessitava de defesa (com a construção de trincheiras construídas em locais estratégicos), mesmo sendo pequeno o risco de invasões nômades, devido à ausência de cavalos na região.

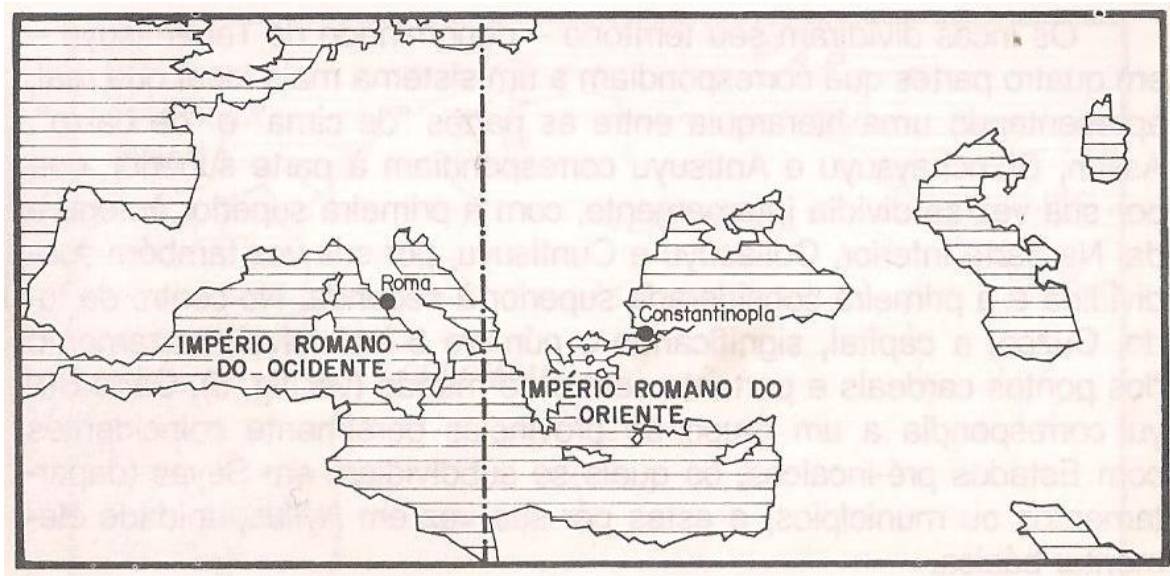


Figura 2 – Representação da divisão do Império Romano. Fonte: MARTINS, 1994

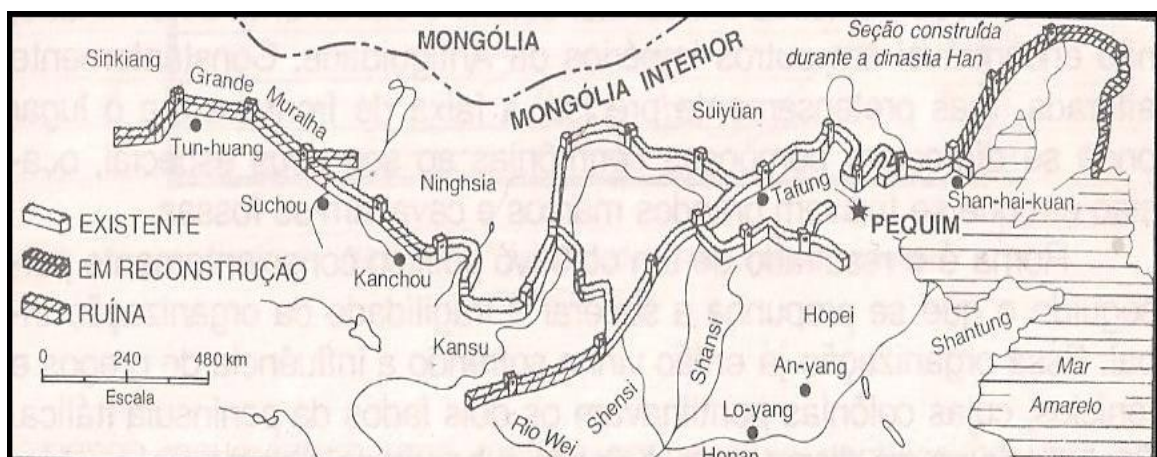


Figura 3 – Representação da Muralha da China. Fonte: MARTINS, 1994



Figura 4 – Representação das fronteiras do Império Inca. Fonte: MARTINS, 1994

Com o fim do Império Romano houve um período de grande fragmentação política e econômica na Europa. Foi nessa época, na Idade Média, que a Igreja Católica desempenhou um papel importantíssimo como agente unificador entre as antigas instituições romanas e germânicas (MARTINS, 1994). Foi quando começou a haver uma separação entre o sentido religioso das fronteiras, que separava as dioceses, isto é, as divisões territoriais da igreja, e o sentido político-administrativo. Porém essa separação somente se concretizou adiante, com a consolidação dos Estados modernos no século XVII.

Com o fim do período feudal e o início do desenvolvimento capitalista, instaurou-se uma contradição entre a centralização política e a remanente dispersão geográfica, onde as fronteiras não eram fixamente delimitadas. De acordo com André Martin há um relativo consenso em considerar que o “Tratado de Westfália” (1698) como marco inicial na consolidação do sistema moderno³ de fronteiras na Europa Ocidental e, desde então, a questão das fronteiras confunde-se com questões de dos estados nacionais. A topografia e a cartografia passaram a possuir um papel fundamental para a consolidação dessas novas fronteiras, especialmente com o período do Renascimento, onde houve o avanço da matemática, astronomia e também das viagens que permitiam o aperfeiçoamento ainda maior da cartografia. Nesse período, as fronteiras passaram a não ser mais apenas *representadas*, mas também *projetadas*, a partir da possibilidade de introdução de traçados precisos entre soberanias. É quando surge à fronteira linear⁴ que foi implementada apenas no novo continente, América, e não na Europa (MARTINS, 1994).

É importante para a compreensão do que significa fronteiras que se explicita a diferença entre o que é significa “limite” e “fronteira”. Nessa perspectiva, André Martins afirma que o “limite” é reconhecido como *linha*, e não pode ser habitado, ao contrário da “fronteira” que, ocupando uma *faixa*, constitui uma zona, muitas vezes bastante povoada onde os habitantes de Estados vizinhos podem desenvolver intenso intercâmbio.” (MARTIN, 1994, p.47). Nessa mesma perspectiva o autor David Newman afirma que há uma diferenciação entre os conceitos de “boundary” que seriam os limites, isto é, uma linha que limita a soberania de cada Estado e “frontier” significaria as fronteiras, ou seja, uma região próxima da linha que é povoada e há a interação entre os diferentes grupos. Faz-se necessário também a compreensão entre *delimitação* e *demarcação*, sendo que o primeiro significa o

³ Segundo Martins, se trata de uma maneira muito particular de centralização do poder político no qual a base social é representada pela “nação” (1994).

⁴ A fronteira linear se caracteriza por ser um traço reto que delimita dois países. Essa forma de delimitação é extremamente problemática, visto que não leva em consideração as características do território, resultando muitas vezes em conflitos. No caso americano ela nunca chegou de fato a ser concretizar, estando apenas no âmbito diplomático.

estabelecimento do limite e o segundo significa a localização da linha de fronteira, ou seja, a construção da divisa (NEWMAN, 2003). Assim o ideal é que a demarcação se subordine a delimitação, mas devido às facilidades de demarcação muitas vezes o que ocorre é o inverso.

As “fronteiras naturais” são outro conceito muito importante para a compreensão dos limites estabelecidos para o Brasil, pois foram amplamente utilizados nos tratados do período colonial. Os demarcadores definem como “fronteira natural” a linha divisória que acompanha acidentes naturais (como montanhas, rios, vales, etc) e estão preocupados apenas com a forma do limite e não com sua funcionalidade (MARTIN, 1994). Para Newman (2003), a concepção de fronteiras naturais seria o maior reflexo da definição determinista de fronteira, pois se consideraria que os fatores naturais determinariam a sua demarcação final. Também sobre o assunto Moraes afirma que:

-A demarcação de fronteiras aparece como um (...) exemplo de doutrinação e, ao mesmo tempo, de luta ideológica (quando se examinam os discursos dos lados confrontantes). A meta máxima da ação hegemônica é sacralizar a “fronteira nacional”, a construída pela natureza (fora da história). Na prática, a maior parte das fronteiras existentes hoje no mapa político do mundo foram definidas militarmente, ou por acordos de forte imposição militar. (MORAES, 2005, p. 28)

Ao iniciar a ocupação do Brasil, os portugueses tinham como principal objetivo a delimitação de fronteiras consideradas “naturais”, o que posteriormente foi amplamente utilizado como parâmetro no Tratado de Madri. Porém, esse entendimento de fronteiras naturais foi superado, considerando-se que todos os limites e fronteiras são artificiais e que suas delimitações são realizadas por tomadores de decisões. Acontece também que os fatores físicos não são estáticos e sofrem diversas modificações ao longo do tempo. Rios podem ter suas várzeas alteradas, topos de cadeias montanhosas sofrem erosão e assim modificam sua posição. Dessa maneira, surge a diferenciação entre as “fronteiras naturais” e as “fronteiras históricas” com o intuito de desnaturalizar um processo que deve ser considerado e entendido como parte da história. O historiador Braudel afirma, por exemplo, que as fronteiras francesas nada possuem de naturais. Elas são construções históricas que representam os sucessivos “fronts” militares em que o país se envolveu e que foram desenhando seus atuais limites (MARTIN, 1994). Constata-se que é necessário considerar o processo histórico de cada fronteira para que se compreenda os seus limites e como eles foram sendo construídos para que seja possível entender sua atual dinâmica. Segundo Moraes:

-As fronteiras são construções históricas que possuem vários pressupostos, entre eles a constituição dos Estados. Na verdade, no mundo moderno, são linhas que formalmente

delimitam e legitimam as áreas de exercício de soberanias estaduais. Assim, bordejam territórios, entendidos como espaços qualificados pelo domínio público. Há, desse modo, um componente de submetimento e conquista na definição das fronteiras, que geralmente tem em sua gênese um caráter bélico. Todavia, sobre este dado genético deve-se desenvolver todo um processo legitimador, que torna a fronteira também um constructo jurídico, sendo esta dimensão cada vez mais importante conforme avançamos na história (fato que, contudo, não anula a determinação anterior). E finalmente, a fronteira é igualmente uma construção ideológica, no sentido de que a conquista e legitimação objetivadas devem ser assimiladas pelos atores sociais envolvidos no processo. É a maior fetichização das fronteiras [...] está, exatamente, em tomá-las como naturais. Isto é, ver aquelas linhas demarcatórias dos domínios espaciais dos Estados, como acidentes geográficos da superfície terrestre. (MORAES, 2005, p.77)

Cardão faz uma análise importante sobre as fronteiras, que diz:

A fronteira é um elemento transversal a todos os nacionalismos e um mecanismo central para delimitar simbolicamente um território e afirmar a sua unidade. Que o digam os cartógrafos, cosmógrafos, teólogos e geógrafos que procuraram traçar, com rigor, as fronteiras dos países ao longo do tempo. Normalmente associado à sua dimensão física, isto é, demarcar, dominar e apropriar um território, seja pela força ou por acordo diplomático; a fronteira tem também uma dimensão cultural. A fronteira pode ser sinônimo de costumes, aspirações, interesses, índoles, predisposições, vícios, virtudes que existem nas pessoas que pertencem a um determinado país. Ou seja, a fronteira cultural reenvia, frequentemente, para o tema do “carácter nacional”, ou da “personalidade base”. Falar de fronteiras é falar da diversidade cultural de cada país, discutindo as características que se atribuem aos seus habitantes, desde estereótipos, a padrões de cultura. (CARDÃO, 2013, p. 175)

No caso brasileiro, o caráter militar foi mais visível principalmente na fronteira sul, visto que esta esteve em constante conflito com os espanhóis. Outro exemplo foi à construção de fortes em regiões estratégicas de toda fronteira do Brasil, já no século XVIII, como forma de garantir as conquistas territoriais dos bandeirantes e entradistas. Esse assunto será aprofundado no Capítulo 3.

Essa análise é fundamental para esse trabalho pois traz consigo a importância do aspecto concreto das fronteiras, que seria a sua delimitação em elementos físicos da natureza, que foram negociados a partir de tratados internacionais. Mas, além disso, também é importante considerar aspecto cultural, que traz carrega consigo elementos tradicionalmente históricos pertencentes a uma cultura que se apropria de um território.

Como mencionado anteriormente, o período colonial foi quando o território brasileiro foi se expandindo gradativamente. A seguir trataremos como ocorreu a formação territorial colonial do Brasil.

1.2. Colonização e formação territorial colonial do Brasil

A expansão das fronteiras brasileiras ocorreu mais acentuadamente durante o período colonial, ao contrário do que ocorreu em outros países, como os Estados Unidos, que se expandiram principalmente após a sua independência (SOARES, 1972). Destarte, para a compreensão do processo de formação e expansão das fronteiras do Brasil, é importante que se entenda como era a organização do mundo nesse período que se caracterizou, no Brasil, o ápice da expansão das suas fronteiras. Analisaremos então como se caracterizava o processo de colonização e sua influência na expansão territorial e formação das fronteiras.

Nos séculos XV e XVI, quando houve o início da ocupação da América pelo europeu, a Europa se encontrava em um momento de *transição*, passando de um longo período onde o sistema de produção vigente era o feudal e estabelece as premissas das relações capitalistas de produção, vivendo uma fase de florescimento na economia, após passar por um longo período de crise (MORAES, 2000). Houve um avanço nas técnicas e, conseqüentemente, na produção industrial, além da expansão das cidades, onde intensificou rapidamente as trocas comerciais e a concentração de riquezas por um grupo restrito da população. Por causa dessa nova fase econômica, a Europa busca ampliar sua zona de influência e passa a buscar novas rotas comerciais com o continente asiático e africano, investindo e expandindo o seu poder naval (MORAES, 2000). Portugal, nesse contexto, possuía uma vantagem diante dos outros concorrentes pela sua localização no continente, que estava inserido na porção mais ocidental da Europa, e isso permitia avançar em direção a diversas rotas comerciais (ANDRADE, 2004). Foi nessa conjuntura que diversos países europeus passaram a anexar novos territórios em uma relação colonial.

Sobre a produção do espaço colonial, Moraes afirma que:

A produção de um território colonial implica a instalação de uma determinada dinâmica nos novos espaços incorporados à vida econômica europeia. Trata-se do estabelecimento de atividades produtivas que necessariamente envolvem a criação de formas espaciais que se sobrepõem aos meios naturais ou aos hábitos preexistentes. A colonização é antes de mais nada uma ocupação de novas áreas; uma apropriação das riquezas acumuladas, dos recursos disponíveis, das terras e das populações encontradas. Por isso, a produção do espaço só é compreensível com a análise das relações engendradas neste movimento, pois são elas que orientam e explicam as formas criadas (na verdade projeções dessas relações), redefinindo ou atribuindo-lhes um conteúdo. Enfim, é o uso social que qualifica os lugares. (...) Entender os territórios colônias – a lógica de suas formações e da valorização colonial do espaço – demanda captar o caráter das reações que aí foram desenvolvidas pelos processos de conquista e colonização. (2000, p. 91)

O processo de colonização é a expansão de um grupo humano sobre um território já

ocupado com o objetivo ampliar o seu território. A forma como tal território é utilizado, revela em grande medida, as potências e as carências do colonizador, pois evidencia as causas da própria expansão (MORAES, 1972). Sendo assim, as particularidades da metrópole foram irradiadas para o núcleo colonizado e observadas na organização territorial, considerando as limitações físicas impostas pelo novo território.

Por isso, diversas características específicas portuguesas se refletiram na forma de ocupação e expansão do território brasileiro, por exemplo, uma ampla colonização da região litorânea e as formas mais comuns de penetração no continente. Os rios foram um dos principais fatores físicos que auxiliaram os grupos colonizadores a entrar e dominar diversos territórios que estavam localizados além do Tratado de Tordesilhas. Isso porque eles eram a principal via pela qual os portugueses adentravam no Continente. Essa característica de ocupação dos colonizadores portugueses, de utilizarem os canais de drenagem como forma de locomoção, influenciou na organização territorial do Brasil, pois muitos vilarejos foram sendo construídos nas margens desses rios.

De acordo com Amorim (2015), é impossível omitir a função de orientação e abastecimento dos rios, sendo que em alguns casos, estudiosos chegaram a subordinar diretamente o rumo das correntes de expansão aos traçados fluviais. Um fator do continente americano que também influenciou na organização do território foi à localização dos recursos minerais, especialmente o ouro, pois em geral, os vilarejos se consolidavam próximos às minas de ouro e diamante⁵.

O Brasil, porém, não foi o primeiro território colonizado pelos portugueses durante esse período, antes mesmo da chegada dos europeus ao continente americano, Portugal já possuía algumas ilhas na costa africana. Moraes afirma que:

-A expansão portuguesa, inaugurada com a campanha de Ceuta em 1415, é lenta e sistemática avançando gradativamente em direção ao Sul (...). O avanço pela costa africana prossegue, assim como o adestramento no “Mar Tenebroso”, num movimento que incorpora os arquipélagos da Madeira e dos Açores e que acaba por esbarrar nas terras do Brasil. Ao final do século XV, os portugueses navegam no oceano Índico. Dominam os três bordos do Atlântico sul: a “volta da Guiné”, a “volta do Brasil” e a “volta do Cabo”. Em meados do século XVI já Comandam o tráfego interno do Índico, em 1513 estabelecem uma feitoria em Macau e em 1543 negociam no Japão (atingindo o extremo oriente a lendária Cipango de Marco Polo). O império português é essencialmente marítimo, estruturado como “uma rede de bases mercantis através do mundo”. Um império “uniforme”, preso aos litorais, cuja imensidão tomava difícil e caro o empreendimento. Um império mantido militarmente, fruto de uma “conquista talassocrática”, que abarcava cerca

⁵ Um elemento social que igualmente foi importante para o ordenamento do território colonial brasileiro foi a influência do negro, que foi trazido durante mais de quatro séculos como escravo e também do indígena, que devido ao seu conhecimento do território proporcionou diversos saberes que auxiliaram o colonizador na conquista do território.

de cinquenta fortalezas e uma significativa força naval, sem envolver um claro desígnio de efetiva dominação territorial (exceção feita ao Brasil); na verdade, era um controle de rotas oceânicas. Um império que constitui sua base numa época ainda de crise da economia europeia (o final de uma fase B, nos termos de P. Chaunu) e que abre a aventura marítima como uma perspectiva de sua superação. (MORAES, 2000, p.74)

Não houve de imediato, um interesse de Portugal em explorar a nova colônia na América, pois necessitava de um investimento alto e a atenção econômica desse país estava voltada para outra atividade:

Primeiro quartel do século, há pouquíssimo povoamento do Brasil. A Coroa, envolta com o objetivo de firmar a presença lusitana no Oriente e de solidificar a rota do Cabo, não se interessa por mais esse empreendimento – seus atrativos econômicos imediatos são irrisórios se comparados com os lucros do comércio oriental. (...) Mesmo assim, o escambo vai gerando certa fixação, e na segunda década do século já existem núcleos portugueses em Pernambuco, Porto Seguro, São Vicente e Salvador. Todavia, é apenas no reinado de D. João III que começa um plano efetivo de colonização dessas terras. (MORAES, 2000, p.174-175).

Como visto, os negócios no oriente eram mais lucrativos para a Coroa e, por isso, no primeiro momento, não houve grandes esforços para a ocupação do novo território conquistado. Mas, com o grande interesse dos franceses, holandeses e ingleses e suas diversas tentativas de conquista do território americano, os lusos se sentiram ameaçados e começaram a ocupação efetiva do território (BUENO, 2007). Para concretizar a conquista do novo território, os portugueses realizaram um levantamento da costa, para identificar os recursos naturais existentes e passíveis de serem explorados, e também combateram os traficantes de diversos outros países, a exemplo dos franceses (ANDRADE, 2004).

Nos primeiros anos, a ocupação e o ordenamento do território foram realizados a partir da divisão do país em capitânicas hereditárias (Figura 5), que foram doadas para pessoas da alta nobreza portuguesa (BUENO, 2007). Porém, devido ao alto custo, as grandes porções de terras e a resistência dos indígenas em ceder seus territórios, a grande maioria das capitânicas não conseguiram, de fato, se solidificar. Foram criadas quinze capitânicas hereditárias, sendo que dessas, quatro (Maranhão, Ceará, Rio Grande e Santana) sequer tiveram sua ocupação iniciada, devido ao fracasso dos donatários ou à falta de recursos para a implementação; outras seis (Itamaracá, Ilhéus, Porto Seguro, Espírito Santo, Paraíba do Sul e Santo Amaro) iniciaram o povoamento com a criação de vilas de engenho de açúcar, mas não obtiveram sucesso devido à reação dos indígenas, divergência entre os colonos ou falta de recursos; apenas duas capitânicas (Pernambuco e São Vicente) de fato conseguiram prosperar. A capitânia da Bahia foi a única a ser consolidada pela coroa portuguesa, sendo criada a Cidade

de Salvador para ser a capital do Brasil. (ANDRADE, 2004).

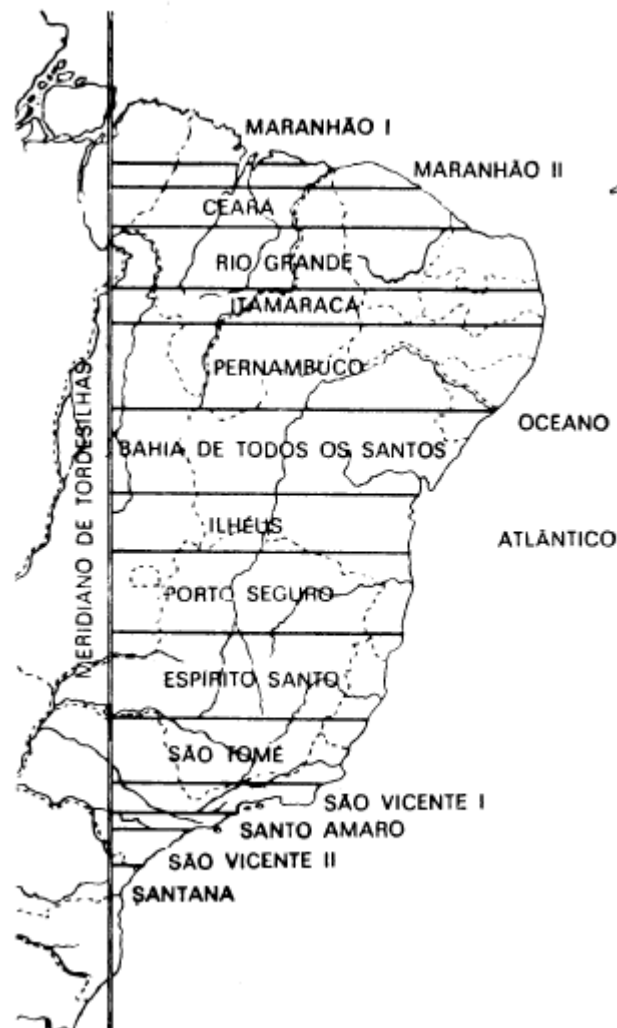


Figura 5: Representação das Primeiras Capitânicas Hereditárias criadas no Brasil. Fonte: ANDRADE, 2004.

Um fator importante para a consolidação territorial do Brasil foi o fato de o governo português ter se convencido do fracasso das capitânicas hereditárias e instaurar um governo geral do Estado do Brasil, organizando outra forma de colonização do território. Nesse momento, as autoridades portuguesas se convenceram da importância de ultrapassar o meridiano das Tordesilhas, bem como descobrir minas com recursos minerais, como ocorreu no Alto Peru (SOARES, 1972). É quando se dá início ao ciclo de entradas, que será analisada no segundo capítulo.

Após a exploração do pau brasil, foram consolidados engenhos, especialmente na região costeira do Nordeste, que permitiram a consolidação da economia do açúcar nos primeiros séculos de ocupação do Brasil. Com a introdução da economia açucareira no Nordeste, ocorreu uma maior dinamização da ocupação territorial do Brasil, especialmente do

litoral, região que até hoje possui uma densidade populacional superior ao restante do país. Houve uma organização territorial que permitiu a Portugal explorar territórios ricos em produtos com alta demanda no mercado europeu, tendo uma dinâmica entre espaços de exploração, as cidades e a grande metrópole (ANDRADE, 2004). Também no período colonial ocorreu a ocupação das regiões sul, norte e oeste, sendo que todas ultrapassavam os limites portugueses estipulados no Tratado de Tordesilhas. O século XVIII, mais especificamente, foi essencial para a formação e consolidação territorial brasileira, que ocorreu devido um conjunto de dinâmicas políticas, econômicas e sociais. Isso aconteceu graças ao direcionamento da atenção da metrópole para a região colonizada, sendo que de acordo com Graça Almeida Borges:

O século XVIII foi um momento crucial para a formação e consolidação territorial do Brasil, fruto de um conjunto de dinâmicas políticas, econômicas e sociais. Assumida a reorientação do império português para o Atlântico, a atenção da Coroa canalizou-se, de forma decisiva, para os domínios americanos e para os desafios inerentes a um espaço em galopante ascensão. Parte desses desafios estava intimamente ligado à questões territoriais e, ao longo de todo o século, expandir, consolidar e delimitar as fronteiras da América portuguesa tornaram-se objetivos centrais da política metropolitana para o império – uma política que se serviu da diplomacia e da cartografia para afirmar a soberania portuguesa sobre o Brasil. (BORGES, 2013, p. 55)

Ou seja, foi um período em que a Coroa portuguesa esteve com suas atenções voltadas para o Brasil, o que influenciou a ocupação territorial e também a expansão das fronteiras brasileiras. Isso fica mais claro quando tratamos da fronteira oeste, onde a Coroa não mediu esforços para instituir políticas de consolidação da fronteira, a partir da criação de arraiais, vilas, capitanias, fortes, entre outras ações estratégicas para a proteção das fronteiras. A região sul também foi um território que se consolidou devido às estâncias de gado e também o caráter militar, de defesa das fronteiras.

No período colonial havia uma centralidade da geografia como prática material na vida social das formações coloniais em geral, e, especialmente, do Brasil. Isso ocorreu em consequência do interesse central dos grandes centros mercantilistas mundiais em estender seu domínio territorial em todo o globo, para que pudessem utilizar os recursos materiais que cada localidade possuía, em favor da sua economia. Desse modo, o conhecimento geográfico era essencial para a conquista desses novos territórios, sendo destacada a importância da cartografia e da noção de localização das áreas, além do conhecimento das características físicas do território. Assumiam-se formas específicas de expansão territorial e apropriação do espaço, como no caso dos “territórios coloniais do Antigo Regime” que representavam

expansões territoriais não contínuas da metrópole, seguindo as diretrizes desta, mas organizando esse território a partir de suas particularidades pelos agentes externos (MORAES, 1972).

Entende-se que a exploração do território, o conhecimento cartográfico e da fauna e da flora da colônia era imprescindível, sendo que Portugal, por diversos anos, proibiu a entrada de estudiosos de outros países para estudar o país (BUENO, 2007). Essa abertura para o estudo, especialmente da Amazônia, foi realizada somente após a Independência do país, inicialmente para estudiosos britânicos, depois se expandindo para diversos outros (BUENO, 2007).

Essa ação foi fundamental para a consolidação das fronteiras brasileiras, visto que o fato de Portugal ter um conhecimento superior ao da Espanha em relação ao território, além de uma produção cartográfica mais consistente, resultou em uma vantagem nos futuros tratados internacionais.

No próximo capítulo trataremos da importância da Capitania de São Paulo na expansão das fronteiras brasileiras. Além disso, explicaremos o que foram os movimentos bandeirante e entradista, ademais da sua importância para a ocupação de novos territórios a sul e a oeste.

2. OCUPAÇÃO TERRITORIAL E EXPANSÃO DAS FRONTEIRAS PELOS COLONIZADORES: O CASO DAS BANDEIRAS E ENTRADAS

Ao iniciar a colonização do território brasileiro, os portugueses começaram ocupando a região costeira, especialmente o litoral nordestino, território onde foram consolidados os primeiros centros de colonização brasileiros. Foi nesse momento em que começaram a se formar as “cidades reais”, centros de irradiação de pessoas continente adentro. Eram nesses centros onde se localizavam as instâncias administrativa, jurídica e eclesiástica, ou seja, instâncias de poder que tinham controle sobre aquele território. Em relação a organização territorial dessas primeiras cidades Beatriz Bueno afirma que:

No Brasil-Colônia, as instâncias de poder organizavam-se hierarquicamente em instituições irradiadas a partir das “cidades reais”. Seguindo padrões portugueses, as instâncias administrativa, jurídica e eclesiástica sobrepunham seus territórios no espaço. As vilas tinham papel hierarquicamente inferior às “cidades”, mas superior às capelas e freguesias. Todas, igualmente, eram tentáculos metropolitanos na distante “Conquista”, cumprindo papéis distintos na lógica da rede urbana. (BUENO, 2009, p. 252).

Constata-se que, mesmo no início da ocupação territorial do Brasil pelos portugueses, já existia um ordenamento do território no qual eram fundamentais as cidades e também as vilas.

No início, o lugar de saída principalmente dos entradistas⁶ e dos bandeirantes, continente adentro, era realizado a partir dessas cidades reais, localizadas no litoral nordestino, a exemplo de Salvador, Porto Seguro, Recife. Isso ocorreu especialmente por serem esses os primeiros núcleos de ocupação do país pelos portugueses. Com relação a esse período Teixeira (1972) afirma que os principais focos de irradiação geográfica foram São Salvador, São Vicente e Ilhéus rumo ao vale do Rio São Francisco.

Posteriormente, já no século XVIII, foi criada a Capitania de São Paulo. Ela foi um ponto central na ocupação territorial do Brasil e também da expansão das fronteiras nacionais, por se tornar o principal centro irradiador de bandeirantes. Foi originada de duas capitanias que se uniram: A capitania de São Vicente e de Santo Amaro, locais que já irradiavam grupos exploratórios para o interior do país e que, em 1532, já era conhecida como “Porto de Escravos” (BUENO, 2010). Segundo Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno:

⁶ Entradistas eram as pessoas que saíam das cidades reais em direção ao interior do continente, em busca de recursos minerais (JUNIOR, 1950)

A Capitania de São Paulo formou-se a partir da união das antigas capitanias de São Vicente e Santo Amaro, concedidas respectivamente aos irmãos Martim Afonso e Pero Lopes de Souza, em reconhecimento aos bons serviços prestados à Coroa em 1532, quando vieram ao Brasil. Os limites geográficos da Capitania de S. Vicente estendiam-se desde a barra do rio São Francisco do Sul à ilha de Santo Amaro (atual Guarujá); os da Capitania de Santo Amaro, desde a ilha de mesmo nome até a enseada de Ubatuba. Obviamente, essas 150 léguas (inicialmente) concedidas ao longo da costa sul da América portuguesa foram alargadas em todos os sentidos durante os três primeiros séculos, decorrendo de um processo de interiorização e expansão territorial de seus habitantes. (BUENO, 2009, p.254)

Além de ser um território estratégico de ocupação do território por dar acesso, a partir da rede de drenagem, a diversas outras regiões que posteriormente foram colonizadas, a própria capitania se expandiu para além do território demarcado pelo Tratado de Tordesilhas. No final do século XVIII, ela englobava os atuais territórios do estado do Paraná, parte de Santa Catarina e o Rio Grande do Sul (BUENO, 2009). Eduardo Bueno afirma que sua localização era estratégica porque “estava no centro das rotas para o sertão, porque os Carijó do litoral e os Guarani do Paraguai estavam próximos e eram presa fácil e, acima de tudo, porque São Paulo nascera pobre.” (BUENO, 2010, p. 64), ou seja, esse era um ambiente completamente favorável a formação do movimento bandeirante.

Sobre os rios é importante ressaltar que, desde a chegada dos ibéricos ao continente, foram encontrados grandes cursos d’água como no delta do Amazonas onde foi fundada Santa Maria de Belém do Pará, e se enfrentaram muitas adversidades para se chegar aos vales dos rios Mamoré, Guaporé, Paraná, entre outros. Os rios serviram para que o colonizador conseguisse garantir sua sobrevivência diante do enfrentamento com centenas de tribos indígenas, além de interligar cidades, vilas e povoados (LUCIDIO, 2013).

Assim, constata-se que as vias fluviais foram essenciais para a penetração no continente pelos colonizadores, os quais utilizavam os cursos de diversos rios, como o Rio Amazonas, Tietê, São Francisco para conseguir adentrar cada vez mais no sertão. Dessa maneira eles foram ocupando o interior do continente e começando a delinear as fronteiras do país, as quais não correspondiam mais as estipuladas pelo Tratado de Tordesilhas:

(...) os conquistadores de terras conhecem um grande rio com seu imenso vale, o São Francisco. O Brasil começa a crescer e começa a mudar, quando abebera seu gado nas águas do São Francisco. Mas, os sertões são difíceis por causa de sua vegetação fechada, seus rios caudalosos, suas serranias abruptas. Caberá aos Bandeirantes de São Paulo a função histórica de *triplicar* a área do Brasil estabelecido pelo Tratado de Tordesilhas, de 1494. (TEIXEIRA, 1972, p. 28 e 29)

Synesio Goes também resalta que:

É muito comum ligar o movimento expansionista bandeirante a existência das vias fluviais que, do Planalto do Piratininga, demandam o interior do continente. O Tietê, em especial, nascendo nas proximidades de São Paulo, a cinquenta quilômetros do mar, se embrenhando nas matas do oeste, teria “empurrado” – essa ideia recorrente – os paulistas ao sertão. Antes da chegada dos portugueses, já era via frequentada pelos indígenas e, desde a colonização, foi caminho para os colonizadores. (...) Os historiadores divergem entre o Tietê e o São Francisco, como o primeiro rio em importância para a unidade territorial do país (...). Todos reconhecem, entretanto, a excepcional função povoadora do velho Anhembi dos bandeirantes. (GOES, 1991, p.56).

Formou-se assim uma rede fluvial (Figura 6) que dava acesso aos mais diversos lugares do continente e que era amplamente utilizada pelos bandeirantes. A importância dos rios foi tão expressiva que Diniz afirma que, Taunay, um dos autores que destaca a importância do Rio Tietê na formação histórica de São Paulo, afirma em uma de suas obras que “a natureza havia consagrado um lugar especial ao paulista, de sorte que a definição dos limites territoriais do Brasil já estava pré-determinada pela penetração bandeirante, que marchando da Serra do Mar no sentido do sertão acabava por seguir o curso natural do rio” (*apud* DINIZ, 2013, p. 119)



Figura 6: Rede urbana, viária e fluvial que irradiava a partir da Cidade de São Paulo. Detalhe de [Carta Geral do Brasil]. [1797]. Escala [ca. 1:2.600.000]. Um mapa em 16 folhas coladas. ms., color. 199cm x 202cm. Direcção dos Serviços de Engenharia, Lisboa. Fonte: BUENO, 2011.

Com o avanço da colonização foram sendo cada vez mais realizadas, pelos portugueses recém-chegados, incursões sertanejas que adentraram o território continental. Muitos capturavam índios que seriam vendidos nos grandes latifúndios como escravos e encontravam principalmente minas de ouro em seu estado natural, o que posteriormente motivou a ocupação de diversas áreas do território brasileiro. É nesse contexto que surge o movimento bandeirante, que foi fundamental para a expansão das fronteiras. A seguir compreenderemos como iniciou esse movimento e sua influência para a expansão das fronteiras brasileiras. Também compreenderemos como ocorreram as entradas, outro fenômeno que também foi importante para a expansão fronteiriça.

2.1. Entradas e bandeiras

Os movimentos das entradas e das bandeiras foi um dos motivos principais para a expansão das fronteiras do Brasil. E, para iniciar a descrição de como ocorreu à expansão das fronteiras brasileiras a partir das bandeiras e entradas, é necessário compreender o que elas foram e, quais as suas diferenças. A respeito da importância do movimento bandeirante na formação das fronteiras brasileiras Machado afirma que:

Entendemos que, o movimento das bandeiras permite acompanhar a ideia de fronteiras e a de formação da identidade nacional no pensamento brasileiro. Bandeirantismo e fronteiras são temas que estão diretamente ligados, sendo o movimento das bandeiras uma das principais, possivelmente a mais famosa experiência de fronteira no Brasil. (MACHADO, 2013, p. 25)

Alfredo Ellis Júnior afirma que, apesar de não serem antagônicas, existem diferenças gritantes entre ambos os movimentos e que, muitas vezes, eles são confundidos como sinônimos (JÚNIOR, 1950). A “bandeira” resultou da necessidade da “Paulistânia” de caçar índios para serem “exportados” como escravos para o nordeste açucareiro, sendo essa sua única fonte de renda. A caça aos índios ocorreu, principalmente, devido a dois motivos: o primeiro foi o fato de praticamente inexistirem outras formas econômicas de desenvolvimento em São Paulo; e, em segundo lugar, em virtude da maior dificuldade em trazer negros para serem escravizados, em razão da conquista holandesa de terras portuguesas em parte do Brasil (Pernambuco) e também no continente Africano. (GOES, 1991). Em consequência a isso “encaminhavam-se os índios descidos às capitanias açucareiras do Norte, requisitadoras de braços e mais braços como, em 1626, ocorreria após a reconquista da Bahia sobre os holandeses” (TAUNAY, 1953, p. 37). Porém há quem conteste essa afirmação de que os índios em sua maioria eram exportados para as plantações de açúcar, pois de acordo com Eduardo Bueno “Na chegada a São Paulo, os índios eram repartidos entre os bandeirantes e seus financiadores. Ao contrário do que insinua a história oficial, poucos cativos eram enviados para o Nordeste. A maioria ficava em São Paulo” (2010, p. 68).

Para a execução das bandeiras era necessário um grande contingente de homens fortemente armados, sendo esses grupos extremamente violentos e cruéis em suas ações. Júnior afirma que:

A "bandeira", com suas características de agrupamento militar, agindo em ofensiva e portanto agressivamente numeroso, tanto quanto permitia o sertão por ela a ser trilhado, armado em ofensiva, pois que o seu propósito era apresar ameríndios. Isso fazia com que a bandeira, por força, devesse devassar uma área territorial muito grande. (...) Com isso, enorme área territorial foi percorrida. Por outro lado, como a "bandeira" tinha um objetivo

agressivo, precisava ser composta de muita gente armada. Havia precisão de que a "bandeira" fôsse um instrumento poderoso e agressivo. (JÚNIOR, 1950, p.168)

Dessarte, constata-se a violência do movimento bandeirante, sendo que “os bandeirantes e seus mamelucos podem ter matado ou escravizado cerca de 500 mil índios, destruindo mais de cinquenta reduções jesuíticas nas regiões do Guaíra, do Itatim e do Tape” (BUENO, 2010, p. 64). Considera-se esse movimento como de grupos paramilitares que rasgavam a mata e capturavam homens para além das fronteiras (BUENO, 2010).

Por outro lado a “entrada” tinha outro alvo. Ela foi resultado do incentivo do governo português aos paulistas, que eram “hábeis sertanistas” para pesquisar os sertões brasileiros. Elas tinham como objetivo a exploração do território nacional e a descoberta de novas fontes de renda para o império, com o propósito de substituir o monopólio açucareiro, que já apresentava indícios de decadência. Como possuía um objetivo diferente, nesse momento não era mais necessário um grande contingente de pessoas e nem instrumentos militarmente poderosos (JÚNIOR, 1950). Eduardo Bueno diz

No entardecer do século XVII (...) Portugal e Brasil se encontravam numa crise financeira tão profunda que, em 1674, o próprio regente Pedro II (...) escrevera aos “homens bons” da vila de São Paulo, encorajando-os a partir para o sertão em busca de metais. (...) Aos bandeirantes de São Paulo não restava outra forma de manter suas vidas nômades senão caçando ouro: seus “currais” indígenas já estavam esgotados. Ao rei também não sobrava outra opção: anos antes, enquanto perdurava a União Ibérica, foram enviados da Corte especialistas em minas para estudar as potencialidades minerais do Brasil. (BUENO, 2010, p. 113)

As entradas não saíram apenas da capitania de São Paulo. Elas originalmente começaram saindo das cidades do litoral nordestino, em direção tanto ao sul do país, quanto ao norte (GOES, 1991). A imagem a seguir (Figura 7) explicita de forma mais clara os objetivos e as características do bandeirismo e do entradismo:

SERTANISMO	BANDEIRISMO	{ Bandeirismo de apresamento, agressivo e nômade. Bandeirismo de colonização e pastoril. Pacífico e sedentário.
	Expedições volumosíssimas.	
	ENTRADISMO	{ Entradismo oficial no nordeste. Entradismo particular e semi-oficial em São Paulo (5).
	Pesquisador de riquezas. Expedições de proporções reduzíssimas.	

Figura 7 – Diferença entre Bandeirismo e Entradismo. Fonte: JÚNIOR, 1950.

Outro autor a tratar da diferença entre bandeiras e entradas é Synesio Sampaio Goes que afirma que:

“(…) o vocábulo “entrada” para designar: a) na costa leste, as campanhas geralmente oficiais de conhecimento da terra e pesquisa de metais preciosos, especialmente as do século XVI, que tiveram como origem as várias cidades litorâneas, Porto Seguro, Salvador e Olinda em especial; b) na costa norte, as expedições fluviais do século XVII que, depois da fundação de Belém, foram desbravando as margens dos grandes rios da Amazônia. A palavra “bandeira” ficaria pois reservada para o mais duradouro e mais importante conjunto de ações de devassamento do sertão: o que teve por cenário a Capitania de São Vicente (Capitania de São Paulo a partir de 1681), que, em certa época chegou a abranger o Sul e o Centro-Oeste do Brasil; e por foco irradiador o povoado de São Paulo de Piratininga. (GOES, 1991, p. 53)

Assim fica claro que, as bandeiras serviam a interesses privados com o objetivo de capturar nativos para serem utilizados como escravos nos latifúndios nordestinos. Já as entradas surgiram com o objetivo de encontrar riquezas minerais no interior do país, e, colonizar efetivamente os territórios conquistados, tendo assim o incentivo da coroa portuguesa. O movimento bandeirante teve como ponto de saída, basicamente, a capitania de São Paulo, transformando-a em sua capital, o principal centro escravista indígena (BUENO, 2010). Já o movimento entradista tinha como ponto de partida, em um primeiro momento, as cidades litorâneas, mas também houve um segundo momento onde elas saíram de São Paulo (isso ocorreu praticamente quando o movimento bandeirante foi se dissipando, em razão da quase extinção dos povos indígenas). Ambas foram essenciais para a consolidação do território brasileiro e também para a expansão das fronteiras nacionais, mesmo que sem a plena consciência de que praticavam essa ação.

Sabe-se que os bandeirantes, no início, não denominavam de bandeiras suas expedições e não sabiam sequer o que eram bandeirantes. A primeira vez que esse termo foi encontrado em documentos foi somente no século XVII, em 1676, em um documento do Conselho Ultramarino. Antes da criação do termo bandeiras, diversas outras palavras eram utilizadas para designar esse movimento, como entradas, excursões, jornadas, viagens, entre diversos outros termos (GOES, 1991). Para Ramón Blanco (*apud* GOES, 1991, p. 52), um historiador espanhol, as bandeiras eram unidades militarizadas e foram utilizadas nas mais diversas e importantes missões de incursões territoriais realizada pelos luso-brasileiros no sul do continente americano, com o objetivo de capturar índios. Mas o fenômeno das bandeiras é algo complexo, visto que ocorreu em espaços e tempos diferentes, assim não há uma homogeneidade no movimento e principalmente um único interesse ou grupo que realizou essa ação. Soares afirma sobre os bandeirantes que:

O Brasil cresceu no período colonial [...] O bandeirismo jogou seus dados. Por isso, o Brasil foi uma explosão de Bandeirismo. Os Bandeirantes valorizaram as virtualidades da terra mercê de insano pioneirismo. Os Bandeirantes impuseram à sociedade estabelecida no Brasil o ritmo violento de um crescimento desassombrado através do Perigo e do Desconhecido, através de terras que foram sendo incorporadas às parcelas, ao domínio da Coroa portuguesa. No quadro geral da política de previsão do governo de Lisboa sucedem-se os lances de expansão. (SOARES, 1972, p. 25)

Já sobre as entradas, é importante ressaltar que elas passaram a ser realizadas para os denominados sertões, alimentadas pela “mitologia geográfica, composta por lugares imaginários e espaços oníricos” (MORAES, 1972), ou seja, lugares mitológicos que teriam recursos mágicos e riquezas já prontas para serem apropriadas, como ouro e prata. Antônio Carlos Robert de Moraes expõe que:

-A atração do interior desconhecido alimentou uma rica mitologia geográfica, composta por lugares imaginários e espaços oníricos, que acompanha toda consolidação dos impérios coloniais. Alguns mitos são recorrentes, emergindo nos mais díspares contextos: são as “Ilhas Afortunadas”, o “Eldorado”, ou ainda a “Terra das Amazonas”. As “pegadas” de São Brandão por exemplo, como nos mostra Sérgio Buarque de Holanda, são identificadas nos diferentes continentes. Enfim, buscava-se uma terra de abundância ou dotada de recursos mágicos (como a “fonte da juventude”), mas principalmente aspirava-se encontrar riquezas à flor do chão, tesouros prontos para serem apropriados. E essa imaginação fantástica animou expedições, e contribuiu significativamente para o conhecimento dos espaços extra-europeus, pois, motivado pelo mito, o colonizador adentrou-se nas hinterlândias de difícil acesso, embrenhou-se em florestas fechadas e atravessou desertos. Nesse sentido, pode-se concluir que os atrativos simbólicos imaginados atuaram fortemente na apropriação dos territórios coloniais, a conquista sendo impulsionada também por mitos e lendas. (MORAES, 2005, P. 68 E 69)

Dessa maneira, essa mitologia em torno de uma possível terra onde existiriam riquezas minerais prontas para serem apropriadas (riqueza rápida e sem grandes esforços) foi um dos motivos que levou muitos a se aventurarem ao desconhecido, ou seja, rumo ao sertão.

Outro agente importante para a ocupação e apropriação do território americano pelos portugueses foram os jesuítas. Eles ingressaram no Brasil com o objetivo de catequização do indígena, sendo assim, seu fim era contrário à ação bandeirante. Os jesuítas foram relevantes, especialmente na ocupação territorial lusitana da região amazônica, que será tratada de maneira mais aprofundada no item 3.1.

Finalmente, no final do século XVII houve a descoberta de minas de ouro no interior do continente. Esse foi um fator crucial para a expansão das fronteiras do Brasil e também para a consolidação do território nacional e, nesse sentido, tanto os bandeirantes quanto os entradistas e depois os moçoeiros foram grandes protagonistas dessa ação. Assim, o próximo Capítulo será a respeito da importância da mineração para a formação das fronteiras brasileiras.

3. A MINERAÇÃO E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A CONSOLIDAÇÃO E EXPANSÃO DAS FRONTEIRAS BRASILEIRAS

Durante o final século XVII e, especialmente no decorrer dos séculos XVIII e XIX, houve a descoberta de minas de ouro pelos portugueses em diversas regiões do continente americano, motivando uma rápida ocupação do interior do país. Segundo Bueno, esse fato revolucionou a colônia de todas as maneiras possíveis, pois provocou um rápido e desordenado êxodo populacional; aumentou o preço dos escravos e também dos itens de sobrevivência básica; levou a extinção de diversos povos indígenas; ajudou a enfraquecer o ciclo do açúcar; e “abriu novos caminhos e penetração, incorporando regiões até então ermas e inexploradas” (2010, p. 111). Ou seja, foi um dos fatores propulsores da ampliação do território brasileiro e da expansão das fronteiras.

No ano de 1681 já havia a notícia de que as minas haviam sido encontradas e que, em breve, chegariam amostras de ouro para confirmação de tal descoberta (MACHADO, 2013). Essa notícia transformou econômico e socialmente o país, sendo que:

A descoberta das primeiras minas de pedras e metais preciosos ao final do século XVII marcou o início de um novo movimento para a Coroa lusa, com transformações econômicas e sociais para Portugal e sua colônia. A abertura do novo caminho para as mesmas minas, muito mais do que encurtar distâncias, promoveu a ocupação territorial que se desenvolveu nos arredores deste novo caminho, com um intenso e acelerado processo de solicitação e concessão de datas de terras por sesmarias ao longo da estrada. (MACHADO, 2013, p. 26)

Como dito anteriormente, a descoberta das minas no interior do país pelos paulistas foi extremamente importante porque modificou a dinâmica territorial, política e social do Brasil. A atividade agrícola da produção de açúcar, essencialmente nordestina, passou a ter um peso bem menor na economia do país. Houve o empenho para a manutenção da extração de ouro que, de maneira geral, canalizava toda a força de trabalho existente na região. Assim, as vilas da mineração eram alimentadas com produtos agrícolas vindos de outras áreas, o que ajudou a formar uma economia interna integrada. Deve-se destacar, por exemplo, o desenvolvimento e a integração da economia da região Sul com o restante do país, devido ao comércio de carne e couro na região da mineração. Além disso, foram abertos novos caminhos para facilitar o acesso a esses vilarejos e, conseqüentemente, auxiliarem o escoamento da produção de ouro para a metrópole. Outro fator importante foi que, com a construção de novos caminhos, povoados surgiam ao longo desses percursos, devido à necessidade dos viajantes de se

alimentarem, dormirem, etc, consolidando novas formas de apropriação do território. Segundo Costa:

-Há mesmo uma reorientação da economia colonial quanto da consolidação da economia açucareira nas Antilhas, que concorre vantajosamente com as regiões produtoras do litoral nordestino brasileiro, episódio que criou as propícias condições para a mudança do polo econômico do açúcar para a economia da mineração, que desloca o eixo do povoamento para outras regiões do território colonial brasileiro (...). A mineração do ouro, num primeiro momento, acompanhada pela dos diamantes, cerca de 30 anos depois de iniciada a aurífera, torna-se a saída para a crise da metrópole. (COSTA, 2009, p. 90)

A mineração, devido as suas características de exploração, possibilitava as pessoas com menos recursos financeiros explorar as riquezas encontradas, pois não necessitava do alto capital de investimento que a implantação dos engenhos de cana-de-açúcar demandava. Isso porque o ouro encontrado não estava em grandes minas e sim depositado no fundo dos rios, possibilitando sua exploração com a quantidade mínima de recursos (COSTA, 2009).

A ocupação do território oeste do continente, devido à descoberta das minas de ouro foi um importante capítulo da expansão das fronteiras brasileiras. Isso porque foi nesse momento que Portugal passou a tomar medidas para consolidar as novas conquistas territoriais realizadas pelos bandeirantes e pelos entradistas. Para Garcia, a expansão portuguesa do oeste durante o período colônia foi uma combinação de uma política consciente da metrópole em estímulo a ocupação territorial e de atividades práticas contínuas e sistemáticas dos habitantes da colônia (2005).

Devido à importância dos territórios ocupados em consequência da atividade mineraria, serão abordados a ocupação das Capitânicas de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, que ocorreram devido à descoberta das minas de ouro nos séculos XVII, XVIII e XIX.

3.1 Minas Gerais

Minas Gerais surge a partir das investidas bandeirantes em busca da captura de nativos para serem utilizados como mão-de-obra escrava, não apenas na região açucareira, mas também na Capitania de São Paulo, e, mas especificamente, em procura de minas de minerais, especialmente ouro, visto que nesse período grande parte da população indígena já havia sido exterminada. As populações persistem na busca pelo ouro e quando o encontram em Minas Gerais, armam nas serranias um novo cenário que mostra que o Brasil se diferenciava de Portugal, não apenas no sentido econômico, como também no sentido social (TEIXEIRA, 1972).

Minas Gerais foi o território onde foram encontradas as maiores minas no Brasil. De acordo com Bueno:

É impossível quantificar os números da corrida do ouro de Minas Gerais (...) sabe-se com certeza que as descobertas de 1693-1694 de imediato tornaram o Brasil o maior produtor mundial de ouro da época. (...) A massa humana que se dirigiu às minas entre 1700 e 1720 foi superior a 150 mil pessoas, das quais mais de cem mil eram escravos. Ao longo do século XVIII, cerca de 430 mil paulistas, cariocas, baianos, portugueses, indígenas e negros da Guiné ou de Angola percorreram as trilhas escabrosas que separavam o litoral do Sudeste do Brasil das serras da fortuna e de danação. (...) Nas minas, mais tarde, quando o ouro ainda reinava, foram descobertos diamantes – e o ciclo se reiniciou, tão alucinado e voraz quanto antes. (Bueno, 2010, p. 112)

Não apenas minas de ouro foram descobertas na região. Minas de diamantes também foram encontradas, primeiramente em 1729, a partir de uma série de expedições que saíam de Vila do Príncipe, onde os ribeirões eram importantíssimos para a extração de ouro na primeira metade do século XVII (COSTA, 2009). Essas expedições encontraram depósitos de ouro na base da Serra do Santo Antônio, nas terras banhadas pelo Rio Grande. Os moradores da região utilizavam pedras brilhantes tiradas do Rio Grande para marcar pontos de jogos de cartas, sem ter conhecimento de que se tratava de diamantes (COSTA, 2009).

Como o valor desse recurso mineral era elevado, a Coroa lusa determinou um rígido controle sobre a região próxima ao rio Jequitinhonha, a partir do ano de 1730, delimitando um território onde se poderiam extrair os diamantes, expulsando os antigos moradores e doando seus respectivos lotes para quem tivesse condições de pagar mais caro por eles (MARANHÃO, 2011). A Coroa entregou também, a partir de 1739, a exclusividade de exploração a empresas privadas, para que assim, possuísse maior controle da exploração e escoamento das pedras. Além disso, o território de extração dos diamantes passou a ser fortemente vigiada, sendo que somente as pessoas que estavam ligadas ao trabalho poderiam entrar na área e, ao sair, eram revistadas (MARANHÃO, 2011). Segundo Maranhão (2011), foram enviados patrulheiros que conheciam bem a região para que estes perseguissem os garimpeiros independentes. Eram grandes os poderes dados a esses vigilantes deviam obediência apenas a Intendência das Minas e, diretamente, a Coroa. O ouro e o diamante surgem então como símbolos da conquista territorial portuguesa que ocorreu, principalmente, no século XVIII. Essas conquistas acarretaram práticas sociais peculiares e também refletiram na configuração territorial dos territórios ocupados (COSTA, 2009).

Nota-se que, a descoberta das minas no final do século XVII e início do século XVIII, tiveram um grande impacto no Brasil, pois, de imediato, já tornaram o país o maior produtor mundial de ouro na época. Isso, conseqüentemente, chamou a atenção não apenas dos colonos

que já residiam no país como também atraiu um grande número de imigrantes para o país:

-A partir de 1693, a notícia das descobertas de ouro espalhou-se como um raio, atraindo uma avalanche de forasteiros vindos de Portugal e de várias regiões do Brasil. (...) Só a imigração de portugueses para o Brasil foi, nos primeiros sessenta anos do século XVIII, de 600 mil pessoas. A estas, devem-se somar as que saíram do Nordeste, gigantesca quantidade de escravos índios e negros, estes últimos trazidos de pontos tão diversos da África quanto a Guiné e Moçambique. (MARANHÃO, 2011, p.169)

Esse intenso fluxo migratório gerou uma rápida transformação do território colonial, resultando em um povoamento esparso e distribuído em pequenos povoamentos (COSTA, 2009). Por se tratar de ouro de aluvião, muitas vezes, ao se esgotarem as minas de um local, os garimpeiros saíam em busca de novas minas, gerando novos povoados a frente, normalmente seguindo o curso dos rios. Esse processo singular de ocupação territorial promovido pela mineração gerou um rico acervo arquitetônico na capitania de Minas Gerais “representado por uma rede de cidades distribuídas pelos antigos caminhos do ouro, hoje integrando o que se denomina *Circuito das Cidades Históricas Mineiras* e mesmo de cidades do estado de Goiás e do Mato Grosso” (COSTA, 2009, p. 106).

Desde o século XVI, o colonizador conquista novos territórios no interior do continente, sendo que para consolidar a ocupação desses territórios ele cria novos arraiais, vilas e cidades, que são territórios que se mantiveram ao longo dos séculos, representando, em alguns casos até os dias atuais, importantes centros urbanos (COSTA, 2009). Considerando isso, pode-se concluir que o século XVIII foi um importante período de consolidação de novas ocupações territoriais, sendo criadas 14 novas vilas, além de diversos arraiais, distribuídos em toda a capitania (COSTA, 2009).

Os núcleos que estavam envolvidos com a mineração durante o século XVIII se localizavam, quase que em sua totalidade, nas encostas de vales próximos aos garimpos, como, por exemplo, as cidades de Ouro Branco, Ouro Preto, Tiradentes, Diamantina, Sabará e São João del Rei (COSTA, 2009). Sobre a importância desses novos núcleos urbanos, Moraes (2000) afirma que ainda no século XVII as cidades começam a ser mais relevantes no processo de ocupação e gestão do território, mostrando então a relevância dessas novas vilas e cidades que foram se desenvolvendo ao longo do século setecentos.

A descoberta de recursos minerais e o fato de que se chegava a Minas Gerais apenas a partir de São Paulo, levou ao empreendimento chamado de Novo Caminho, que ligava as minas ao Rio de Janeiro (MACHADO, 2013). A conquista desse Novo Caminho foi uma importante etapa na expansão das fronteiras portuguesas na América, pois um caminho de

trilha indígena que foi incorporado à colonização de Minas Gerais:

(...) os empreendimentos de busca pelas Minas até a abertura do Caminho Novo, que aqui entendemos como um feito peculiar, podendo ser tomado como símbolo dos movimentos como um todo. A questão não se encerra com o Caminho Novo finalizado. Na verdade, novas questões se iniciam, sobretudo com o processo de apropriação territorial de seu entorno. Esta foi, na verdade, uma etapa de exploração dessas fronteiras, um estágio inicial, no qual foi impossível não estabelecer alianças entre grupos e, sobretudo aprender cotidianamente com o meio e com os grupos indígenas. (MACHADO, 2013, p. 42)

Garcia Rodrigues esteve presente em diversos momentos da ocupação de fronteiras, isso em decorrência do convívio com seu pai, quem começou nas marchas em busca de riquezas minerais e, futuramente, se consagrou pela abertura do Novo Caminho (MACHADO, 2013). A abertura dessa estrada foi fundamental para a consolidação da ocupação territorial da região de Minas Gerais, visto que a mesma ligou o interior do país ao litoral, possibilitando o escoamento de ouro e diamantes para a Metrópole. Outro fator importante que veio com o Novo Caminho foi que, ao longo de seu trajeto, novos povoados foram se fixando para fornecer mantimentos, estadias, entre outros serviços importantes para os viajantes. Assim, compreende-se os caminhos e as estradas como importantes construções, que auxiliam a ocupação e consolidação de territórios.

Teixeira afirma que a atividade mineradora resultou na consolidação de novos arraiais no território que, até então, era desconhecido pelos portugueses e isso veio acompanhado de instabilidade territorial. Ele afirma que “A instabilidade social acompanha o desenvolvimento territorial” do país (1972, p. 29-30).

Em relação a essa instabilidade social mencionada por Teixeira, podemos constatar a Guerra dos Emboabas. Como dito anteriormente, com a descoberta das minas de ouro houve um alto fluxo migratório de portugueses e luso-brasileiros que seguiram em direção as minas para fazer fortuna. Porém, isso em nada agradou os paulistas, pois foram eles os primeiros a descobrir o metal e, sendo assim, se consideravam os verdadeiros donos das minas (MARANHÃO, 2011). Emboabas foi o termo pejorativo que os paulistas criaram para chamar os portugueses que se encontravam nessa região.

A Câmara Municipal de São Paulo, em 1700, enviou ao rei um pedido para que os paulistas possuíssem a exclusividade na exploração das minas recém-descobertas. O pedido não foi atendido, pois isso era contrário aos objetivos da Coroa (visto que, quanto maior a quantidade de pessoas explorando as minas, maior seria o imposto recolhido para a Metrópole) (MARANHÃO, 2011). A partir de então os conflitos se intensificaram por ambas as partes. O primeiro confronto direto entre paulistas e “forasteiros” ocorreu entre 1707 e o

último apenas em novembro de 1709, quando os paulistas desistiram de tomar o arraial onde os emboabas estavam entrincheirados (BUENO, 2010). Em troca da rendição os paulistas quiseram alguns benefícios e, para apaziguar os ânimos, o governo metropolitano concedeu anistia a todos os paulistas e devolveram também algumas lavras (MARANHÃO, 2011). Além disso, a vila de São Paulo foi elevada à categoria de cidade e criou-se a Capitania de São Paulo e a Capitania de Minas de Ouro, abrangendo as antigas donatarias de São Vicente (que incluía a região das Minas), Santo Amaro e Paranaguá (MARANHÃO, 2011). Porém essa concessão não durou muito, pois em 1720 Minas Gerais tornou-se uma capitania independente de São Paulo (Figura 8).

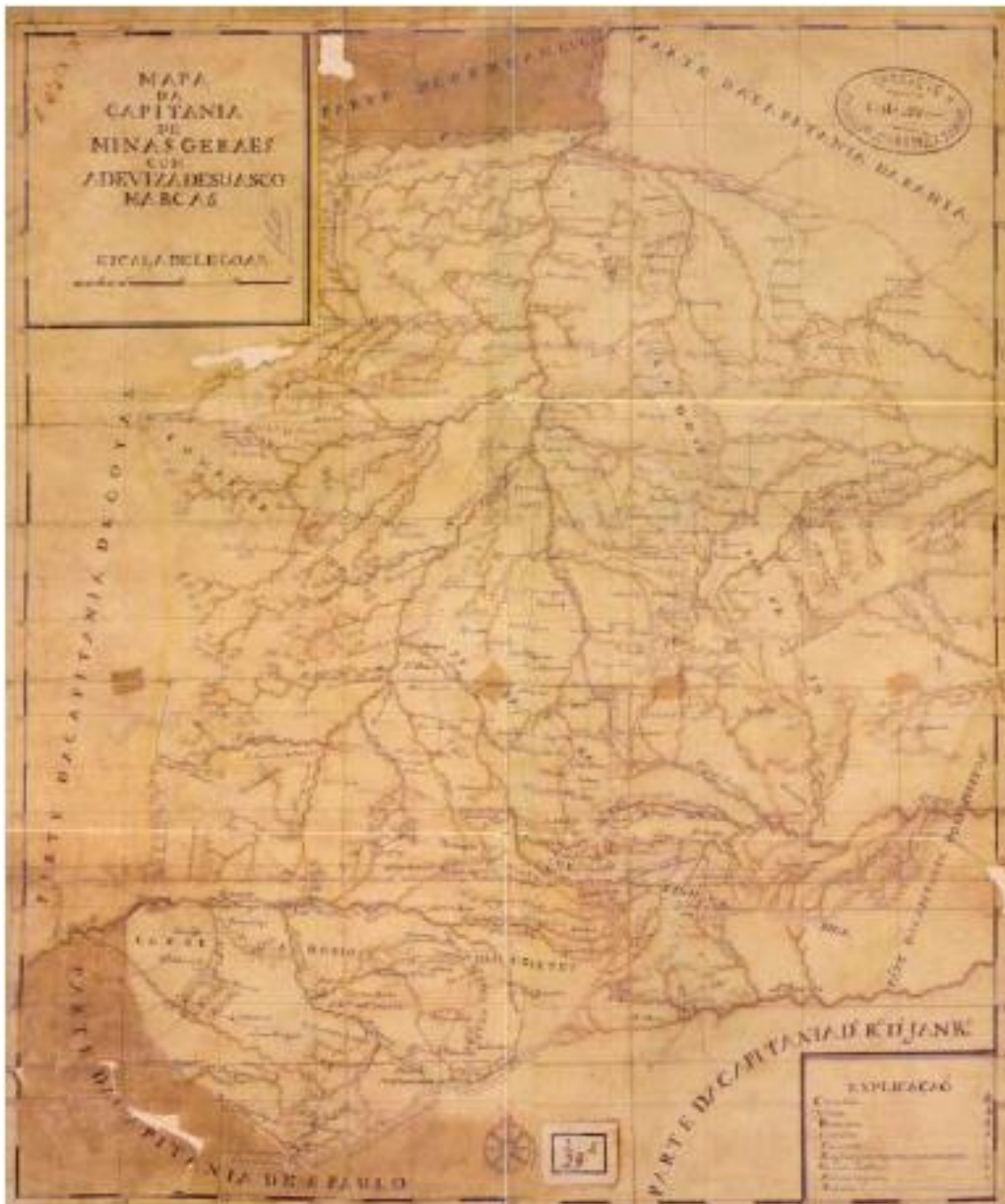


Figura 8: Mapa da Capitania de Minas Gerais. Fonte: COSTA, 2009, p. 98

Constata-se então que, a descoberta das minas no interior do continente foi essencial para a consolidação desses territórios durante o final do século XVI e todo o século XVII. Parte desse território já extrapolava os limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas, sendo que houve então o início de expansão das fronteiras do Brasil. Isso porque após a descoberta das minas na região de Minas Gerais, foram descobertas outras minas na região atualmente conhecida como Goiás e Mato Grosso. Essas novas descobertas foram mais importantes em relação à expansão territorial do Brasil e a consolidação de novas fronteiras, pois elas já se encontravam bem afora do território que, anteriormente havia sido acordado que era de posse dos espanhóis. Sendo assim trataremos agora a consolidação da ocupação do território de Goiás e sua importância para a consolidação territorial das novas fronteiras.

3.2 Goiás

Oficialmente, a ocupação do território goiano foi realizada em 1725, quando foi encontrado ouro a quatro léguas da atual cidade de Goiás Velho. Nesse local foi fundado o vilarejo de Vila Boa, que seria o embrião da cidade futura cidade de mesmo nome (MARANHÃO, 2011). O marco dessa ocupação foi à bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva, sendo que segundo Nogueira foi:

(...) impulsionada pela confirmação da descoberta de ouro em Cuiabá e a conseqüente abertura de um caminho fluvial que ligava essa localidade a São Paulo, daí saiu no dia 3 de Julho de 1722, rodeando por três anos os sertões do Planalto Central até finalmente encontrar, em 1725, no sopé da Serra Dourada, ouro no rio Vermelho” (NOGUEIRA, 2012, p. 6)

Após essa primeira expedição, Anhanguera II, filho do bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva (Anhaguera), preparou uma segunda expedição, que resultaria no povoado que daria origem aos aglomerados urbanos goianos. Essas primeiras expedições na década de 1720 tiveram grande impacto na história de Goiás, porém outras bandeiras já haviam passado por esse território. Algumas até mesmo encontraram lavras de ouro em 1592 e 1598 (MALULY, 2014). Segundo Maluly (2014), as possíveis causas para a demora na exploração desse ouro foi, primeiramente, a falta de conhecimento das características físicas do relevo brasileiro, o que dificultava o encontro de lavras de ouro, e depois, a falta de infraestrutura para a realização de tais excursões, especialmente devido aos embates com os nativos que habitavam essa região e, por fim, a incerteza quanto a real quantidade de ouro que havia, pois, dependendo, não valeria o investimento e as possíveis perdas financeiras e humanas. Durante

os séculos XVIII e XIX diversas outras jazidas de ouro foram encontradas ao longo do rio Tocantins e também em outros rios, porém as jazidas goianas nunca tiveram o mesmo volume das mineiras (MARANHÃO, 2011).

Diversos arraiais foram fundados ao longo do Rio Vermelho (Figura 9) (MALULY, 2014), o que demonstra mais uma vez a importância dos canais fluviais na ocupação e na formação territorial do Brasil. O arraial de Sant'Anna, que futuramente se tornou Vila Boa de Goiás, foi extremamente importante para a expansão das fronteiras brasileiras, pois esta já se encontrava em um território que, pelo Tratado de Tordesilhas, seria da Coroa da Espanha (Figura 10). Além disso, demonstra como esses aglomerados urbanos, surgidos com a exploração do ouro no interior do continente foram importantes para a consolidação do território brasileiro.

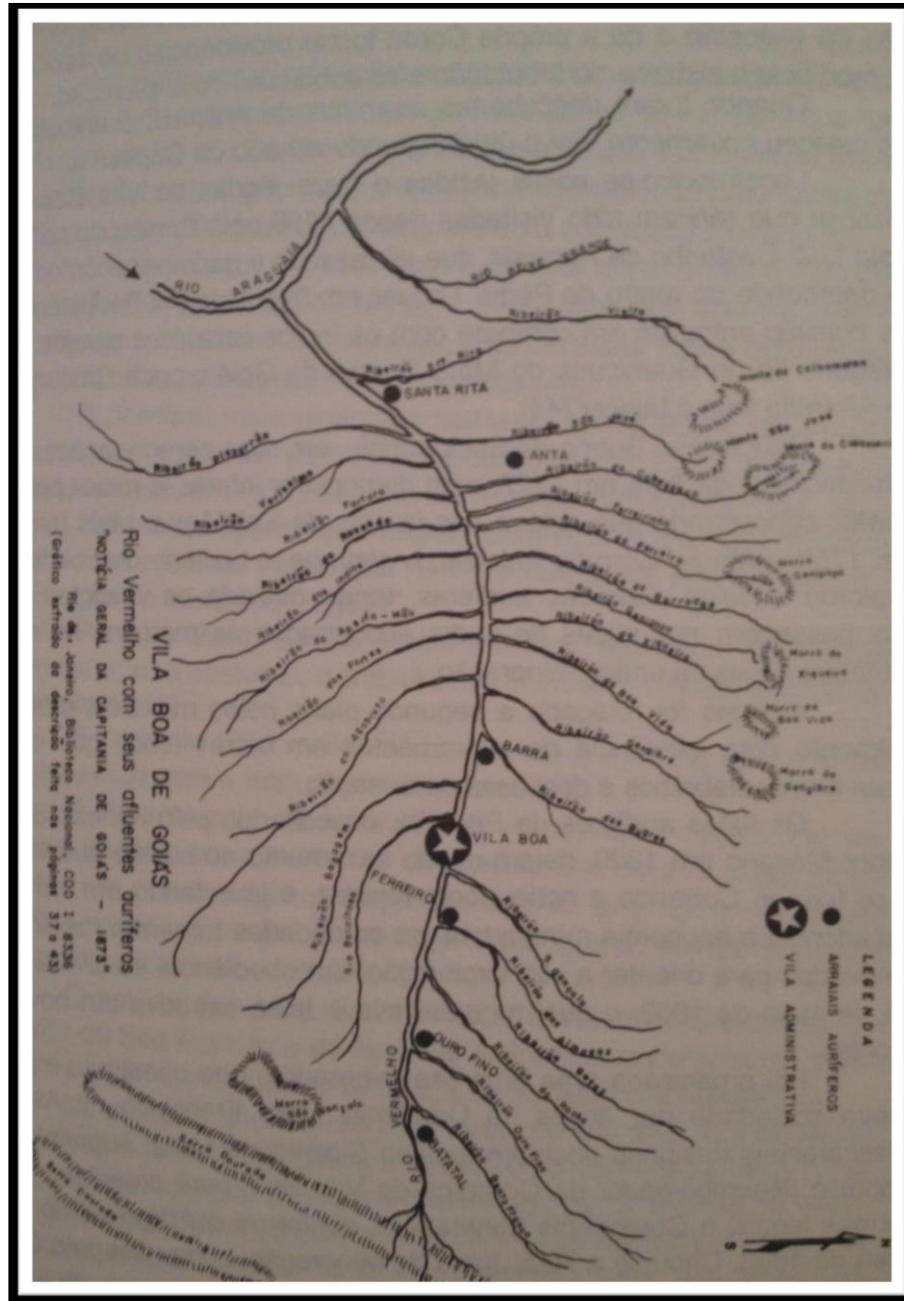


Figura 9: Ilustração do Rio Vermelho, Vila Boa e os Arraiais em sua área. Fonte: MALULY, 2014.



Figura 10: Mapa ilustrativo com a localização de Vila Boa em relação ao Tratado de Tordesilhas. Fonte: MALULY, 2014

A criação da prelazia de Vila Boa esteve ligada a negociações entre Lisboa e Roma, pois todos os territórios de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso eram regidos exclusivamente pelo bispado do Rio de Janeiro, sendo assim, os novos territórios recém-conquistados não tinham uma presença forte da Coroa Portuguesa e nem da Igreja. Com a construção da Vila Boa de Goiás seria desestimulada a movimentação dos espanhóis e também coibiria os altos índices de contrabando do ouro produzido nesses territórios (LEMES, 2013). Esse novo conglomerado foi, portanto, essencial para a consolidação das fronteiras do Brasil, pois concretizou a ocupação de um território colonial português além dos limites de Tordesilhas. Além disso, mostra uma política efetiva e consciente do governo português de expansão das fronteiras. Devido à ordem do rei português de criar novos

bispados na América, o papa Bento XIV promulgou em 1746 a Bula *Canor Lucis Eternae*, fundando as dioceses de São Paulo, Mariana e as prelazias de Goiás e Cuiabá, sendo que com essa ação, a Coroa Portuguesa obteve a ascensão da Igreja em relação a suas novas conquistas (LEMES, 2013).

Inicialmente as terras goianas eram pertencentes à Capitania de São Paulo e, do período entre a ocupação desse território até a sua nomeação em capitania (intervalo entre 1722 e 1748), a doação de terras era mais livre e possuía pouca fiscalização quanto à apropriação das porções de terra. A ocupação e consolidação desse território foi realizada, principalmente, em 1748, quando esta foi transformada em Capitania de Goiás (MALULY, 2014). Havia o interesse anunciado da metrópole, desde 1745, em desmembrar da Capitania de São Paulo as regiões de Goiás e de Mato Grosso, isso para, como dito anteriormente, ter um maior controle dos territórios da mineração. De acordo com Lemes (2013), a Coroa tinha plena consciência das dificuldades existentes naquele território, especialmente em razão da dimensão territorial daquelas terras e, por isso, ela decidiu realizar seu desmembramento. Inicialmente, as autoridades de Lisboa decidiram fundar a Vila Boa de Goiás, em 1739, devido à importância estratégica que tinham as vilas no ordenamento territorial colonial. De acordo com esse mesmo autor:

Sabemos hoje que a posição exata de Vila Boa de Goiás está definida pelas coordenadas geográficas 15° 56' 04" de latitude Sul e 50° 08' 25" de longitude Oeste. Neste caso, se considerarmos as coordenadas do meridiano definidas pelo Tratado de Tordesilhas (...) temos que Vila Boa encontrava-se avançada em pleno território espanhol em, exatamente, 1° 33' 00" (um grau e trinta e três minutos), ou seja, cerca de 41 léguas ou, ainda, 246 quilômetros. Se os geógrafos portugueses da década de 1740 conheciam com erro aproximado de apenas 1° (um grau) a longitude de Vila Boa, podemos concluir que o rei de Portugal sabia muito bem onde pisava e, por isso, investia pesado na fronteira visando garantir a posse de um amplo território e suas riquezas naturais que, teoricamente, pertenciam à Espanha. (LEMES, 2013, p. 204)

Sendo assim, pressupõe-se que a Coroa Portuguesa tinha plena consciência de que estava ocupando um território que ultrapassava as fronteiras estabelecidas pelo Tratado de Tordesilhas e, essa foi uma das maiores motivações para a criação das novas capitanias que representariam um maior domínio do território conquistado e também uma articulação estratégica para a defesa das novas fronteiras. A criação das Capitanias de Goiás e Mato Grosso ocorreram simultaneamente e possuem diversas similaridades em relação à organização política e administrativa da metrópole sobre esses territórios.

No início, as minas de Goiás trazem as minas de Cuiabá um novo fôlego, pois acabam por se tornar um caminho terrestre alternativo à rota fluvial existente até então, que se

caracterizava por ser a única ligação entre Mato Grosso e São Paulo. Gradualmente, as monções foram substituídas pela ida pelo caminho terrestre aberto entre Vila Boa de Goiás e Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. Diversos fatores levaram a criação do caminho por terra às minas do Mato Grosso, como o aumento da produção do ouro, a pressão dos movimentos de migração em direção a Goiás e a Mato Grosso. Os interesses comerciais, entre outros fatores aliados, levaram a uma ligação entre esses dois territórios que pertenciam a um mesmo conjunto econômico e social denominado “complexo da mineração” (LEMES, 2013). Com a criação das Capitânicas de Mato Grosso e Goiás a relação entre essas regiões se intensificou, pois sua integração era fundamental para a manutenção dos territórios conquistados.

Caberia a Capitania de Goiás promover a integração territorial do conjunto minerador (Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais) e isso levaria Goiás a ter um papel importante nas atividades desenvolvidas em Mato Grosso a partir de 1751. O ouro dessa capitania passou a garantir o apoio logístico que era necessário para a manutenção da integridade da fronteira, a partir de atividades militares; demarcação dos limites geográficos do território ocupado pelos lusos; a construção de fortes ao longo da fronteira para a proteção e defesa do território, entre outras ações. Fernando Lobo Lemes afirma que:

De fato, o ouro produzido nas minas de Goiás teve grande importância para os movimentos portugueses na fronteira com os domínios espanhóis, à altura da Capitania de Mato Grosso, desde, pelo menos, o ano de 1757. Desta forma, Goiás cumpria o papel que lhe foi destinado como protagonista do projeto colonial nas regiões mineradoras, como base de sustentação da fronteira e estrutura de apoio logístico para os domínios lusitanos na América. (LEMES, 2013, p. 200)

Para incentivar a ocupação do território do Mato Grosso e também estimular o recolhimento do imposto real, a coroa Portuguesa concedia estímulos fiscais conhecido como indulto do meio-quinto, desde 1779, aos mineradores dessa região. Porém, essa medida, com o tempo, reduziu as receitas das minas de Cuiabá e isso refletia em Goiás, pois eram transferidas grandes remessas do ouro arrecada em Goiás para Mato Grosso, sendo que, enquanto o benefício perdurou, os governadores de Mato Grosso justificavam a demanda por ouro de Goiás devido a esse incentivo (LEMES, 2013).

Uma ação que ajudou a legitimar posteriormente os limites propostos por Portugal nos futuros tratados diplomáticos, especialmente no Tratado de Madrid (que será analisado no capítulo 4) foi à realização de uma análise detalhada das questões relacionadas aos limites das capitânicas, considerando principalmente as fronteiras da Capitania de Mato Grosso. Ela foi

realizada por Marcos de Noronha, governador da Capitania de Goiás. Em 1750 foi entregue a metrópole um esboço detalhado dos limites das Capitâneas (Figura 11), e em 1753 foi apresentada para o rei de Portugal a demarcação dos limites da Capitania de Goiás que passou a integrar o “projeto limites” elaborado por Lisboa, sendo que alguns historiadores afirmam ser esta a “certidão de nascimento de Goiás” (LEMES, 2013).

No tópico seguinte trataremos então da ocupação da Capitania de Mato Grosso, que é o território brasileiro que se localiza mais a oeste no território brasileiro.

3.3 Mato Grosso

A expedição que iniciou a descoberta de ouro em Mato Grosso foi realizada pelo bandeirante Antônio Pires de Campos, por volta de 1716. Ele marchou até onde hoje se localiza Cuiabá em busca da lendária “Serra dos Martírios”, que de acordo com a lenda, possuía pepitas de ouro com formato de coroas, cravos, lanças, escadas, pregos, entre outros instrumentos que foram utilizados na morte de Cristo. Posteriormente, Pascoal Moreira Cabral, seguindo o mesmo caminho, descobriu grandes quantidades de ouro no rio Coxipó-Mirim, ocorrendo nesse período o início das atividades regulares de mineração na região. Foi quando houve o início da ocupação de Mato Grosso pelos portugueses. Em 1722 foram encontradas lavras ainda mais ricas no rio Cuiabá. Depois disso, rapidamente espalhou-se a notícia de que haviam minas naquela região, sendo criadas lendas em São Paulo de que “arrancando-se touceiras de capim nos matos, vinham as raízes revestidas de ouro” (MARANHÃO, 2011, p. 172/173).

Até aproximadamente 1740 o oeste da colônia portuguesa estava escassamente povoado com alguns arraiais de mineração, que se estendiam até as margens dos rios Cuiabá e Coxipó-Mirim (CHAVES, 2008). Porém, a metrópole começou a se preocupar com a defesa do povoado conquistado e ordenou a criação de novas vilas na região de Minas Gerais e, posteriormente, além da criação das novas capitânicas de Minas Gerais (1720), Goiás (1748) e Mato Grosso (1748) (Figura 12), novas povoações e vilas foram erguidas, institucionalizando a ocupação do território oeste sul-americano (CHAVES, 2008). Segundo Chaves, em um primeiro momento surgiram os arraiais de Cuiabá (Antiga Aldeia Velha ou São Gonçalo) em 1719, da Forquilha e do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, em 1722, localizados próximos aos rios Cuiabá, Coxipó-Mirim (2008). Além da política portuguesa de ocupação do território, um dos principais motivos para a consolidação desses novos arraiais foram os conflitos ocorridos em Minas Gerais, especialmente a Guerra dos Emboabas, pois eles promoveram a dispersão tanto de paulistas, como de portugueses, sertão adentro (CHAVES, 2008).

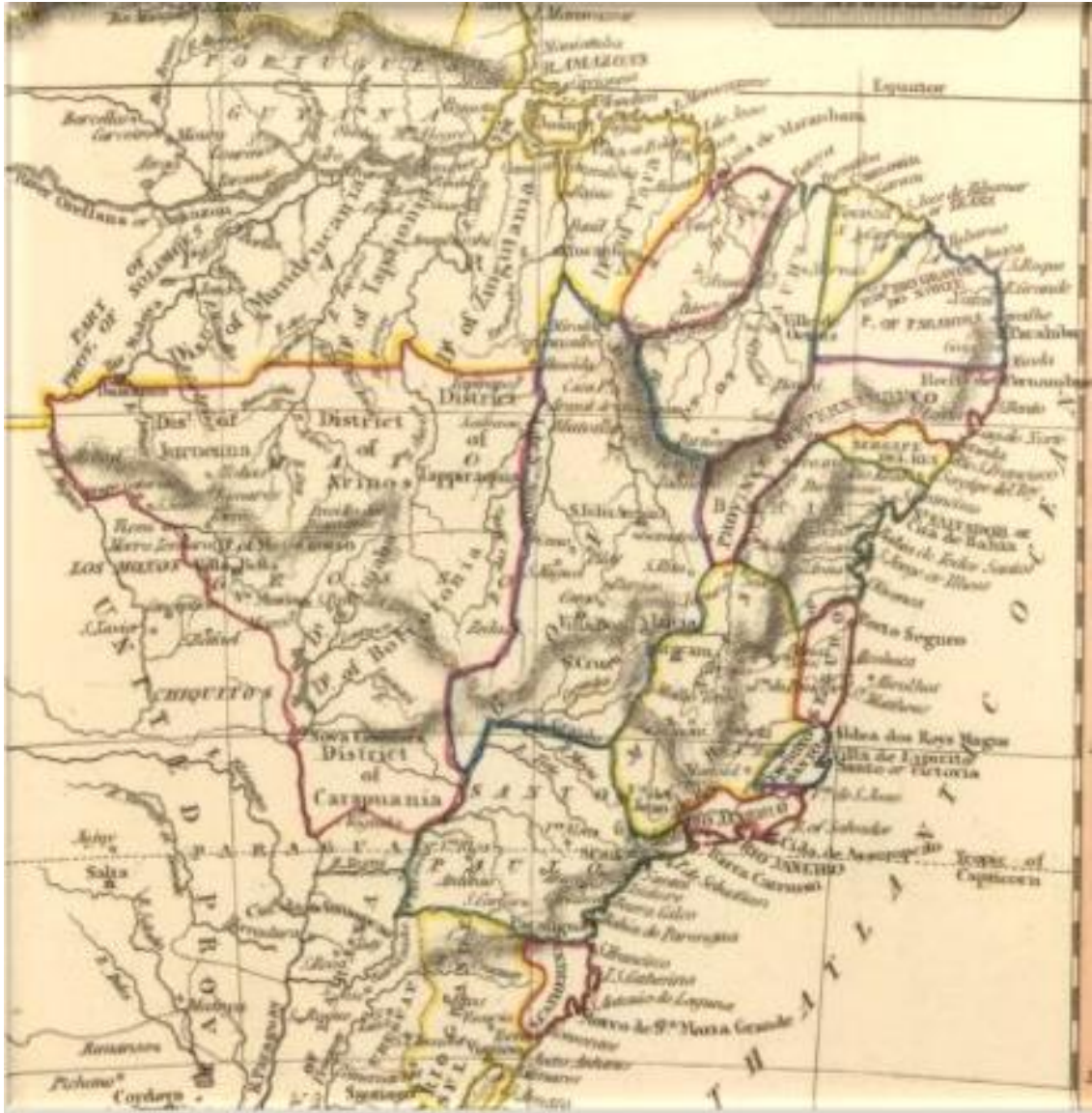


Figura 12: Mapa com a delimitação das capitãncias do Brasil no século XIX. Fonte: LEMES, 2013.

Diferente de Goiás, que durante todo o século XVIII teve Vila Boa como única vila, a Capitãncia de Mato Grosso logo recebeu uma nova capital (LEMES, 2013). A vila Bela da Santíssima Trindade foi fundada em 1752 para ser sede de governo, onde deveriam estar às tropas militares, o governador, a provedoria, a intendência, a ouvidoria e a casa de fundição de ouro (LEMES, 2013). Segundo Lemes, em cada uma das vilas funcionava um Senado da Câmara, sendo posteriormente criados os fortes de Coimbra e Príncipe da Beira, bem como as vilas de Albuquerque, Vila Maria e Casalvasco, mostra que a estratégia utilizada por Portugal era a de implementação de novas vilas e da instalação de fortificações (Figura 13) para a consolidação desse território e defesa das fronteiras:

quilômetro de São Paulo (2013). Elas seguiam rumo à procura de ouro em Cuiabá, sendo que, no início das monções, elas não possuíam roteiro fixo e nem um tempo determinado. Seu roteiro (Figura 14) inicial adotava o seguinte trajeto: partia do rio Anhembi (atualmente conhecido como rio Tietê), rio Grande (atual rio Paraná), rio Anhanduí, rio Pardo, caminho por terra pelos Campos das Vacarias, rio Emboteu (Miranda), rio Paraguá e por fim rio Cuiabá (AMORIM, 2014). O movimento teve início em 1722, com a descoberta de ouro em Bom Jesus do Cuiabá, e, a partir de então, motivou milhares de pessoas a viajarem continente a dentro em busca de fazer fortuna com a mineração.



Figura 14 – Mapa com as rotas das monções cuiabanas. Fonte: GOES, 1991.

Esse movimento moçoeiro estava fortemente entrelaçado ao bandeirismo paulista, e segundo Amorim, foi uma continuação das bandeiras que nos séculos anteriores haviam percorrido essa região, principalmente em busca de nativos para mão de obra escrava. Os caminhos percorridos a pé anteriormente, foram sendo aos poucos substituídos pelos caminhos fluviais e se consolidaram em um intenso movimento migratório entre São Paulo e Cuiabá (2014). Também segundo ele, a magnífica rede fluvial brasileira só foi aproveitada de fato quando houve o descimento sertanista rumo ao oeste do território (2014).

Com a intensificação da atividade mineradora, houve a necessidade de abastecimento

de mantimentos essenciais para a sua manutenção, aumentando ainda mais a atividade moçoeira (AMORIM, 2014). Isso porque os itens de sobrevivência eram enviados de outras áreas do país para essa região, devido a toda mão de obra existente nessa região (faiscadores, mineradores, escravos) está voltado exclusivamente para as lavras. Sobre o registro dessas atividades, Chaves afirma que:

Há registros nos Anais da Vila Real do Cuiabá sobre o vai-e-vem das monções, sejam elas particulares ou oficiais, trazendo comerciantes, autoridades régias, eclesiásticos, militares, escravos, mulheres, enfim, pessoas que saíam das mais diferentes regiões da América portuguesa, do reino e de outras partes do Império português visando tentar a sorte nas minas descobertas por Cabral Leme e Miguel Sutil. Tratava-se de uma arriscada aventura, pois muitos não conseguiam chegar às minas devido à longa viagem cheia de perigos, o que, várias vezes, colocou fim ao almejado sonho de riquezas. O abastecimento das minas do Cuiabá com gêneros alimentícios, armas, ferramentas, pólvora, animais, etc., se complicava ainda mais quando as monções eram atacadas pelos ameríndios Paiaguás, contribuindo para o aumento das dificuldades nas lavras. Os gêneros que conseguiam chegar, os comerciantes transferiam os custos da difícil jornada à população mineradora. (CHAVES, 2008, p. 32-33)

As monções, por serem um movimento de características exclusivamente fluviais, ocorriam normalmente entre os meses de março e junho, que é o período de cheias dos rios da região:

As distantes minas de Cuiabá passaram a ser abastecidas pelos paulistas por meio das monções. Tratava-se de expedições fluviais povoadoras e mercantis, que partiam do porto de Araritaguaba, hoje Porto Feliz, navegando pelo Tietê e pela rede de afluentes do rio Paraná e do rio Paraguai até o rio Cuiabá. Essas viagens demoravam mais de cinco meses (...). Nas monções fluviais de Porto Feliz a Cuiabá, entretanto, aproveitavam-se as facilidades de navegar com os rios cheios, entre março e junho. Os comerciantes, entre os quais predominavam homens vindo de Itu e de Sorocaba, levavam tudo o que fosse necessário para a sobrevivência dos novos núcleos de mineração, como alimentos, ferramentas, roupas, pólvora, armas, gado, escravos, ferreiros e outros profissionais. Na volta, traziam o ouro. Viajavam, em geral, em expedições de vinte a trinta barcos, cada um com vinte a trinta passageiros. (MARANHÃO, 2011, p.174/175)

Diversos problemas, de ordem produtiva e ambiental, além das longas distâncias, os ataques indígenas que assaltavam as canoas moçoerias, as dificuldades de comunicação e transporte e a alta carga tributária, deixavam o preço das mercadorias que chegavam a região das minas de Mato Grosso muito caras (AMORIM, 2014). Segundo Bueno o movimento moçoeiro teve seu fim em 1838, quando partiu a última moção (2010).

Essas expedições fluviais ocorridas no decorrer do século XVIII foram fundamentais para a conquista e ocupação do território do extremo oeste do Brasil e também para o desenvolvimento econômico do mercado interno do país. Assim, as monções atendiam interesses estratégicos de ocupação do território e expansão das fronteiras lusas no continente

americano. Outro fator que também colaborou para a ocupação e consolidação do território de Mato Grosso foi o desânimo dos espanhóis em relação a região, devido a descoberta das minas de ouro em Potosi, o que facilitou a ação dos bandeirantes paulistas (GARCIA, 2005).

Em poucas décadas as jazidas mato-grossense se esgotariam, visto que as minas apesar de ricas eram superficiais (MARANHÃO, 2011). Mas, apesar de terem se esgotado rapidamente, a faina mineradora foi suficiente para a ocupação do território e dilatamento das fronteiras brasileiras, impulsionando o processo mercantil das monções (MARANHÃO, 2011).

Nogueira afirma que, em Goiás, a exploração de ouro deu origem a um povoamento mais estável, com fluxos mercantis duradouros, e uma rede de cidades em certa medida consolidadas, tudo isso em decorrência da exploração elevada de ouro (2012). Porém, Mato Grosso, conforme as necessidades de defesa e caráter militar do governo, devido a necessidade de manutenção e defesa das fronteiras, acabou consumindo os esforços dos seus habitantes (NOGUEIRA, 2012). Nogueira firma ainda que, o que assegurou o povoamento de Goiás e de Mato Grosso não foi o ouro e sim a agropecuária, sendo no tocante da formação territorial, foi a ruralização da população durante o século XIX o que garantiu a consolidação desses territórios (2012). Dessa forma, o ouro foi atrativo para o grande fluxo de pessoas que se destinaram ao interior do país, porém após o esgotamento das minas, foi a atividade rural que permitiu que esse território permanecesse do Brasil, através da manutenção dos imigrantes nessa região.

Devido à localização central no continente sul-americano, a sua principal atividade econômica ser a mineração e ser linha de frente diante dos domínios hispânicos, a criação da Capitania de Mato Grosso teria como função efetivar as conquistas territoriais da região, detendo o avanço das missões jesuítas espanholas que buscavam se estabelecer na margem direita do rio Guaporé (LEMES, 2013). Sendo assim, essa nova capitania teria como principal função estratégica a defesa do território de fronteira contra os domínios espanhóis (POMBO, 2013).

Para que a ocupação do território mato-grossense fosse realizada de maneira produtiva, era essencial a manutenção da defesa das fronteiras, especialmente contra o ataque dos franceses e espanhóis (POMBO, 2013). Dessa maneira, o rei de Portugal reafirma, a partir de 1757, a obrigação de mandar uma remessa anual para a Capitania de Mato Grosso, sem uma quantia exata fixada, para auxiliar com os gastos necessários para a preservação das fronteiras (LEMES, 2013). Como visto anteriormente, essa região, além de receber auxílio financeiro da Coroa (sendo que muitas vezes esse valor repassado vinha dos impostos recolhidos na

Capitania de Goiás) possuía também incentivos fiscais para a sustentação da população voltada para as atividades mineradoras.

Havia uma preocupação do Conselho Ultramarino com as possíveis invasões castelhanas em direção as minas de Cuiabá, isso porque a Coroa encontrava-se em franco confronto com a Espanha devido a edificação da Colônia de Sacramento (Figura 15), “o que lhe permitia recursos consideráveis, a partir do contrabando da prata extraída das minas de Potosí, no Alto Peru” (CHAVES, 2008, p. 46). E de fato, diversas disputas ocorreram na região na segunda metade do século XVIII e no início do século XIX, sendo que algumas vezes esses conflitos resultaram em batalhas militares entre portugueses e espanhóis:

Essa constante disputa criava um clima de insegurança permanente para os habitantes da capitania, em particular para aqueles que moravam na capital, Vila Bela, localizada próxima ao território espanhol, exigindo grandes sacrifícios materiais da população, visto que o ônus dessa disputa recaía em grande medida sobre os próprios moradores da capitania. Ao mesmo tempo em que consolidavam seu domínio no oeste, os portugueses procuravam conhecer melhor o seu território e suas potencialidades econômicas. Os capitães-generais que governaram Mato Grosso nesse período, atuavam com o apoio de engenheiros, matemáticos e cartógrafos que irão fazer reconhecimentos, cartas geográficas e determinar a localização exata de acidentes geográficos. (GARCIA, 2005, p.43)

Havia uma grande preocupação dos portugueses em controle da navegação dos rios Guaporé e Mamoré, pois os canais fluviais eram fundamentais para a manutenção do território e controle da fronteira (GARCIA, 2005).

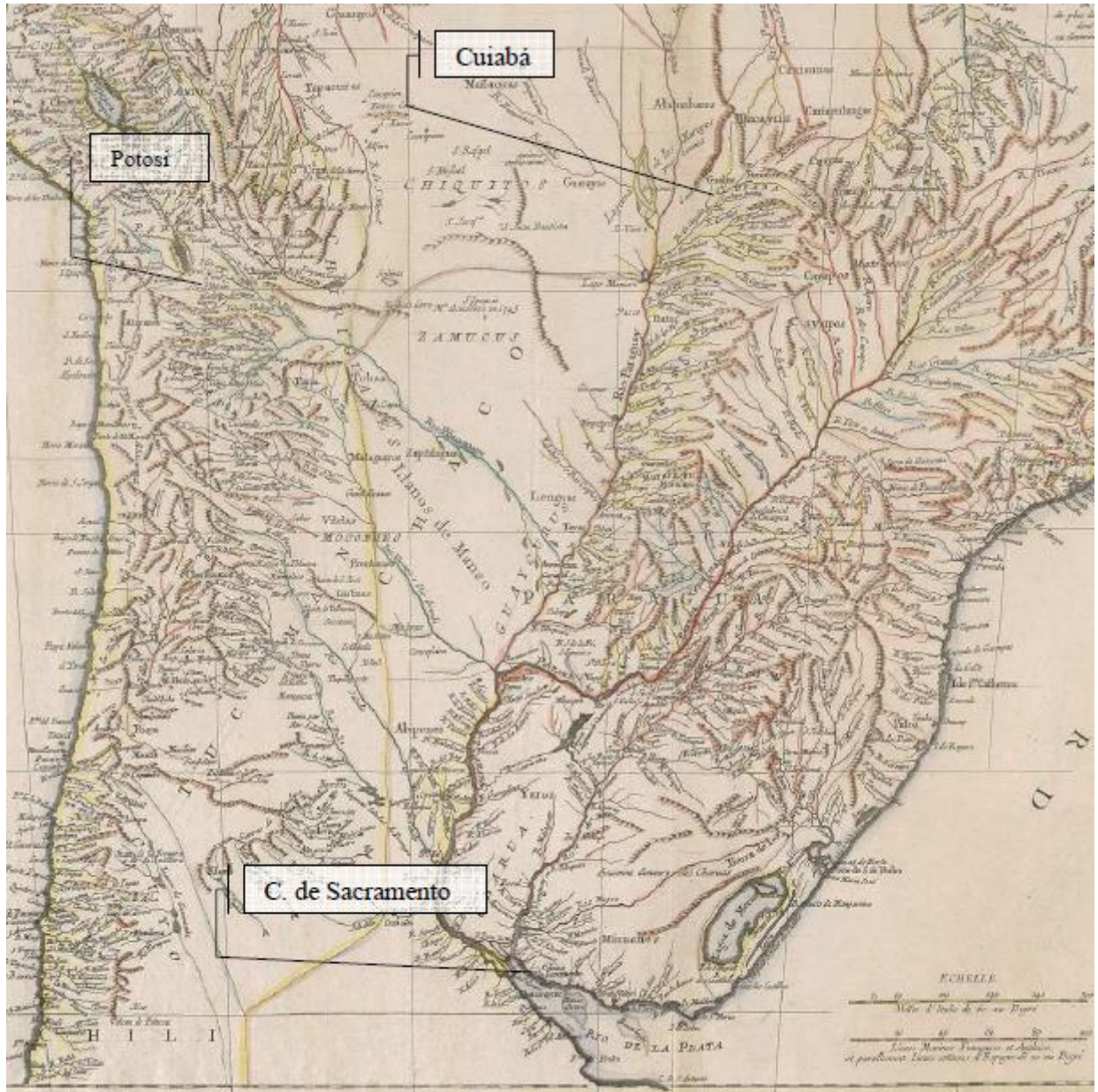


Figura 15 – Ilustração com a localização da Colônia de Sacramento, Cuiabá e Potosi. Fonte: CHAVES, 2008.

Apesar de todo o esforço da Coroa lusitana em manutenção e assistência ao território de Mato Grosso, diversos problemas assolavam a região, agravados especialmente pelo isolamento (POMBO, 2013). Haviam queixas pela falta de notícias da Corte, pois para que estas chegassem era necessário vencer os obstáculos naturais a comunicação:

Queixava-se da falta de notícias da Corte que, para chegarem ao Mato Grosso, deveriam vencer os obstáculos naturais de comunicação com o Pará que, pelas “costumadas inundações dos rios”, ignorava o “estado atual da Europa, pela demora dos correios, havia dois meses”. Sentindo o peso do “tempo administrativo” e os riscos de governar as franjas do império, alertou d. Rodrigo sobre a necessidade de “facilitar a comunicação das suas importantes colônias do Brasil com a Metrópole”, porque as diretrizes metropolitanas são úteis “no tempo da paz”, porém “mais necessárias no tempo de guerra, porque de outra sorte, ou se tornam as medidas tarde, ou antes do tempo, estando elas sempre dependentes de combinações vagas e falíveis” (idem). (POMBO, 2013, p. 95)

De fato, a comunicação com a metrópole era bastante precária devido, não apenas a localização da capitania, que estava distante do mar, mas também todos os fatores físicos do território que dificultava o acesso à região. Apesar disso, a ocupação desse território foi efetivamente realizada, e, devido ao empenho da Coroa de defesa das fronteiras da região, já no Tratado de Madrid, essa área era reconhecida como território Brasileiro.

Pode-se apreender então que, o movimento de migração e imigração da população em busca das minas de ouro e, posteriormente, a política consciente e efetiva do governo português de defesa do território e das fronteiras, sucedeu a consolidação da fronteira oeste do Brasil, mesmo que em seguida as minas tenham se esgotado. Houve, desde o início da consolidação do território de Mato Grosso, uma preocupação da metrópole em manter a defesa das fronteiras oeste do território nacional.

Outra região de grande expansão territorial brasileira foi o território Amazônico. Assim como no Mato Grosso, a rede de drenagem foi fundamental para a ocupação desse território e expansão dessas fronteiras. Em seguida aprofundaremos a compreensão da expansão das fronteiras norte.

3.4 Território Amazônico

O que guiou a ocupação da região norte foi, principalmente, o Rio Amazonas, que era utilizado como principal meio de transporte por colonos, religiosos, piratas, comerciantes e autoridades civis e militares (PEREGALLI, 1984). Os espanhóis, por outro lado, esperavam o ataque dos lusitanos nos rochedos andinos, enquanto os portugueses ocupavam as margens do rio. Somente no século XVIII os castelhanos perceberam seu erro logístico, enfrentando os

lusitanos no Rio Solimões ente 1709-1710 (PEREGALLI, 1984).

O Rio Amazonas foi descoberto em 1499 por navegantes a serviços da Espanha. Não há um consenso entre os historiadores sobre quem de fato realizou esse feito, sendo que alguns afirmam que foi por Américo Vespúcio, e, outros, que foi Yañes Pinzón (GOES, 1991).

A linha que demarcava as fronteiras, no Tratado de Tordesilhas, passava pela foz do Rio Amazonas e por seu leito, se estendendo pelo lado oeste do meridiano, ou seja, um território que deveria pertencer ao domínio espanhol. Mas, apesar de terem sido os espanhóis os primeiros a navegarem todo o leito do rio, quem de fato ocupou as duas margens foram os portugueses. Essa ocupação, porém, não ocorreu no século XVI por diversas dificuldades, sendo que Goes afirma que:

O litoral norte da América do Sul no trecho hoje brasileiro e guianense não foi ocupado no século XVI: apresentando dificuldades para o estabelecimento humano, com costas quase desérticas no Ceará, de baixios nas proximidades do delta amazônico e de mangues nas Guianas, não revelou, ademais, nada que estimulasse a conhecida ambição dos espanhóis e portugueses quinhentistas. Estes últimos, no primeiro século, mal conseguiam consolidar os núcleos urbanos com que haviam salpicado a costa leste, de São Vicente (1532) a Olinda (1535). (...) Talvez por isso, pelo abandono dessa região litorânea, a primeira navegação completa do Amazonas foi realizada a partir dos Andes e não, como se imaginaria, a partir do delta marajoara, a entrada natural do continente. (1991, p. 79)

Houve diversos fatores que levaram a Espanha a não ocupar, efetivamente, o território amazônico. Algumas dessas causas foram à dificuldade de navegação dos rios no sentido oeste-leste, além dos fatores físicos adversos a ocupação do território, como vegetação e o clima. Ademais, esse era um momento onde os espanhóis canalizavam suas energias na exploração e defesa das minas de prata. Todos esses fatores refletiram na ocupação castelhana no território amazônico que, no século XVI e na primeira metade do século XVII, não ultrapassou as regiões mais próximas a Quito, próximas aos rios Napo e Javari, sendo que na segunda metade do século XVII o povoamento português já assenhorava quase todo o vale amazônico (GADELHA, 2002). Sobre o interesse da coroa espanhola em ocupar o território amazônico, Regina Gadelha diz que:

(...) é revelador que desde o século XVII a coroa de Espanha já preferia relegar aos missionários franciscanos e, depois, aos jesuítas e aos seus índios missioneiros, a missão de guardiões das fronteiras e a defesa dos territórios periféricos mais extremos, demonstrando desinteresse pelo destino do vale e suas regiões silvícolas. A verdade é que, se alguma resistência houve da parte de Espanha, coube aos jesuítas e seus neófitos o único empenho pela defesa dessas fronteiras, impedindo a maior penetração dos brasileiros tanto nas regiões sul e oeste (as missões de Guarani, Moxo e Chiquito) como na região norte (missões de Mayná). Expulsos os jesuítas no século XVIII, por ordem do mesmo governo de Espanha, progressivamente as autoridades espanholas foram abandonando as áreas amazônicas – o que pôde ser largamente constatado pelos engenheiros brasileiros que no século XIX demarcaram as fronteiras oeste do Brasil. (GADELHA, 2002, p. 76)

O relevo e a hidrografia no território da colônia portuguesa se contrapõem com o da colônia castelhana. Isso porque na América espanhola haviam uma grande muralha natural, a Cordilheira dos Andes, que dificultava a ocupação do território amazônico. Além disso, com a descoberta da prata de Potosi, houve um rigoroso controle da Espanha, com o objetivo de evitar o contrabando. Por isso foram realizadas diversas ações que impediam qualquer abertura de caminhos que possibilitassem romper esse rígido controle. Ao contrário, a parte leste do continente possuía diversos fatores que auxiliava a ocupação do território. Um dos principais motivos é que, de norte a sul, se estendem as cabeceiras e os afluentes de uma das maiores bacias fluviais do mundo: a platina e a amazônica, sendo que ambas seguem em direção ao Oceano Atlântico, e não ao oceano Pacífico (GADELHA, 2002). Foram essas bacias que facilitaram a locomoção dos portugueses por todo o território norte, sul e oeste, expandindo assim, suas fronteiras.

Para que os portugueses conseguissem ingressar floresta adentro, aconteceu também, como nas bandeiras e entradas paulistas, um núcleo urbano que seria utilizado como ponto de partida. A vila de Olinda, em Pernambuco, foi o principal foco irradiador para a penetração portuguesa no litoral setentrional até o Maranhão, se expandindo através da conquista do Grão-Pará (GADELHA, 2002). Essa expansão, porém, só adquiriu maior relevância quando, já na metade século XVII, os portugueses conseguiram expulsar definitivamente os franceses desses territórios⁷ (GADELHA, 2002). Assim, nota-se que os primeiros anos da consolidação de Belém não foram fáceis, não apenas em razão da luta contra estrangeiros (franceses, ingleses, holandeses), mas também por causa do ataque de indígenas mais hostis (GOES, 2010). Apesar do bloqueio da expansão portuguesa, pelo litoral norte, havia a entrada pelo rio Amazonas que conduziria os portugueses até o coração do continente. Para auxiliar a metrópole a consolidar a conquista das novas terras foi criada, em 1622, a Capitania do Maranhão, que tinha como capital São Luiz, que estava diretamente subordinada a Lisboa (GOES, 2010). Essa capitania existiu até 1774, quando, graças à sua importância e localização estratégica, Belém se tornou capital dessa capitania, que passou a se chamar de Grão-Pará e Maranhão (GOES, 2010).

Segundo Gadelha, os mamelucos foram os principais responsáveis pelo movimento

⁷ Com o início das conquistas dos territórios do novo continente, diversas potências da época, como a França, Inglaterra, Holanda, entre outras, começaram a tentar ocupar o território americano. Devido a isso, os franceses conseguiram conquistar algumas porções do território brasileiro, como o Maranhão e o Rio de Janeiro. Essa ocupação francesa resultou na fundação da cidade de São Luís, em 1612 (BUENO, 2010). Em novembro de 1614 o exército português conseguiu expulsar completamente os franceses do Maranhão (BUENO, 2010)

sertanista que desbravaram os sertões do Maranhão e as florestas do Grão-Pará, isto é, a Amazônia (2002). Esses mamelucos eram filhos de casais de portugueses e indígenas. Foi essa união que permitiu, aos descendentes dos portugueses os conhecimentos relacionados aos rios, matas e serras, possibilitando não apenas a sua sobrevivência em um território hostil, mas também técnicas de defesa do território e da fronteira (GADELHA, 2002). Partindo do Grão-Pará, os sertanistas conseguiram penetrar cada vez mais o continente através do grande rio, rumo leste-oeste e, a partir daí, seguiam em todas as direções (GADELHA, 2002). Gadelha também afirma que, quando trilharam para o norte, subindo o rio Javari, ocuparam um território próximo a Guiana Francesa; e, quando seguiam rumo a oeste, expandiram as fronteiras até o Napo e conquistaram o Solimões (2002). Synesio Goes afirma que esses agentes tinham como principal objetivo ir sertão adentro, para capturar nativos, formando “verdadeiras bandeiras fluviais” (1991). Além disso, buscavam também sustentar militarmente o domínio lusitano contra as incursões francesas, espanholas e inglesas (GOES, 1991). Outra semelhança das incursões amazônicas com as paulistas foi o papel da Coroa Portuguesa:

Mais um símile com as bandeiras paulistas. Uma observação agora sobre o papel do Estado: a ocupação da Amazônia não foi apenas consequência da geografia que proporcionou aos portugueses, após a fundação de Belém, o acesso à magnífica avenida da penetração e às estradas fluviais dos afluentes do grande rio; nem foi somente obra dos indivíduos, cujos interesses, espirituais ou materiais, os levaram a entrar naquele imenso “sertão florestal”. A conquista da Amazônia teve sempre em escalas variáveis no tempo e no espaço - mais nítido no norte, menos no sul - a orientação e o apoio da Coroa portuguesa. (GOES, 1991, p. 84)

Goes também afirma que existiram as “monções do Norte”, que coincidem com o período de decadência das minas de Cuiabá e Guaporé (quando a economia da região passou a ter um caráter rural), sendo que, sem a região de Mato Grosso, seria difícil a manutenção do território amazônico (1991). Elas começaram, basicamente, em 1752, quando a metrópole decidiu revogar a política de proibição da navegação das minas do Guaporé ao Amazonas, abrindo a rota do rio Madeira (GOES, 1991). Essas monções partiam da capitania do Grão-Pará, basicamente de Belém e de São Luís, e navegavam pelos afluentes do Amazonas, desbravando os sertões desses rios e ampliando o território até o Mato Grosso (GADELHA, 2002). Elas partiam do norte em diversos sentidos, atingido as nascentes das bacias do Paraná e do Paraguai, ou navegando pelo rio Madeira e pelo Tocantins-Araguaia, em direção ao Leste e ligando a bacia do Amazonas ao São Francisco (GADELHA, 2002). Logo, a articulação de ambas as monções fizeram com que os portugueses conseguissem navegar boa parte do

contorno da “ilha Brasil”⁸ (GOES, 1991), e completava-se o contorno das futuras fronteiras, que seriam reconhecidas pelo Tratado de Madrid.

Há três fatores, segundo Regina Gadelha, que são importantes para a compreensão da expansão das fronteiras portuguesas para além do limite estabelecido no Tratado de Tordesilhas na região norte:

O primeiro fator (...) é a realidade geográfica, expressa no mito da ilha Brasil e que diz respeito às raízes geográficas da expansão. O segundo fator é (...) menos conhecido dos historiadores brasileiros. Trata-se do regime dos ventos e das correntes marítimas, essenciais para a compreensão das possibilidades das navegações na época. Eles são explicativos também para o maior desenvolvimento comercial das capitânicas do nordeste meridional, sobretudo Pernambuco, pois graças aos ventos era possível realizar a viagem entre Lisboa e Olinda-Recife em apenas quatro meses, dependendo da época do ano. (...) O terceiro fator é de caráter político. Após a malograda tentativa de colonização do vale da Amazônia, pelo adelantado Francisco de Orellana (1551-55), e das desventuras sofridas por Gonzalo Pizarro e seus comandados a partir da Província de Maquipáro, tanto Carlos V como Felipe II tentaram inutilmente despertar o interesse dos espanhóis para a ocupação desses territórios. Nesse ciclo se inserem as doações com as quais os monarcas tentaram atrair alguns destacados soldados da conquista do Peru. (GADELHA, 2002, p. 74-75)

Dessa maneira, constata-se que não apenas as características físicas do território amazônico influenciaram a expansão das fronteiras portuguesas, mas também diversos fatos políticos que levaram a um desinteresse dos espanhóis por esta região, facilitando a ocupação pelos portugueses.

Como mencionado anteriormente, a Igreja (representada principalmente pelos jesuítas, mas também pelos franciscanos, carmelitas, capuchinhos e mercedários) foi um agente importante na consolidação do território amazônico, tanto para os espanhóis, quanto para os portugueses (Figura 14). Isso, devido à existência de diversas tabas indígenas, que possuíam variadas famílias, com crenças diferentes (GOES, 1991). Os jesuítas tinham, como principal objetivo, a catequização dos índios. A Igreja, nesse sentido, conseguiu catequizar muitas tribos indígenas, permitindo uma maior homogeneização dessas populações, além de sedentarizá-los. Com isso, constata-se uma divergência de interesses entre os jesuítas e os paulistas que, como dito anteriormente, tinham como principal objetivo a captura dos indígenas para a mão-de-obra escrava. Essa divergência levou a diversos embates entre os paulistas e os jesuítas, principalmente no século XVII, tendo fim apenas no século XVIII, quando a Coroa portuguesa expulsa os jesuítas de Portugal e suas colônias (BUENO, 2010).

⁸ Ilha Brasil era uma mitologia construída pelos portugueses que, havia um imenso território, com limites naturais, chamado de Ilha Brasil. Assim, era dever de Portugal conquistar um território que englobasse toda a Ilha (GOES, 1991).

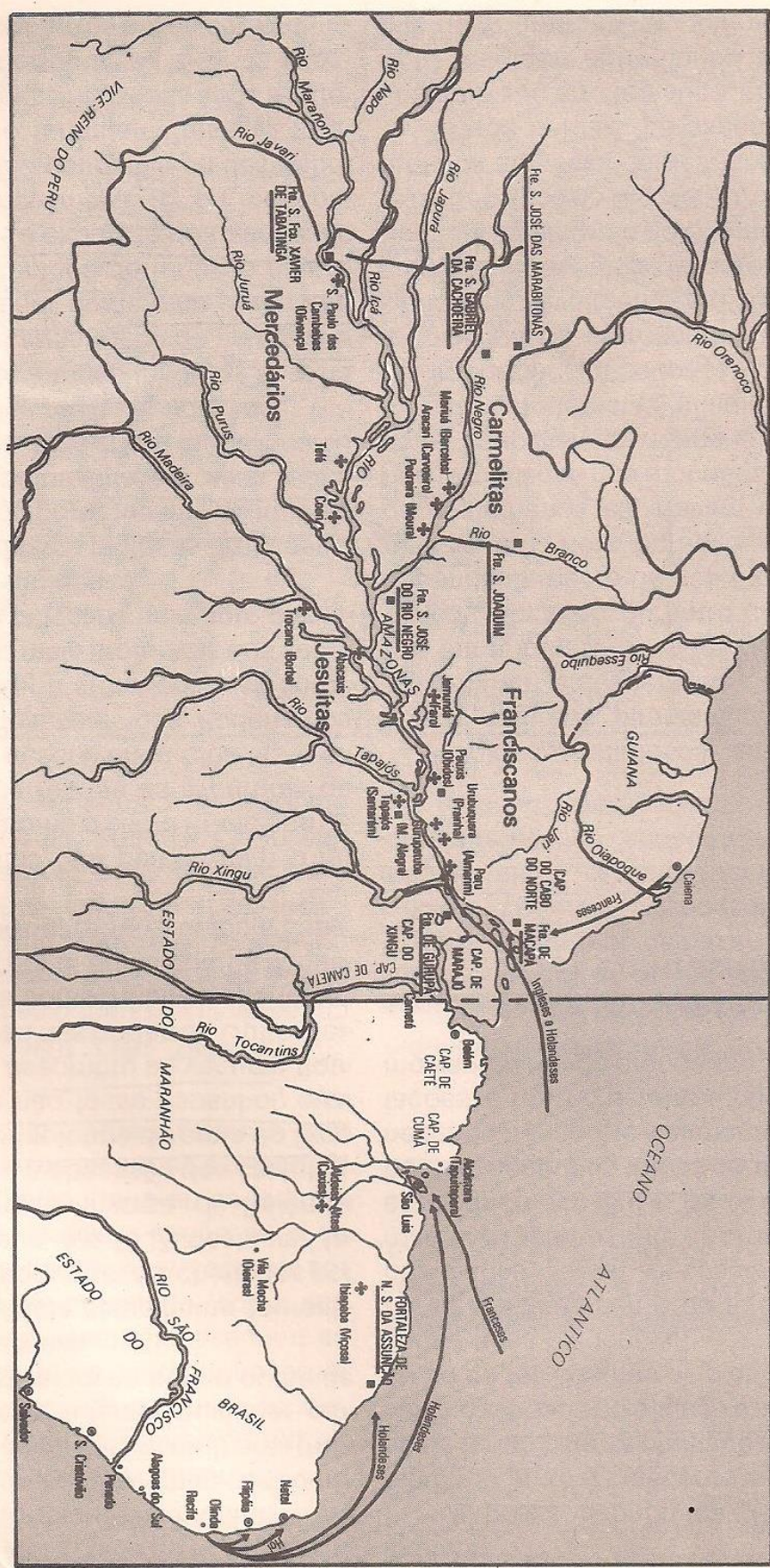


Figura 16 – Mapa com as regiões de domínios dos jesuítas. Fonte: PEREGALLI, 1982.

Segundo Teixeira, as fronteiras norte e oeste se expandiram, diferentemente das fronteiras sul, com “muita audácia e pouca gente” (1972, p. 47), pois não foram, inicialmente, resultado de uma política direta da Coroa portuguesa. Elas não se expandiram por uma ocupação militar e sim através da audácia de uma população que, movida por diversos motivos, foi levada a ocupar essas regiões que possuíam fatores físicos e sociais que dificultavam a ocupação (TEIXEIRA, 1972).

Porém, após a ocupação desse território pela população portuguesa, a consolidação dessas fronteiras tornou-se um imperativo para as autoridades portuguesas. Isso porque as terras da Amazônia e do Mato Grosso representavam um imenso território aberto que precisava ser defendido. Mesmo após diversas perdas de territórios no Tratado de Santo Idelfonso (que falado no capítulo três), a metrópole continuou a defender os territórios norte e oeste para impedir um avanço castelhano (TEIXEIRA, 1972). Foi assim que houve uma consolidação desses territórios, que foram ocupados inicialmente sem uma política das autoridades portuguesas, mas que depois receberam atenção da Coroa, que disponibilizou recursos, especialmente militares, para a defesa desses territórios.

Outro capítulo importante para a consolidação das fronteiras do norte do país foi a conquista do território do Acre, pois essa representou um dos episódios mais intensos de luta por território durante a fixação das fronteiras brasileiras. Por isso, adiante será analisado como ocorreu a ocupação desse território, que inicialmente deveria ser (como toda a Amazônia) castelhano.

3.4.1 O caso do Acre

A ocupação do território acreano e a exploração da seiva da seringueira⁹ estão intimamente ligados. Portanto, para que se possa compreender a expansão das fronteiras do norte até o Acre, é necessário que se apreenda a importância da borracha na formação territorial e econômica do Brasil. Foi o látex da seringueira, que é a matéria prima da borracha, um dos principais produtos de exportação do Brasil (MARANHÃO, 2008). Segundo Eduardo Bueno, a seiva da seringueira teve sua entrada oficial no mundo da ciência em julho de 1743 e, em poucos anos, se tornaria o produto mais cobiçado do mundo (2010). Foi a ascensão da borracha que transformou Manaus, rapidamente, de “aldeia indígena”¹⁰ em capital industrial (BUENO, 2010). A exploração da borracha iniciou-se no estado do Pará,

⁹ Árvore típica da floresta amazônica.

¹⁰ Em 1830 Manaus, que ainda se chamava Barra, era uma vila com três mil habitantes (BUENO, 2010).

incluindo as ilhas de Marajó e alguns municípios que estavam na margem do Amazonas (BEZERRA, 2006). Mas, devido a forma arcaica de extração do látex, que provocava o rápido esgotamento das árvores, houve a necessidade de penetração na floresta, a partir dos afluentes da Bacia do Amazonas (BEZERRA, 2006). Houve então uma busca dos governos do Pará e do Amazonas em se expandirem, cada vez mais, em direção aos territórios peruanos e bolivianos (BEZERRA, 2006).

A alta demanda pelo látex, aliada a uma gravíssima seca no Ceará, nos anos de 1877-1879, provocou um forte movimento migratório para o Amazonas. Os migrantes tinham a esperança de conseguir, em pouco tempo, dinheiro para que pudessem comprar um pedaço de terra em suas cidades natais. Em consequência disso, em poucos anos, ocorreu um rápido crescimento populacional em toda a região norte, onde havia seringueiras e, mais especificamente no Acre. Segundo Goes, entre os anos de 1860 e 1900 cerca de quinhentos mil nordestinos saíram do Nordeste para o Norte (1991).

O trabalho de extração do látex era penoso e exigia a dispersão na floresta, em um ambiente completamente diferente àquele que os trabalhadores estavam acostumados (GOES, 1991). Mas a floresta possuía fatores favoráveis para a sobrevivência dessas pessoas, pois havia alimentos em abundância. Ademais os sertanejos não estavam mais sujeitos aos desmandos dos grandes proprietários de terra, que utilizavam a mão-de-obra abundante para manter as condições de trabalho precárias, além da baixa remuneração (BEZERRA, 2006). Como já mencionado, a borracha possuía um lugar de destaque nas exportações brasileiras e a região acreana ocupava uma posição de destaque na produção de látex, devido a sua abundância de seringueiras da melhor qualidade (BEZERRA, 2006).

Foi nesse período, de expansão da borracha, durante o final do século XIX e início do século XX, que os problemas começaram a se agravar. O território do Acre pertencia a Bolívia. Isso porque, na Guerra do Paraguai, o Brasil assinou um acordo no qual abria mão desse território em troca da não entrada da Bolívia na Guerra. Porém, ambas as nações não sabiam onde se localizavam, exatamente, os limites do território acreano. Devido a isso, a Bolívia fez diversas reclamações ao governo brasileiro, solicitando a demarcação de limites, até que em 1895 foi criada uma Comissão Mista entre a Bolívia e o Brasil para a demarcação (BEZERRA, 2006). Logo começaram os desentendimentos entre brasileiros e bolivianos, já que não havia um consenso sobre onde estava localizado o limite de cada país. Além disso haviam muitas propriedades, registradas pela Capitania de Manaus, que eram ocupadas por brasileiros, mas estava localizada em território boliviano. A Bolívia atravessava um período

de instabilidade política e debilidade econômica, além de uma falta de unidade territorial, e, devido a isso, não tinha condições de tomar posse da terra a partir de ações beligerantes (BEZERRA, 2006). Ademais, tinha grandes dificuldades em ocupar esse território:

(...) ficam patentes as dificuldades da Bolívia em enviar expedições a região para ocupa-la e explorá-la, além da própria carência de população disponível por parte da Bolívia para realizar o empreendimento de ocupar a área, bem como o fato das grandes dificuldades de transportes e comunicação diante de um território tão imenso e distante, sobretudo se levarmos em conta que os rios eram as principais vias de penetração da área. Por outro lado, se o meio físico, de uma lado, dificultava a penetração boliviana, do outro facilitava a chegada dos brasileiros, que, saindo de Manaus, “poderiam chegar ao Acre em 20 a 25 dias, na época de estiagem, e de 15 a 20 dias na época das cheias; 20 a 25 dias partindo de Belém; 25 a 30, saindo do Ceará”. (BEZERRA, 2006, p. 21-22).

Os primeiros a irem no território do Acre foram os exploradores, que tinham como objetivo estudar mais sobre a seringueira. Depois vieram os seringueiros que, achando a terra desocupada, subiram os afluentes do Purus e do Juruá, ocupando as margens do rio Acre, consolidando povoados como Rio Branco (GOES, 1991). Não sabiam eles que já estavam em território boliviano.

A Bolívia, com o objetivo de assegurar oficialmente seu domínio sobre esse território, destituiu em 1899 a autoridade dos funcionários brasileiros dessa região. Também modificou a administração, os métodos de trabalho e implementou um novo sistema fiscal e policial caracterizado pela força (BEZERRA, 2006). Mas as novas regras receberam a indiferença da população local, que era, em sua maioria, formada por brasileiros. Segundo Bezerra (2006), a região produzia durante esse ano mais de 60% da borracha amazonense, o que resultava em mais de 12 mil toneladas.

Nesse momento se agravam os problemas entre as autoridades bolivianas e os seringueiros brasileiros. A primeira atitude de revolta dos brasileiros foi o não pagamento dos altos tributos impostos pela Bolívia e exigir a saída do ministro Moisés Santivanez, pois acreditava-se que, com a saída dele, as decisões estabelecidas fossem revogadas (BEZERRA, 2006). Inicia-se então a resistência dos brasileiros, sob a liderança de Plácido de Castro (ANDRADE, 2004).

Quando Rio Branco assume o Itamaraty, a crise no Acre atingia seu ápice. Segundo Bueno:

Os rebeldes de Plácido de Castro venciam no terreno e o próprio Presidente Pando descia de La Paz, à frente das tropas que deveriam enfrentar os revoltados. Anos antes, também com o apoio do Governo do Amazonas, outra tentativa separatista, menos séria, fora tentada no Acre, sob a liderança do aventureiro (ex-diplomata) espanhol Luíz Galvez. Agora a situação era ainda mais complexa pois o Governo boliviano, adotando o alvitre de seu Ministro em Londres, o magnata do estanho Félix Aramayo, cedera a exploração econômica da região a um consórcio anglo-americano, o “Bolivian Syndicate”. A razão, como explica Burns, era tentar de alguma maneira ocupar o território (...). (GOES, 1991, p. 163-164)

A Bolívia, como dito anteriormente, tinha como objetivo ao chamar o consórcio algo-americano, ocupar e garantir o território amazônico pelos bolivianos. Entretanto, a possibilidade de exploração da borracha por uma empresa estrangeira atuando em território amazônico, incentivou ainda mais os brasileiros a lutarem contra o governo boliviano (GOES, 1991). Ao notar a péssima repercussão que teve essa notícia, a Bolívia voltou atrás. Enquanto isso o Brasil, com Rio Branco, passa a tentar fazer aliança com as duas principais forças de interesse da região: o Peru e o Bolivian Syndicate. Para que conseguisse o apoio do Peru nas suas reivindicações territoriais, o Brasil deu todas as garantias de que os peruanos teriam maior consideração pelas suas reivindicações territoriais no Acre. E, para o Consórcio anglo-americano, percebendo o medo da segurança do investimento realizado na região, o Brasil garantiu a indenização dos acionistas norte-americanos (GOES, 1991). Rio Branco, com essa estratégia, garantiu o apoio dos Estados Unidos, cujo principal objetivo era que os investidores americanos recebessem compensação justa, e estava claro naquela conjuntura que a Bolívia não tinha condições de fazê-lo (GOES, 1991). Assim, a melhor saída tanto para o Peru quanto para o Sindicato era que o Brasil assumisse a responsabilidade por aquele território e também os ressarcimentos vindos com ele.

Depois de muitos meses de intensa negociação, em 1903, foi decidido no Tratado de Petrópolis, que o Governo boliviano cedia 191.000 km² ao Brasil (Figura 17) em troca de vários trechos da fronteira mato-grossense; uma área de 3.200 km² entre o Beni e o Madeira que era habitada por bolivianos; e a construção de uma estrada de ferro entre Porto Velho e Guajará-Mirim que daria acesso ao Oceano Atlântico pela Bolívia; e, por fim, a indenização de dois milhões de libras esterlinas (GOES, 1991).

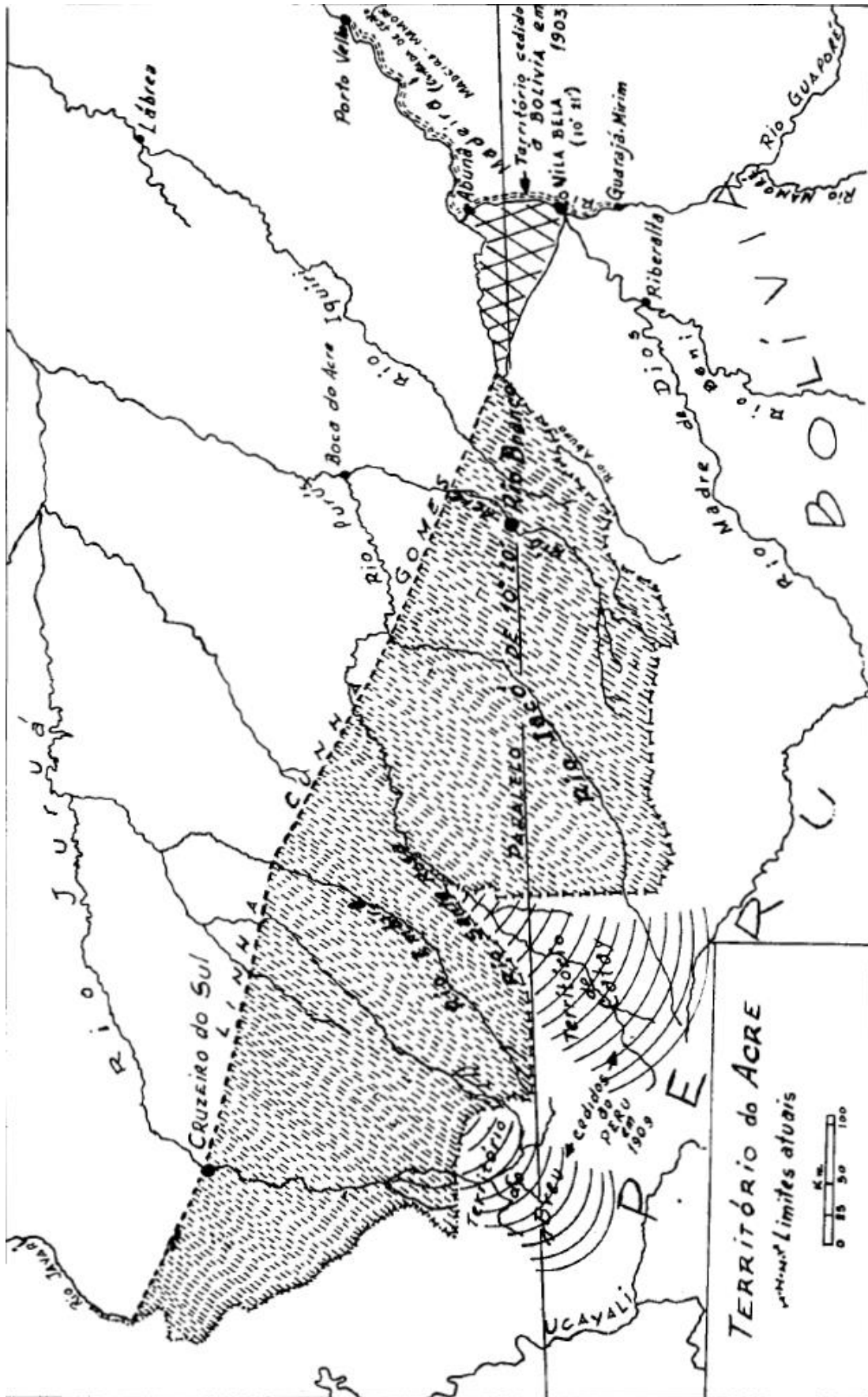


Figura 17 – Mapa com os limites do Acre. Fonte: GOES, 1991.

Resolvido o problema com a Bolívia, em 1904, Manaus alcançava o ápice da exportação do látex, cerca de 80 mil toneladas por ano. Porém, nesse mesmo período, sementes de seringueira brotavam na Malásia, gerando consequências devastadoras a Manaus (BUENO, 2010). Isso porque, o preço da borracha na Ásia era muito menor do que o do Brasil, fazendo com que os capitais fossem todos para lá. Devido a isso, em 1906, Manaus já teria virado quase uma cidade fantasma, fechando-se os teatros, bares, hotéis, dentre outros diversos serviços que haviam nascido em virtude da produção da borracha (BUENO, 2010). Já a ocupação e consolidação das fronteiras do sul do país ocorreu de maneira completamente diferente das fronteiras norte e oeste. A fronteira sul do país sempre possuiu um caráter militar, por conta dos conflitos diretos entre portugueses e espanhóis. No próximo tópico trataremos sobre como ocorreu a expansão das fronteiras nessa região

3.5 As fronteiras do sul do país

O forte de Jesus-Maria-José, atualmente a cidade de Rio Grande, foi fundada em 1737, com o objetivo de ser ponta de lança da ocupação territorial portuguesa no sul do país. Nessa região nasceu uma sociedade militarizada, cujo principal objetivo era combater os castelhanos. Ela se manteve em função das lutas fronteiriças, da ocupação política, da pecuária, comercialização de cavalos e muares com o Brasil central. Além de todas essas características, o campo permaneceu aberto, sem a distribuição de propriedades privadas, sem arames ou cercas demarcando fazendas (PEREGALLI, 1982).

Segundo Enrique Peregalli uma “imensa terra de ninguém separou portugueses e espanhóis”, pois os portugueses não possuíam recursos suficientes para a ocupação desse território e, devido a isso, a “guerra de desgaste manteve aquela zona fronteiriça como um vazio humano” (1982, p. 25). Tanto espanhóis, quanto portugueses, procuravam validade jurídica às suas pretensões territoriais, pois ambos baseavam-se na norma de que a terra pertencia a quem de fato a colonizasse e não a quem a descobrisse. Assim, durante o século XVIII foram se delineando os contornos da Banda Oriental do Uruguai e Rio Grande do Sul.

É importante compreender o gado como um dos agentes importantes para a fixação de aglomerados populacionais no interior da colônia portuguesa (COSTA, 2009). O gado bovino chegou pela primeira vez em território brasileiro em 1532, trazido por Martim Afonso, através de São Vicente (MARANHÃO, 2008). O Rio Grande do Sul possuía como principal produto o gado. Sendo assim, a descoberta de ouro na região oeste do território brasileiro foi um

importante agente integrador dessa economia sulista com o restante do país, pois gerou uma alta demanda para o consumo desse gado. Sobre isso:

(...) ao considerarmos em conjunto a procura de gado para corte e de muares para transporte, a economia mineira constituiu um mercado de proporções superiores ao que havia proporcionado a economia do açúcar, em sua etapa máxima de produção. Isso faz com que a economia sul-rio-grandense, onde a criação de mulas ocorreu em ampla escala, se integrasse à economia mineira e colonial. As tropas de mula formaram um “corredor” de escoamento (não só de mulas e bovinos – vivos – mas também de charque) que partia do sul em direção ao Planalto de Piratininga e depois destinados, sobretudo, para a zona da mineração. (...) o famoso negócio das “bestas de Viamão” (Sorocaba), não apenas propiciava um primeiro vínculo entre extremo sul e o resto da Colônia, mas também fornecia as rendas de que se nutria o importante registro de Curitiba. (...) O comércio de muares, dada sua própria natureza, superava o grande desafio enfrentado pela inserção econômica do sul no resto do país: a necessidade de cruzar a floresta densa que se estendia do sul de São Paulo aos campos sulinos. A mineração e suas exigências de transporte, tornam-se, pois, a mola propulsora do desenvolvimento dessa atividade do sul, articulado, ainda, São Paulo (COSTA, 2009, p. 93).

Constata-se assim que, a descoberta de ouro na região oeste do Brasil foi fundamental para o estabelecimento da economia da região sul, além de ser um dos fatores propulsores para a ocupação territorial do interior da região sul. As rotas provenientes do Sul, que chegavam a percorrer quase quatro mil quilômetros, deram origem a vilas e povoados no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo (MARANHÃO, 2008). Devido à alta demanda por gado, os proprietários gaúchos avançaram rapidamente na ocupação do território, o que resultou na contração das fronteiras brasileiras. Seriam então os lusitanos, e não os espanhóis, quem ocuparam o grande “vazio” que dividia as duas colônias. Isso aconteceu, principalmente, porque os senhores da terra rio-grandense se envolveram diretamente na exploração econômica das suas propriedades, enquanto os proprietários de terra castelhanos permaneciam em Montevideu, cuidando dos trâmites administrativos (PEREGALLI, 1982). Foi essa organização das estâncias gaúchas que possibilitou uma maior apropriação de terra e, conseqüentemente, uma expansão das fronteiras.

A Coroa portuguesa não possuía frotas regulares, pois seus custos eram muito elevados. Sua superioridade militar foi conquistada, em razão dos contínuos contingentes de homens que desciam, a partir de São Paulo. A metrópole se aproveitou desses homens para lutar contra os castelhanos, oferecendo-lhes em troca diversos benefícios fiscais. Sobre isso Peregalli afirma que:

A superioridade militar foi conquistada graças aos contínuos contingentes de homens que desciam a partir de São Paulo. Protegidas oficiosamente, as tropas de voluntários paulistas atuaram na pilhagem geral sobre terras, gados e índios, que caracterizou a ocupação territorial além de Tordesilhas. Sem poder utilizar tropas regulares, pelo seu custo, ou

porque simplesmente não existiam, Portugal se valeu deste tipo de voluntários para atacar os castelhanos. As companhias de aventureiros eram contratadas por proprietários paulistas que tomavam por sua conta a tarefa de nomear oficiais, atrair e municiar soldados, recebendo das autoridades a patente de “capitão”. (...) Institucionalmente os voluntários formavam forças auxiliares e como tais, os oficiais eram liberados dos encargos coloniais, impostos e requisições. Desviando para o Sul a herança bandeirante, a coroa realizou, sem grandes despesas, a política de aproximação de suas fronteiras do rio Uruguai (PEREGALLI, 1982, p. 28).

Assim, é fundamental compreender mais uma vez a importância do movimento bandeirante na expansão e na consolidação das fronteiras brasileiras de norte a sul. São Paulo também aparece como importante centro irradiador de bandeirantes para outras regiões do país. Assim como Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, o Rio Grande do Sul também pertencia a Capitania de São Paulo, até o ano de 1760, quando foi transformada em Capitania, para atender os problemas de fronteiras existentes na época (PEREGALLI, 1982).

Sobre as lutas por territórios existentes no século XVIII, é importante destacar o conflito sobre a Colônia de Sacramento (Figura 18). Por diversas vezes ela foi reconstruída pelos lusos e destruída pelos súditos espanhóis, que logo passaram a ocupar a margem esquerda do rio Prata, a partir de Montevideu (MARANHÃO, 2008). Ela estava localizada na confluência dos rios Uruguai e Prata, sobre a margem oriental, e foi fundada em 1680 por Manuel Lobo (KANTOR, 2007). Ela representou, desde a sua criação, um problema ao sistema monopolista espanhol, pois nela era fornecido, desde seu porto, mercadorias baratas (principalmente escravos negros) em troca de prata:

A fundação da Colônia do Sacramento, (a quê território corresponde hoje?) no rio da Prata, desde o Rio de Janeiro, e sua manutenção por quase cem anos (1680 a 1777), foi a materialização do processo de expansão territorial e comercial do Estado lusitano e das elites mercantis luso-brasileiras rumo ao Prata. (...). A Colônia, estabelecida na margem norte do rio da Prata, em frente à Buenos Aires, significou o abandono dos limites estipulados pelo tratado de Tordesilhas. No século XVIII, Sacramento ocupou papel destacado enquanto porta de entrada de produtos introduzidos por comerciantes luso-brasileiros e estrangeiros no Prata, bem como fonte de couros e principalmente da prata escoada pela “porta dos fundos” das minas de Potosí (...). Sacramento era uma fonte de metal, produto fundamental em uma economia que sofria com a escassez crônica de moeda (PRADO, 2003).

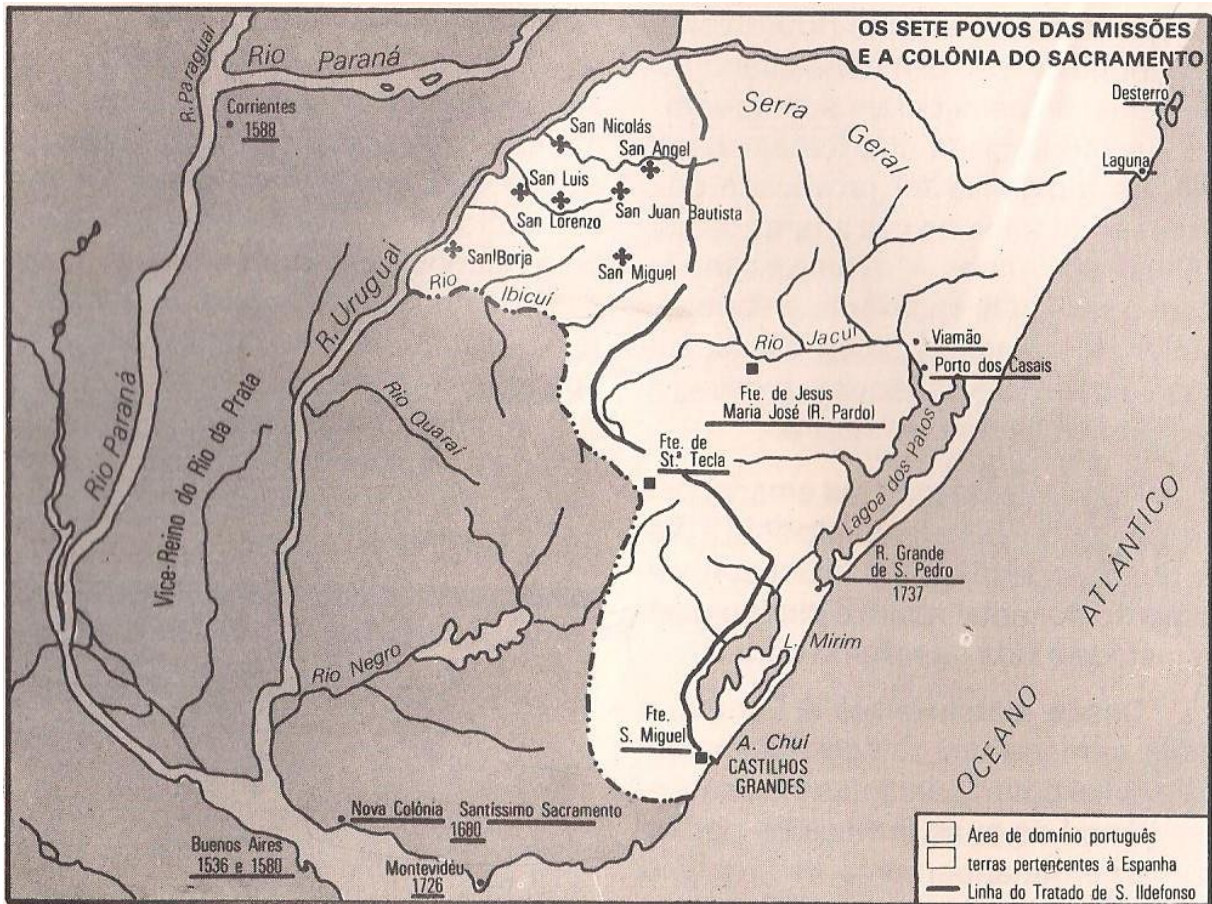


Figura 18 – Mapa com a localização da Colônia de Sacramento. Fonte: PEREGALLI, 1982.

Para combater essa Colônia, os espanhóis contaram com os jesuítas, dominicanos e franciscanos, que fundaram nas margens sul do rio Uruguai, os primeiros povoados europeus estáveis (Figura 19) (PEREGALLI, 1982). Como visto anteriormente, os principais pioneiros na consolidação dos territórios sulistas foram os paulistas, que tinham grandes embates com os jesuítas. Assim, há um embate direto entre esses dois agentes. A Companhia de Jesus construiu então um amplo círculo de vilas em torno das possessões portuguesas. Assim, os povoados criados pelos jesuítas foram um contraforte capaz de frear a expansão portuguesa no sul do continente americano. Isso porque o objetivo da Coroa portuguesa era de povoar as terras que iam do sul de São Vicente até a Colônia de Sacramento, sendo a região do Rio Grande do Sul, portanto, estratégica, pois apoiava a conservação do domínio português na Bacia do Prata (OLIVEN, 1989). Para que isso fosse possível a Coroa lusa começou a realizar, no século XVIII, a distribuição de sesmarias aos tropeiros que se sedentarizaram e também como prêmios aos militares que decidiram afazendar-se, criando estâncias de gado. Os conflitos em torno da Colônia de Sacramento resultaram em uma crescente militarização da região (OLIVEN, 1989).



Figura 19 – Mapa com as regiões do império espanhol com povoados construídos pelos jesuítas. FONTE: PEREGUELLI, 1982.

Houve, no final do século XVII e durante mais da metade do século XVIII, um forte embate entre ambas as coroas por esse território até que, em 1777, houve uma nova (e final) guerra entre Espanha e Portugal pela Colônia de Sacramento, mas dessa vez não houve a participação dos poderosos aliados europeus (a França apoiava a Espanha e a Grã-Bretanha apoiava Portugal) (POSSAMAI, 2010). Sem o auxílio dos britânicos, os lusos não conseguiram assegurar seu retorno ao Prata, ficando esse território em poder da Coroa espanhola.

Sobre toda a história da consolidação das fronteiras do sul, constata-se que, para a fronteira oeste o ouro foi o principal motivador de migração para esse território, o gado e os aspectos militares foram os principais elementos que resultaram na ocupação do sul. Além disso, a importância da descoberta de ouro foi essencial para a integração da economia sulista ao restante do país.

No último capítulo desse trabalho, nos concentraremos em apreender como ocorreu o estabelecimento das fronteiras brasileiras a partir dos tratados internacionais desde o período colonial até o republicano.

4 TRATADOS INTERNACIONAIS DE CONSOLIDAÇÃO DAS FRONTEIRAS DO BRASIL

4.1 Tratados e acordos no período colonial

Após o Tratado de Tordesilhas, passou-se um logo período sem que a questão dos limites das colônias espanholas e portuguesas fosse discutida. Porém, durante o século XVIII, iniciou-se o debate sobre o estabelecimento dos limites da América portuguesa, sendo que nessa etapa foram enviadas diversas expedições demarcatórias, além da realização de tentativas de acordos diplomáticos com a Espanha (POMBO, 2013). Para esse trabalho, será considerado o Tratado de Madrid como marco inicial dessas negociações, além de ser o principal acordo de limites do período colonial.

O Tratado de Madri (Figura 20), assinado em 1750, é considerado um marco decisivo em torno das discussões diplomáticas sobre os limites brasileiros (POMBO, 2013). Isso porque ele colocou por terra as tradicionais linhas de divisão fixadas pelo Tratado de Tordesilhas e que ainda foram utilizadas no Tratado de Utrecht, em 1713 (POMBO, 2013). Esse acordo não resolveria as questões das fronteiras do sul, devido aos conflitos em torno da Colônia de Sacramento e da ocupação portuguesa do Território das Sete Missões. Mas, segundo Virilio (1976, *apud* POMBO, 2013), ele traz a mudança de paradigma em torno da noção de soberania territorial, pois é a primeira vez em que a Coroa lusa busca fazer com que coincidam os conceitos de limite e de fronteira.

Motta (2013) afirma que Alexandre Gusmão conduziu as negociações desse tratado de acordo com o princípio do *uti possidetis*¹¹ e o preceito de fronteiras naturais. Segundo a definição de “fronteiras naturais”, como mencionado no primeiro capítulo, os limites devem ser delimitadas a partir dos acidentes físicos pertencentes a cada território, como rios ou montanhas. Sobre isso Teixeira (1972, p. 31) afirma que “O Tratado de Madrid foi uma lição admirável de aproveitamento dos grandes acidentes físicos – rios, serranias, cristas de montanhas – como limites inquestionáveis e definidos.”. Porém, a utilização de acidentes físicos como limites trouxe, posteriormente, alguns problemas ao Brasil, pois os limites sugeridos por países como a Argentina e o Peru não coincidiam com aqueles propostos pelo Brasil. Além de utilizar aspectos físicos do território como limites o Tratado de 1750 também

¹¹ Esse princípio, de acordo com a concepção da diplomacia brasileira, define que cada um deve possuir o território o qual ocupa. Esse princípio foi muito utilizado posteriormente na definição dos tratados no período imperial e republicano, porém, no início, este não foi tido como um bom critério para justificar a definição das fronteiras brasileiras, sendo considerado ruim tanto por políticos brasileiros, como também com políticos dos países vizinhos (GOES, 2013).

apresentou, segundo Costa e Vlach (2011), uma tolerância e o espírito de concessão comum a ambas as partes, além de um desejo de paz estável e sua projeção para o futuro.



Figura 20 – Tratado de Madri. Fonte: GOES, 1991.

Lia Osório Machado (2000) defende que o Tratado de Madrid se constituiu em uma referência para o estudo do processo histórico de legitimação dos limites brasileiros, pois segundo ela o Tratado trouxe várias inovações:

Entre as inovações destacamos: a) o reconhecimento da superação da linha de Tordesilhas; b) a primeira tentativa de estabelecer os limites entre as possessões lusas e castelhanas num sentido continental; c) uma visão ampla da geopolítica mundial, em que se estabelece a separação entre os conflitos que pudessem ocorrer na Europa (entre as potências signatárias) e os conflitos americanos (Artigo XXI); por fim, d) o deslocamento, na ordem jurídica, do princípio romano do Direito Civil, denominado de *uti possidetis* (consagrado ao direito de propriedade e posse sobre terras) para o campo do Direito Público (Artigo III) (MACHADO, 1989).

Assim, constata-se que o Tratado de Madrid foi um marco importante para a fortalecimento das fronteiras brasileiras, sendo que a Coroa portuguesa procurou investir no conhecimento cartográfico da região, para que conseguir argumentos favoráveis para a definição dos limites no tratado.

Pombo afirma que:

A grande novidade foi à percepção de que, para estabelecer os limites de um território, era preciso compreender o funcionamento da fronteira, iniciativa implícita no projeto de Alexandre Gusmão, diplomata responsável pela negociação do Tratado com a Corte de Espanha, que buscou respaldar a produção cartografia com as descrições físicas dos lugares ocupados efetivamente, com os estudos etnográficos dos povos que habitavam tais regiões, preocupando-se com os limites físicos para traçar os novos contornos da América portuguesa. (2013, p.86)

Os conhecimentos cartográficos e geográficos eram privilegiados, pois Alexandre Gusmão os tinha como muito preciosos para o estudo político. Criava-se um discurso de legitimação dos territórios de fronteiras a partir das cartas cartográficas e de diversos textos que surgem ao longo do século XVIII, com características semelhantes, que buscavam comprovar a soberania de Portugal sobre os territórios de fronteiras a partir de exaustivas descrições políticas, históricas e geográficas (MOTTA, 2013). É nesse contexto que ampliou-se a produção cartográfica, que tinha como objetivo identificar os territórios ocupados. Um exemplo disso foi, como mencionado anteriormente, o empenho do governador da Capitania de Goiás, Marcos de Noronha, em mapear não apenas os contornos da Capitania de Goiás como também da Capitania de Mato Grosso.

Com as guerras contra a Espanha no sul, a situação econômica metropolitana foi atingida significativamente devido à queda das exportações do ouro brasileiro na segunda metade do século XVIII. A partir daí o governo português deu prioridade a questão do contrabando e à defesa das fronteiras (MACHADO, 2000). De acordo com a metrópole, a

solução para a questão de defesa das fronteiras seria a construção de casas-fortes e fortificações (Figura 21), logo depois da assinatura do tratado (MACHADO, 2000). Segundo Reis e Mendonça:

O papel das fortificações na configuração dos limites do Brasil foi fundamental, não pela função militar, muito pequena, e sim pelas funções simbólica e estratégica, ao marcar a presença do Estado colonial português e garantir o controle dos passos de comunicação na fronteira oeste (1942; 1961; *apud* MACHADO, 2000).

O papel dessas fortificações foi mais uma vez levar o Estado metropolitano para as longínquas regiões de fronteiras. Elas estavam nos principais lugares de comunicação, constituindo marcos de fronteira, além de incentivarem os focos de povoamento (MACHADO, 2000).

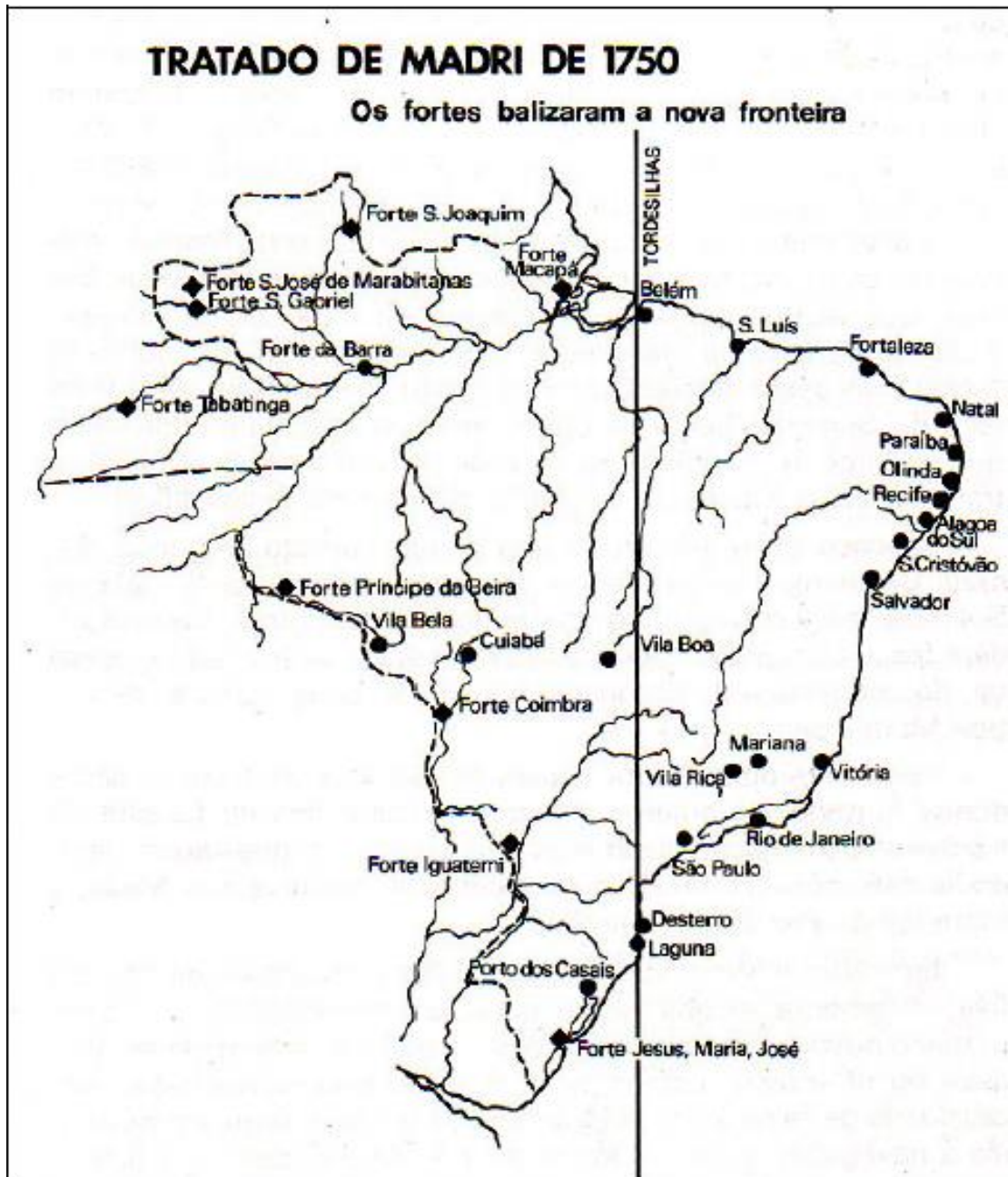


Figura 21: Mapa dos fortes que balizaram as fronteiras no Tratado de Madri. Fonte: COSTA and VASH, 2011.

Assim, para a manutenção do território brasileiro, durante o século XVIII foram criadas fortalezas e casas-fortes, que até esse período estavam concentradas ao longo da costa (Figura 22) (MACHADO, 2000). Essas construções foram se expandindo até as fronteiras do Estado do Grão-Para e também para as fronteiras oeste, na Capitania de Mato Grosso, tratando-se de uma política de manutenção dos territórios ocupados pelos bandeirantes e também de defesa das fronteiras.

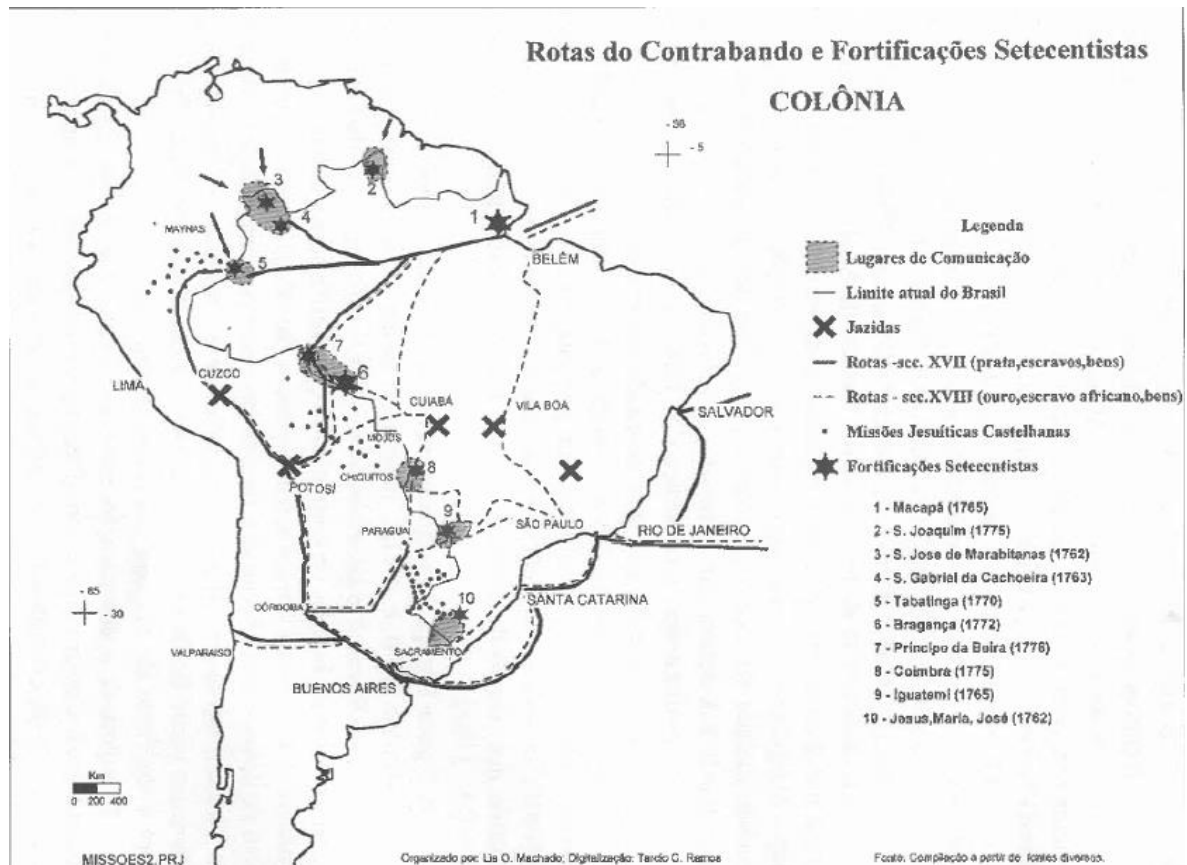


Figura 22: Mapa com a localização das fortificações setecentistas. Fonte: MACHADO, 2000.

Como pode ser observado no mapa, algumas fortificações estavam localizadas nos limites atuais do Brasil, o que constata que as fronteiras desse período já estavam ocupadas, sendo necessária nesse momento sua consolidação. A maioria dessas fortificações foram concretizadas após a revogação do Tratado de Madri.

O mapa apresenta também a rota de contrabando existente na América tanto no século XVII, quanto no século XVIII. Durante esses dois séculos, as autoridades portuguesas incentivaram a prática do contrabando com o interesse de introduzir mercadorias no Vice-Reinado do Peru em troca da prata extraída em Potosí (CHAVES, 2015). Chaves (2015) afirma que, se antes a Coroa considerava a Colônia de Sacramento como um importante

entreposto militar, com a ocupação do território de Mato Grosso, essa capitania passou a ser considerada como um possível canal de contrabando com as Províncias de Chiquititos e a cidade de Santa Cruz de la Sierra. Um fator que também foi importante para a expansão das rotas de contrabando, especialmente no interior do Brasil, foi a descoberta de ouro. Lia Osório Machado (2000) afirma que a economia do ouro foi a responsável pela criação dos “caminhos do contrabando” no interior da colônia. E, com a criação desses caminhos, houve o aumento do comércio, tanto no nível de integração da colônia, como também com a metrópole. Ela afirma também que verificou-se “A necessidade de reformar a economia portuguesa, respondendo ao contexto europeu, e de reformar o sistema colonial, em resposta ao contexto americano, explica o poder conferido ao Marquês de Pombal, a partir de 1750” (MACHADO, 2000, p. 13).

A Coroa portuguesa dava então continuidade à sua reorganização político-territorial, delimitando as fronteiras de sua colônia americana. Com essa medida, o governo metropolitano buscava promover a ocupação desse território fronteiriço, fomentando as atividades produtivas e comerciais, com o objetivo de garantir a soberania portuguesa desses territórios (CHAVES, 2015). De acordo com Otávio Ribeiro (2015) a capitania de Mato Grosso era o território mais vulnerável a ataques espanhóis, sendo até mesmo considerada uma fronteira aberta para investidas de jesuítas e tropas espanholas. Assim, foi necessário que o governo metropolitano esboçasse diretrizes políticas-administrativas destinadas às capitanias que mantinham fronteiras com os domínios espanhóis na América do Sul. O objetivo dessas diretrizes eram, portanto, a integração das áreas de fronteiras a economia do país, além da ocupação tanto de colonos como aumentando também a presença da Coroa nessas áreas.

Para realizar a integração da capitania de Mato Grosso junto ao restante do país, especialmente com o Estado do Grão-Pará e Maranhão, a Coroa permitiu a navegação das rotas fluviais e terrestres, nos rios Paraguai, Guaporé, Mamoré e Madeira. Por isso foi possível o escoamento de mercadorias, locomoção de militares e comerciantes entre essas duas regiões (CHAVES, 2015). Essa ação foi importante tanto para a consolidação dos territórios das fronteiras do Mato Grosso como também para o fortalecimento dos territórios de fronteiras no Estado Norte. A metrópole também pretendia criar núcleos de povoamento de Vila Bela até o rio Madeira, além de incrementar atividades como a pecuária, extração mineral, exploração das drogas dos sertões e também a agricultura (Figura 23) (CHAVES, 2015).

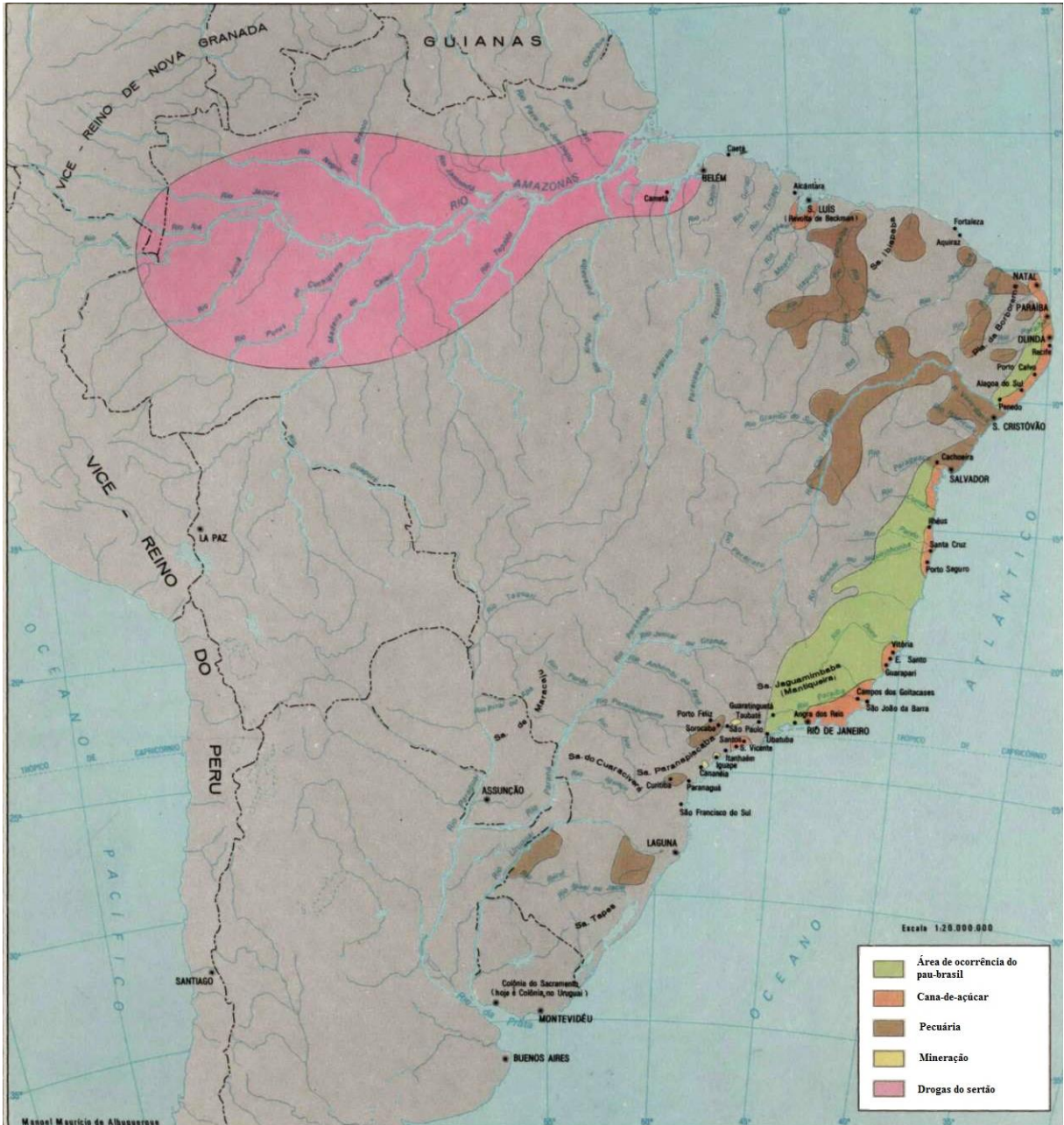


Figura 23 – Mapa com as principais atividades econômicas do Brasil colônia. Fonte: ALBUQUERQUE, 1959.

Uma política de ocupação e defesa dos territórios de fronteira, em uma colônia que possuía a extensão territorial do Brasil, com regiões de clima, vegetação, relevo e culturas diferentes, era algo muito complexo. Porém, apesar dessa grande distância entre as regiões sul, norte e oeste, havia uma sintonia entre os acontecimentos na Capitania de Mato Grosso, Grão-Pará e Maranhão e na Colônia de Sacramento. Chaves afirma que:

Podemos, grosso modo, buscar relações entre o levante guaraníco dos Sete Povos das Missões, de 1754, e as disputas ocorridas entre colonos, jesuítas e a Coroa pelo controle da mão-de-obra ameríndia, no Estado do Grão-Pará e Maranhão, e com acontecimentos ocorridos na capitania de Mato Grosso, como a retirada dos padres jesuítas castelhanos das aldeias de São Simão, Santa Rosa e São Miguel, localizadas às margens do rio Guaporé, e sua interferência no andamento de demarcação da fronteira oeste com os domínios espanhóis (2015, p. 220).

Constata-se, então, que houve conflitos de defesas de territórios, localizados nas fronteiras, tanto em Sacramento como em Mato Grosso, além do Grão-Pará e Maranhão. Apesar dos esforços diplomáticos, as regiões de fronteira ainda eram instáveis e que exigiam uma atenção especial da metrópole para sua real consolidação, tanto com Tratados internacionais eficientes como também na construção de instituições administrativas que mostrassem a soberania portuguesa desses territórios.

Devido a utilização do *uti possidetis* como parâmetro de delimitação, o Tratado de Madri definiu que as terras ocupadas pelos luso-brasileiros a oeste e no extremo-sul pertenciam, definitivamente, ao Império Português. Também ficou acordado que Portugal entregaria definitivamente a Colônia de Sacramento para a Espanha em troca do território dos Sete Povos das Missões, povoado que estava localizado na margem leste do rio Uruguai. As vantagens da troca desses territórios, para o governo português, seria a obtenção de boas terras para a lavoura, possibilitando o abastecimento dos armazéns de gêneros alimentícios utilizados para sustentar as tropas militares instaladas na região de fronteira. Além disso, essas terras poderiam servir de frente de batalha para possíveis conflitos por territórios na fronteira sul. Outro ponto importante da conquista do povoado dos Sete Povos das Missões era o controle total pelos portugueses dos rios da Capitania de Mato Grosso, no vale do Guaporé, o que daria acesso a Capitania do Grão-Pará e Maranhão, a partir do rio Guaporé e demais rios amazônicos (CHAVES, 2015).

O que se deve destacar na análise desse Tratado é que ele refletia a preocupação da Coroa portuguesa em consolidar os territórios da sua colônia na América. Um exemplo desse esforço de consolidação de territórios de fronteira foi a criação da Vila Bela Santíssima Trindade, no Vale do Guaporé (Mato Grosso), que estava localizada em um dos limites com

os domínios espanhóis (CHAVES, 2015). Além disso ele resultou em implicações na configuração político territorial da América portuguesa. É possível considerar que:

Povoamento, defesa político-territorial, comércio e demarcação, podemos considerar como pontos-chave contidos no Tratado de Madri, que coube ao reinado Josefino dar cumprimento. A demarcação das extensas fronteiras entre as possessões americanas luso-espanhola, no entanto, não foi um processo nada fácil de se levar adiante, pois desde o seu início em 1751, começou tumultuado em função de inúmeras desconfianças entre as Coroas portuguesa e espanhola. (CHAVES, 2015, p. 225).

Apesar de toda a inovação do Tratado de Madri, este foi revogado pouco depois de uma década, em 1761. O principal argumento do rei espanhol foi a não renúncia dos portugueses da Colônia de Sacramento, como o fora decidido no Tratado (MACHADO, 2000). Essa abdicação não acontecia, principalmente, em virtude da localização estratégica da Colônia, que estava na rota do contrabando de prata de Potosi. Além disso, durante os anos de 1758 a 1763, Portugal se aliou a Inglaterra durante a Guerra dos Sete Anos, dificultando ainda mais a relação com a Espanha, que se juntou a França. A resistência portuguesa na Bacia platina durou até 1776, quando houve o ataque de D. Pedro Cevallos y Calderón e que conquistou definitivamente esse território para os espanhóis, sendo definido no Tratado de Santo Idelfonso, em 1777, que essas terras pertenceriam a Espanha (COSTA and VLASH, 2011).

Apesar da anulação do acordo, as consequências desse tratado continuaram na materialização do território, pois a Coroa manteve-se preocupada em deter o conhecimento exato dos aspectos físicos das regiões de fronteira, especialmente sobre os rios que possibilitariam a carga de transporte e de pessoas, gerando uma integração econômica dessas regiões (CHAVES, 2015). Além disso, a metrópole continuou sua política de ocupação e defesa das fronteiras, além de buscar a integração da economia da Capitania de Mato Grosso, junto a região minerária e a o sul do país.

Em 1761 foi assinado o Tratado de El Pardo, em um contexto, como dito anteriormente, da Guerra dos Sete Anos (1756-1763). Com a assinatura desse novo acordo houve novas investidas espanholas na busca de recuperar seus territórios na região oeste, além de ataques contra a Colônia de Sacramento, no sul do país (CHAVES, 2015). Foi um período de tensão nas regiões de fronteiras, pois existia o constante perigo de ataque. As vilas da capitania de Mato Grosso, Vila Real de Cuiabá e Santíssima Trindade, por exemplo, estavam permanentemente de alerta contra possíveis ataques espanhóis. Esse medo não era sem sentido, visto já desde a assinatura do Tratado de El Pardo, as tropas espanholas e das missões

de Moxos e Chiquititos ameaçavam invadir a capitania geral de Cuiabá e Mato Grosso, especialmente o Vale do Guaporé, com o objetivo de impossibilitar a circulação de portugueses nos rios Guaporé e tributários (CHAVES, 2015). Caso ocorresse, de fato, a invasão da Capitania de Mato Grosso, ela acarretaria graves consequências para a colônia portuguesa. Isso porque, além da diminuta população da capitania e seu baixo efetivo militar, existia um grande isolamento das outras capitanias em consequência da sua extensão territorial, o que dificultaria a chegada de socorro das outras capitanias.

Em 1777 foi assinado o Tratado de Santo Ildefonso (SAMPAIO, 2009). Nele, as fronteiras do Tratado de Madri eram retomadas, com exceção o extremo sul, onde os Sete Povos passava a ser de soberania espanhola (GOES, 2013). E em 1801 houve uma guerra entre Portugal e Espanha, o que provocou a ocupação territorial tanto na Europa (os espanhóis ocuparam territórios portugueses) e também na América, onde os gaúchos conquistaram para sempre a região dos Sete Povos (GOES, 2013). Além disso, também nesse período a Colônia de Sacramento foi conquistada pelos espanhóis. De acordo com Synesio Goes (2013) o tratado de paz entre essas nações em 1801 não previu a devolução dos territórios ocupados, o que significava para o Brasil, na teoria e na prática, a anulação do Tratado de Santo Ildefonso. Entretanto, logo depois, diversas nações sul-americanas declararam a independência e, em sua maioria, não possuía seus limites perfeitamente conhecidos ou respeitados. Assim, seguiu-se a etapa da firmação das fronteiras brasileiras: os tratados sobre os limites do Império brasileiro.

4.2 Tratados e acordos no período da monarquia e da república velha

Com a independência do Brasil, em 1822, a questão territorial passou a ter um maior protagonismo nas relações internacionais do Brasil:

A transição de 1822 tem um significado especial, pouco ressaltado pela historiografia, no que concerne à questão crucial do território brasileiro. A ruptura com a metrópole portuguesa suprimiu, de um golpe, a fonte original da legitimação da soberania territorial na América Portuguesa. [...] A forma institucional da ruptura com a metrópole portuguesa – o Império de D. Pedro I – representou uma solução provisória para o problema da legitimidade territorial. O princípio do direito hereditário da Casa de Bragança forneceu um caminho de “continuidade na ruptura” que revelou-se bastante eficaz na decisiva esfera diplomática. (MAGNOLI, 2012, p. 2).

O fato da Independência do Brasil ter sido proclamada por um dos herdeiros da Coroa portuguesa fez com que não ocorressem problemas relacionados a legitimidade do governo brasileiro e tão pouco em relação as extensões territoriais do Brasil: as terras que antes eram consideradas colônia de Portugal eram consideradas como de soberania da nova nação

independente. No contexto internacional iniciou-se uma “política de fronteiras” que consolidou as fronteiras brasileiras ou até mesmo, em alguns casos, alterou para melhor os limites estabelecidos pelos tratados coloniais (GOES, 2013).

Com o início das negociações das fronteiras brasileiras, junto as nações recém-independentes da América, ficou decidido que não havia nenhum tratado colonial vigente, já que o Tratado de Santo Ildefonso tinha sido anulado pela Guerra de 1801 e suas cláusulas operativas não foram reestabelecidas pelo Tratado de Paz de Badajoz (GOES, 2013). Assim, era necessário o estabelecimento de novos parâmetros para as decisões dos tratados internacionais envolvendo o Brasil. Foi no período imperial que, aos poucos, o princípio do *uti possidetis* foi firmando-se na diplomacia, recebendo inicialmente críticas tanto dos teóricos dos países vizinhos como de nacionais que acreditavam que o Brasil sairia em desvantagem caso esse princípio fosse utilizado. Havia também o *uti possidetis juris*, que foi utilizado pelas nações hispânicas para resolver suas questões de fronteiras. Nele ficava definido que “deriva dos documentos territoriais que cada nação pudesse produzir [...]” (GOES, 2013), ou seja, os limites seriam delimitados a partir de documentos os países possuísem, ainda do período colonial, afirmando serem os donos “legítimos” dos territórios em questão.

Uma das regiões mais complexas em relação as questões de fronteiras era a Amazônica. Isso porque os tratados coloniais eram imprecisos em relação aos seus limites, além de haver um grande desconhecimento dos aspectos físicos dessa região. Assim, quando enviadas as comissões demarcatórias ocorriam diversos desentendimentos que impossibilitavam a demarcação dos limites de ambos os países (GOES, 2013).

O primeiro país amazônico a negociar com o Brasil a questão de fronteiras foi o Peru. Durante o período colonial, foram utilizados como limites trechos dos rios Javari, Solimões e Japurá, por adotarem a utilização de “fronteiras naturais”. A “Convenção Especial de Comércio, Navegação Fluvial, Extradicação e Limites”, nome dado ao Tratado, foi assinada em 23 de outubro de 1851 e definiu os limites entre o Brasil e o Peru. Esse tratado foi importante não apenas pela definição dos limites entre essas nações, mas também por estabelecer os padrões que seriam utilizados em todos os outros tratados de limites com os países amazônicos. Ele utilizou o princípio do *uti possidetis*, na versão brasileira (e não o *uti possidetis juris*, utilizado pelos espanhóis) e decidiu negociar com um país de cada vez, mesmo que o território em questão estivesse em disputa por dois países. Assim o Brasil negociava com o país que de fato ocupava a região em questão, e não com quem o reivindicava. Porém, deixava em aberto com o país que disputava o território que, caso

posteriormente ele passasse a ser de sua soberania, um novo acordo seria negociado. Por fim, o saldo do tratado foi à incorporação de mais de setenta e seis mil quilômetros quadrados ao território brasileiro (GOES, 2013).

A Venezuela foi o país amazônico com o qual o Brasil negociou, posteriormente, a questão de limites. É importante considerar que, nesse período, a Venezuela e a Colômbia ainda possuíam diversos impasses em relação aos seus limites, pois no período colonial ambos integravam a Grã-Colômbia (Figura 24) e, ao se separarem, ficaram indefinidos os limites entre as duas nações amazônicas até 1891. Em 1852 e 1853, com base no princípio do *uti possidetis*, o Brasil negociou com a Venezuela e com a Colômbia a questão de limites. Porém, os congressos de ambas as nações foram contrários a fixação dos limites a partir desse princípio, não sendo ratificados os tratados. Apenas em 1859 um Tratado de Limites e Navegação Fluvial foi negociado com a Venezuela, com os mesmos limites definidos no Tratado de 1852, mas sem ser feita menção ao *uti possidetis*. Nele ficou definido que os limites começavam a leste, em um ponto determinado do alto rio Negro e seguia por linhas geodésicas até a serra Imeri, continuando pela crista desta serra até o monte Roraima (GOES, 2013). Basicamente, a fronteira segue o divisor de águas Amazonas-Orinoco, o que já estava previsto no Tratado de Madri. Assim que o tratado foi celebrado, o governo colombiano protestou, afirmando que ele dividia terras colombianas na região do Rio Negro. O Brasil seguiu as diretrizes do primeiro tratado, negociando com o vizinho que tinha a posse efetiva da região. Apesar disso, ele comunicou a Colômbia que respeitaria seus eventuais direitos à área, caso fosse decidido por negociação direta ou arbitragem que esses territórios pertenciam ao país.



Figura 24: Mapa com a delimitação dos reinos do período colonial e das fronteiras do Brasil. Fonte: ALBUQUERQUE, 1959.

O último país amazônico a negociar a questão de fronteiras com o Brasil foi a Bolívia, em um tratado em 1867. Nele ficou definido que:

“[os limites seguem pelo] Guaporé e pelo meio deste e do Mamoré até o Beni, onde principia o rio Madeira. Deste rio para o oeste seguirá a fronteira por uma paralela, tirada da sua margem esquerda da latitude $10^{\circ}20'$ até encontrar o rio Javari”. Logo abaixo havia o seguinte parágrafo: “Se o Javari tiver as suas nascentes ao norte daquela linha leste-oeste, seguirá a fronteira desde a mesma latitude, por uma reta, a buscar a origem principal do Javari (GOES, 2013, p. 45-46).

O Peru imediatamente protestou contra essa decisão criticando a utilização do princípio do *uti possidetis*, pois considerava que a linha que cortava o Rio Madeira e o Javari eram suas. Além disso a nota afirmou que o Tratado dividia mal a região, pois considerava que o ponto de origem no Madeira estava aproximadamente 400 quilômetros ao sul, o que

significava ganhos territoriais ao Brasil. Porém o Brasil conseguira, assim, negociar com todos os países que estavam na região amazônica, ainda no período colonial.

Já na região da Bacia do Plata a situação era bastante delicada, devido aos diversos conflitos territoriais existentes nessa região durante o período imperial. Assim a consolidação das fronteiras sulistas sofreu forte influência das diversas revoluções que estavam ocorrendo nos países vizinhos durante o século XIX.

A Revolução de Maio começou a se configurar por volta de 1810. Ela se caracterizou por ser um movimento separatista do vice-reino do Prata, encabeçada pela burguesia comercial de Buenos Aires. O objetivo dela era preservar a posição desse reino como porto único para a livre exportação de mercadorias, mediante o pagamento de impostos, ou seja, manter os laços de dependência colonial (PEREGALLI, 1982). A sede da Marinha de Guerra do Império tinha sede em Montevideu e era porto único de escravos do sul desde 1791, além de depender completamente das autoridades metropolitanas. Por isso eles temiam a perda de seus privilégios em um arriscado movimento de independência. No interior da Banda Oriental formou-se uma aliança entre pequenos proprietários, estanceiros e gaúchos, a favor da revolução (PEREGALLI, 1982).

Os paraguaios se propuseram a reconhecer a legitimidade da revolução, desde que Buenos Aires revogasse os antigos impostos sobre os produtos paraguaios comercializados no Prata. Porém, sabe-se que a Junta Revolucionária tinha o interesse em manter os mesmos laços coloniais e, por causa disso, não aceitou as condições do Paraguai e o antigo reino não reconheceu a independência (PEREGALLI, 1982).

A Banda Oriental foi liderada por José Gervasio Artigas, que comandou uma revolução federalista, republicana e antiescravagista. Essa revolução permitiu as camadas populares, formada especialmente por negros, índios e pobres, tomarem posse efetiva da terra (PEREGALLI, 1982). O vice-rei Xavier Elíoz chegou ao reino em pleno processo revolucionário, tendo que refugiar-se em Montevideu. A Liga Federal, que era formada pela Banda Oriental, Corrientes, Misiones, Santa Fé e Córdoba, uniu-se entre os anos de 1813 e 1815 para enfrentar Buenos Aires. Mesmo com essa união, as oligarquias regionais nunca renegaram suas raízes latifundiárias, impossibilitando o acesso das camadas populares à terra. O único líder capaz de realizar o processo foi Artigas, que possibilitou que de fato as camadas populares tomassem posse da terra (PEREGALLI, 1982).

Ao concretizar-se a revolução artiguista, os comerciantes e latifundiários de Montevideu buscaram apoio na corte luso-brasileira. Sarratea, homem de confiança dos britânicos e portenhos, tentaram convencer D. João das vantagens de uma intervenção armada

na Banda Oriental. Porém, não pode-se considerar que a intervenção realizada pelo Brasil foi, apenas, pelos interesses estrangeiros. O principal interesse brasileiro era frear as políticas sociais da revolução artiguista, como por exemplo, a doação de terra para escravos e pobres da região, que era considerada uma grande ameaça aos senhores escravagistas da época (PEREGALLI, 1982). Já, caso fosse realizada a distribuição dessas terras entre os fazendeiros rio-grandenses, esperava-se imuniza-los contra as ideias federais e antiescravagista. Segundo Enrique, “Enquanto os canais diplomáticos discutiam a pertinência da anexação da Banda Oriental ao Brasil, os exércitos, despedaçando os combatentes artiguistas” (1982). A resistência artiguista foi até 1820. Com a retomada de poder de Lecor, os latifundiários refugiados no exterior voltaram a Montevideu, mais da metade do território era formado por pequenas propriedades. Logo a terra foi dada novamente aos latifundiários.

Na região de fronteira com o Brasil foram concedidas terras aos oficiais que ajudaram a reconquistar a região e também para fazendeiros rio-grandenses como pagamento pelo fornecimento de mantimentos alimentícios e de homens (PEREGALLI, 1982). Porém essa ocupação não durou muito tempo, sendo que as terras ocupadas pelos brasileiros passaram novamente a o Uruguai. Goes (2013, p. 60) faz uma interessante análise sobre o período:

Pensemos um momento no continente como um todo: a independência das colônias espanholas foi um processo complicado pelos diferentes interesses em jogo: a Espanha passava por períodos de guerra civil; na América havia líderes que lutavam para formar grandes estados confederados, como a Grã-Colômbia de Bolívar e as Províncias Unidas do Rio da Prata e existiam os grupos que preferiam a independência das províncias, os quais acabaram por triunfar. No Uruguai, a situação era ainda mais complexa pela vizinhança do Rio Grande do Sul, onde havia uma população de nacionalidade diferente, mas de estrutura social muito parecida.

É nesse contexto que a Monarquia brasileira procurava negociar com os países platinos um acordo de fronteiras, em uma região que os interesses das oligarquias sobressaiam e ditavam o rumo das decisões nacionais. Com ascensão de Juan Manuel Rosas ao poder na Argentina, a situação no Uruguai novamente ficou tensa, pois a intensão desse ditador era a incorporação dessa região, e do Paraguai, a Buenos Aires (GOES, 2013). Isso contrariava a linha básica da política brasileira, que era favorável tanto a independência do Uruguai quanto a do Paraguai e a da Bolívia. Além disso sabia-se que as intensões de Rosas era invadir o Montevideu e, posteriormente, o Rio Grande do Sul. Assim o Brasil intensificou seu apoio ao Uruguai. Em 1851 foi assinado um acordo e nele ficava decidido que a Lagoa Mirim seria de uso exclusivo do Brasil, e não de uso compartilhado como eram definidos nos tratados anteriores. Esse tratado também norteou-se pelo *uti possidetis*.

Com a queda de Rosas, em 1852, parecia-se ter colocado um fim definitivo aos conflitos internos da Confederação Argentina e para estabelecer um regime estável no Uruguai. Isso significaria ganhos para o Brasil, pois não veria mais o Rio Grande do Sul envolvido em agitações platinas. Porém, não foi o que ocorreu. Por questões de disputas internas, em 1864, a situação no Uruguai de guerra civil, o que refletia na região de fronteira com o Rio Grande, pois muitos proprietários das regiões fronteiriças eram donos de estâncias no Uruguai. A pressão gaúcha por uma intervenção no Uruguai era contrária a linha central da política do Rio de Janeiro de não intervenção nos países independentes (GOES, 2013).

No Paraguai a situação também era complexa. Isso porque após a sua independência o país praticamente mantivera-se fechado, não participando dos jogos políticos do Prata e assim também de suas divergências e guerras. As relações desse país com o Brasil eram relativamente boas, apesar de uma divergência em relação à fronteira com o Mato Grosso, na qual os paraguaios defendiam que a linha se situasse mais a norte no rio Branco e não no rio Apa. Porém, com a ascensão de Francisco Solano López, o Paraguai iniciou uma guerra com o objetivo de se tornar maior que todas as outras nações platinas. Com o fim da guerra, o Brasil assinou um tratado de paz em 1872, fixando definitivamente suas fronteiras com o Paraguai. “A linha de limite começa na região das Sete Quedas, no rio Iguazu, prossegue pelas serras do Amabai e Maracaju e termina no rio Apa, que desagua no Paraguai” (GOES, 2013, p. 79). E esse foi o último tratado de fronteiras negociado no Império.

Após a Proclamação da República, a questão de fronteiras passou a ter ainda maior destaque na política internacional. Assim, foram negociados tratados com todos os países que não haviam feito acordos do período imperial. Foi também na República Velha que houve um dos conflitos fronteiriços de maior expressão da história do Brasil. A Questão de Palmas, que era sobre as fronteiras entre o Brasil e a Argentina foi a primeira a ser tratada. Essa fronteira é totalmente fluvial, com exceção de um pequeno trecho terrestre de cerca de 24 quilômetros. São quatro rios que constituem a divisória entre os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, sendo que o principal é o rio Uruguai. Os limites, como quase todos os outros, já haviam sido acordados no período colonial pelo Tratado de Madri (GOES, 2013).

Terminada a guerra contra o Paraguai, em 1870, houve diversas tentativas de resolver a questão dos limites entre o Brasil e a Argentina, porém a Argentina queria levar os limites cada vez mais a leste, ou seja, mais dentro do território brasileiro. Para que isso fosse possível, o país afirmava que os rios Chapecó e o rio Jangada deveriam ser os limites, e não mais os rios Chapecó e Chopim (Figura 25) (GOES, 2013). Após diversas tentativas frustradas de negociações, Brasil e Argentina assinaram, em 7 de setembro de 1889, um

acordo que submetia essa questão a decisão arbitral do Presidente dos Estados Unidos da América. Este, no dia 6 de fevereiro de 1895 deu sua sentença favorável ao Brasil (GOES, 2013).

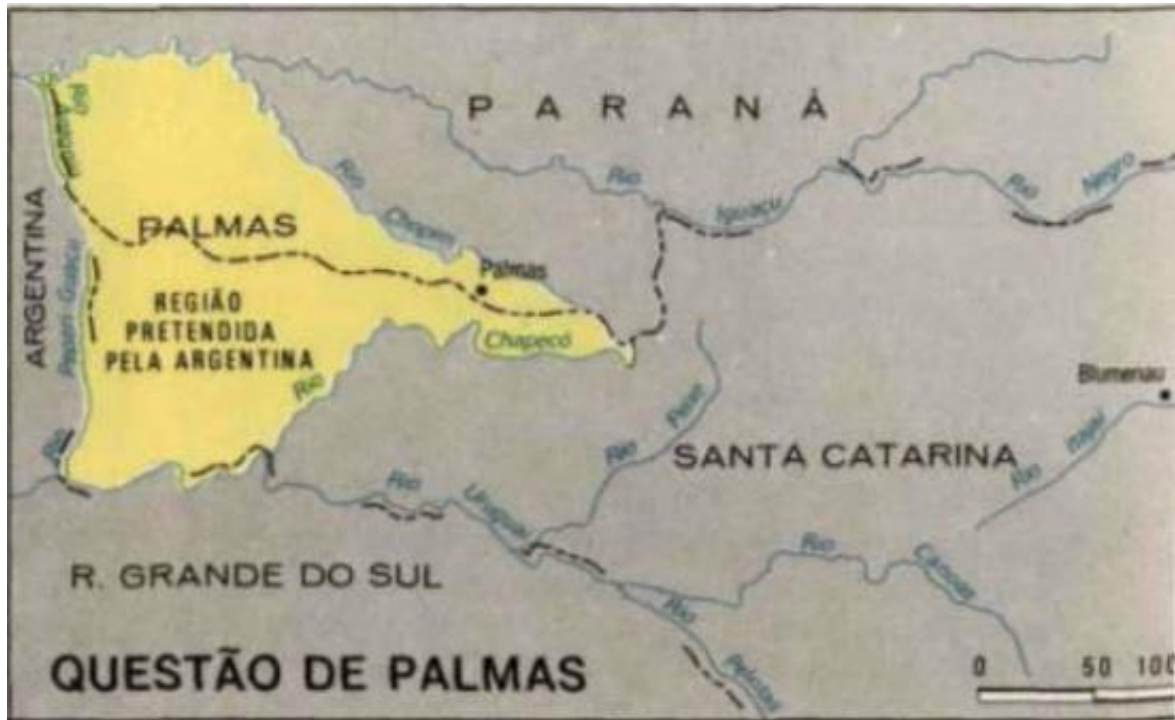


Figura 25 – Mapa com o território requerido pela Argentina. Fonte: ALBUQUERQUE, 1959.

Depois de resolvida a questão de Palmas, seguiu-se a questão do Amapá (figura 26), que se era sobre as fronteiras brasileiras junto com a Guiana Francesa. Na região do rio Calçoene estavam ocorrendo diversos conflitos entre guianenses e brasileiros devido a descoberta de muito ouro na região. Para que a questão dos limites fosse resolvida, lançou-se em 1897 um compromisso arbitral junto ao Presidente do Conselho Federal Suíço, sendo que no dia 1º de dezembro saiu o resultado da arbitragem, que também foi favorável ao Brasil. O Oiapoque foi definido como divisão na Costa Atlântica e, no interior da Guiana, o limite foi o divisor de águas dos montes de Tumucumaque (estando muito mais próxima das pretensões brasileiras do que as da França, que reivindicava um território além do rio Trombetas) (GOES, 1991). Esse conflito territorial envolvia uma área de 500.000 km², ou seja, quase quatro vezes o tamanho do atual Estado do Amapá.

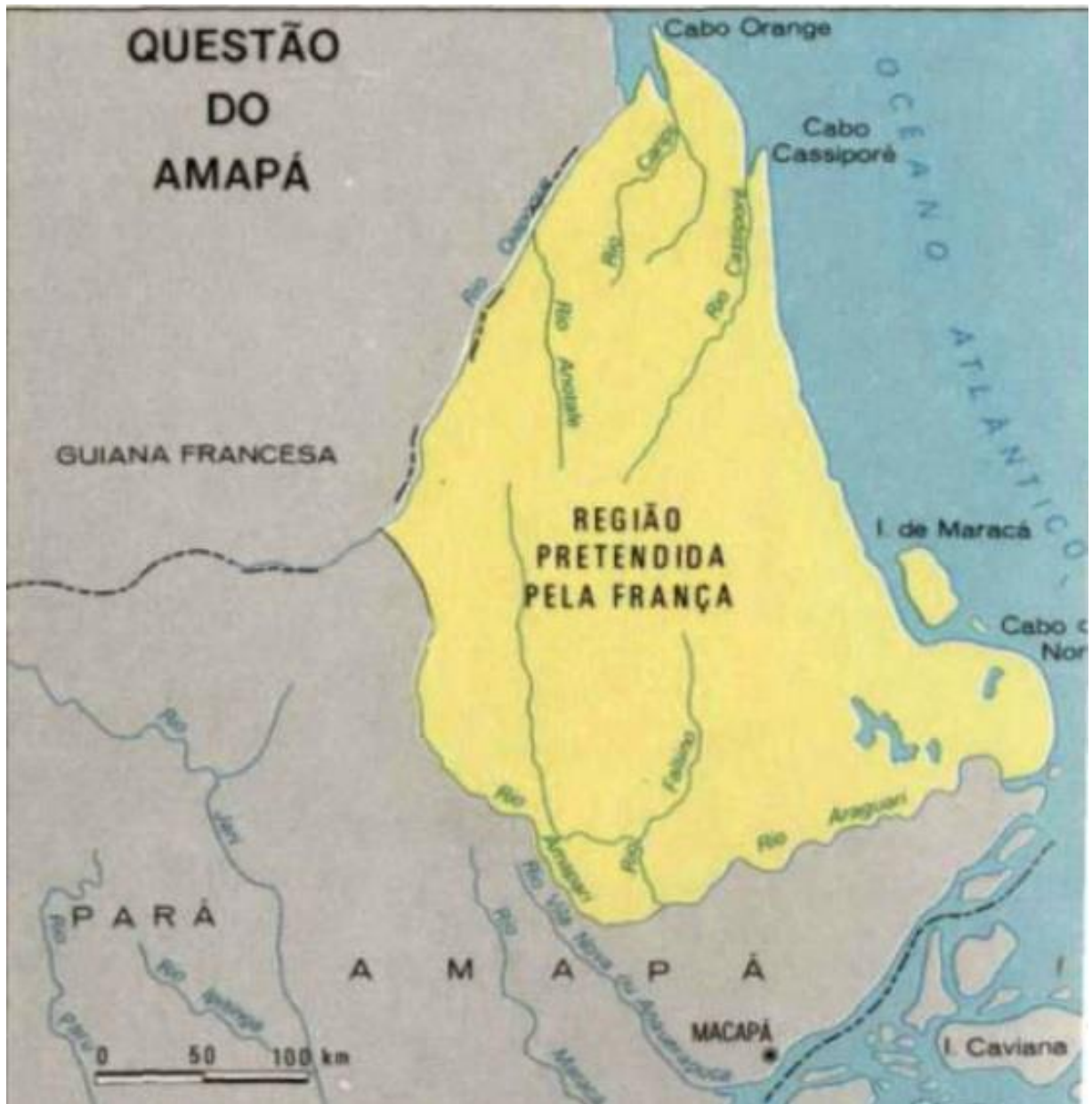


Figura 26: Mapa com o território requerido pela França. Fonte: ALBUQUERQUE, 1959.

O acordo de limites entre o Brasil e a Guiana Inglesa foi o único tratado que significou consideráveis perdas territoriais ao Brasil. Esse conflito não veio do período colonial, e sim da primeira metade do século XIX. Em uma viagem a serviço do governo inglês, Schomburgk encontra desarmado o posto militar brasileiro no Pirara (um dos formadores do Rio Branco, que eram reconhecidos como limites entre ambos os países). Essa era uma região com grande beleza natural, habitada por indígenas e com metais preciosos por perto e estava completamente desprotegida contra ataques. Isso porque esse foi o período da Cabanagem (Figura 27), revolta que ocorreu no Pará e que resultou na morte de grande parte da população local, que antes mesmo desse ocorrido já era escassa. Com a alegação de que os brasileiros

escravizavam os índios das tribos da região, Schomburgk conseguiu mobilizar tropas para ocupar a área, além de conseguir mobilizar na Grã-Bretanha um movimento que apoiava essa ocupação (GOES, 1991).



Figura 27 – Mapa com as revoltas do Brasil Republicano. Fonte: ALBUQUERQUE, 1959.

Para que a questão fosse resolvida ambos os países decidiram por arbitragem, escolhendo o Rei da Itália, Vítor Emanuel III, para dar uma sentença e definir os limites de cada país. Ele dividiu o território contestado da seguinte maneira: 60% da área era de posse da Grã-Bretanha, enquanto os outros 40% ficavam de posse para o Brasil. O limite passaria corre pelo monte Roraima, junto a Venezuela, sobe o Tucutu até sua nascente; segue pelo divisor de

águas das bacias do rio Amazonas, de um lado, e dos Rios Rupununi, Essequibo e Couratine, do outro. A decisão não foi considerada justa, pois antes da arbitragem, em tentativas de conciliação entre ambos os países, a Grã-Bretanha teria sugerido que cada parte deveria ficar com 50% do território em questão. A proposta não foi aceita pelo Brasil, pois este acreditava ter direito sobre uma maior parcela territorial.

Uma das questões territoriais de fronteiras mais delicadas do Brasil foi a questão do Acre. As causas da ocupação do território do Acre por brasileiros já foram analisada no capítulo 3. Agora será realizada uma análise de como o Estado brasileiro reagiu a essa questão de maneira diplomática, evitando assim um conflito armado entre a Bolívia e o Brasil. Quando Rio Branco assume a pasta das Relações Exteriores, em dezembro de 1902 a situação estava em seu ponto crítico. A opinião pública era completamente favorável aos revoltosos brasileiros e muitos não compreendiam o porquê de o Brasil não estar do lado de seus nacionais. O governo brasileiro, por sua vez, tinha plena consciência de que as terras reivindicadas eram da Bolívia, de acordo com o tratado de limites negociados anteriormente. Ao assumir a situação, a primeira decisão tomada por Rio Branco foi a tentativa de compra do território, que foi recusada pela Bolívia. O Brasil já havia ocupado militarmente a região e a Bolívia já mobilizava uma expedição militar para ir ao Acre. Goes afirma que:

Rio Branco dá uma nova interpretação do acordo de 1867, pela qual abandona a hipótese da obliqua e aceita a que julga que a linha de limites deve correr pelo paralelo dos 10°20'; declara, então, litigioso todo o território ao norte desse paralelo (o Acre setentrional). Consegue, o Chanceler, em negociações em Londres e Washington, que o "Syndicate" renuncie a seus direitos no Acre, mediante uma indenização de 100 mil libras esterlinas. Em março, firma-se em La Paz um *modus vivendi*, isto é, um acordo provisório que reconhecia a situação de fato no terreno e interrompia as escaramuças: as tropas brasileiras ocupavam o norte do território e policiavam o sul, isto é, o Acre meridional, em poder dos voluntários de Plácido de Castro. [...] Rio Branco solicita, em julho, que o Senador Rui Barboza e o Embaixador Assis Brasil juntem-se a ele na condução das tratativas. Foram estas intensas e difíceis, mas, após quatro meses de conferências, chegou-se a um acordo. O Brasil ficaria com todo o território do Acre (cerca de 191 mil de km²). A Bolívia, por sua parte, incorporaria uma pequena área habitada por bolivianos (de 2.300 km²); receberia 2 milhões de libras esterlinas; e se beneficiaria de três pequenos ajustes de fronteiras, na região do rio Paraguai. Além disso, comprometia-se o Brasil a construir a ferrovia Madeira-Mamoré, que criava uma saída boliviana para o Atlântico. O "Tratado de Petrópolis" foi assinado, em 17 de novembro de 1903 (GOES, 2013, 112-113).

Assim, o Brasil conseguiu chegar a um acordo direto com esse país, pois tinha a consciência de que, caso fosse decidido o conflito por meio da arbitragem, a decisão seria desfavorável.

Resolvida a questão do Acre com a Bolívia, o Peru de imediato manifestou seu descontentamento, pois afirmava que as terras negociadas eram suas. Segundo Synesio Goes

(1991) o nosso maior problema de limites foi com este país, devido a extensão do território envolvido, e não com a Bolívia, como se deduziria conforme a gravidade que chegou a questão acreana. No começo do século XX o Peru reivindicava um território de 442.000 km² que incluía o Acre e também grande parte sul do Estado do Amazonas. Em 1909 o Brasil assina um acordo com esse país que decide que o Acre diminuiria sua extensão territorial de 191.000km² para 152.000km², mas, em troca, o Peru desistiria da sua reivindicação dos outros 403.000km² na região Amazônica (GOES, 2013). A princípio parece que o Brasil saiu muito vitorioso desse acordo, em virtude da grande extensão territorial que o Peru desistiu de reivindicar, porém Goes (1991) acredita que, na verdade, o Peru reivindicavam uma área territorial muito grande e que de fato não era ocupada por este país.

O último país a negociar com o Brasil a questão dos limites foi a Colômbia, devido a sua resistência em aceitar a utilização do princípio do *uti possidetis* como parâmetro de decisão dos limites de cada país. O acordo foi assinado em 24 de abril de 1907, e assim como aconteceu com a Venezuela, os limites estipulados eram basicamente os mesmos decididos nos tratados de 1859 e que não foram ratificados pelo Congresso deste país em razão da não aceitação do princípio do *uti possidetis* (GOES, 2013).

Em 1909 o Brasil apresentou ao Congresso um pequeno tratado, sobre os limites com o Uruguai, que retificava nossos limites na Lagoa Mirim e no rio Jaguarão, oferecendo espontaneamente uma linha média. Rio Branco, segundo Goes (2013) percebeu que estava na hora de equilibrar o Tratado de 1851, oferecendo ao Uruguai parte do território da Lagoa Mirim e o rio Jaguarão. Ele também afirma que, somente um nome como Rio Branco, com todo o seu prestígio, poderia realizar essa modificação, que significava perdas territoriais para o Brasil. Assim, em 30 de outubro de 1909 é realizada essa ratificação do Tratado de 1851.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ocupação do continente americano pelos europeus, especialmente os espanhóis e os portugueses, teve consequências expressivas para a formação territorial e consolidação das fronteiras de todos os países sul-americanos. Nesse sentido, as fronteiras brasileiras sofreram várias modificações ao longo dos séculos, desde a formação das capitanias hereditárias até os contornos atuais do território do estado nacional com as suas fronteiras consolidadas.

Como visto, o Brasil ultrapassou, e muito, os limites estipulados pelo Tratado de Tordesilhas. Isso ocorreu porque esse tratado não se ajustava a realidade territorial do continente. Ou seja, não havia o conhecimento dos aspectos sociais e físicos do território, o que impossibilitou a efetivação do tratado. Assim, conforme foi ocorrendo à ocupação territorial às fronteiras foram se moldando de acordo com as necessidades, expectativas e desejos dos grupos com maior capacidade de definir os contornos do território.

Os movimentos bandeirante e entradista foram essenciais para a expansão territorial portuguesa. Isso porque, a partir deles, os bandeirantes e entradistas foram penetrando cada vez mais no continente, expandindo assim as fronteiras da colônia. Sabe-se que no início, esses movimentos não possuíam apoio da Coroa Portuguesa, sendo os “paulistas” mal vistos, já que não obedeciam as regras lusitanas. Porém, a descoberta de ouro em Minas Gerais e, posteriormente, em Goiás e Mato Grosso mudou esse contexto, e a metrópole começa a incentivar a ocupação desses territórios. É nesse momento que a Coroa adota uma política de consolidação dos territórios ocupados pelos bandeirantes, entradistas e monçoeiros. Para que isso fosse possível, a o governo português desmembra de São Paulo os territórios de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, transformando-os em capitanias. Também incentiva a criação de novas vilas e arraiais, que têm como objetivo a ocupação e consolidação dos territórios recém-conquistados. Constroem-se fortes e igrejas, e instalam-se instituições que representam o Estado, como forma de defesa desses territórios.

A conquista do território amazônico, por sua vez, também teve suas particularidades, já que os primeiros a navegarem pelos grandes rios amazônicos foram os espanhóis. Porém, com a descoberta de ricas minas de prata em Potosi, a Coroa da Espanha se concentra apenas nessa região, enquanto os portugueses foram cada vez mais expandindo suas fronteiras pela floresta amazônica. A expansão das fronteiras amazônica também se explica pelo boom da borracha, que ocorreu entre o final do século XIX e início do século XX e foi a responsável pela expansão da Capitania do Pará, pela ocupação da região amazônica do Acre. O caso do Acre, por sua vez, representou um importante capítulo na construção geo-histórica das

fronteiras brasileiras, visto que esse território era da Bolívia. Com o aumento da atividade de extração do látex, os brasileiros ocuparam a região e as autoridades brasileiras tiveram que tomar as providências para incorporar esse território ao Brasil. Para isso foi necessário à habilidade do diplomata Barão do Rio Branco, que conseguiu expandir essas fronteiras do Brasil sem que ocorresse uma guerra.

As fronteiras da região sul, assim como as fronteiras oeste, se expandiram graças à atividade bandeirante, que foi ocupando cada vez mais territórios para o Brasil. Porém, o que consolidou a ocupação da região sul foi, principalmente, a atividade de criação de gado. Essa atividade ajuda na integração do território na medida em que serve de suporte às Capitâneas provendo carne e couro para a mão de obra necessária à exploração do ouro

A consolidação das fronteiras brasileiras se completa nos séculos XIX e XX, a partir de tratados internacionais. Criaram-se princípios diplomáticos que regeram as negociações e, a partir do empenho brasileiro, conseguiu-se negociar com todos os vizinhos acordos que sofreram alguns ajustes posteriormente. Os acordos ocorreram bem a partir de uma arbitragem internacional ou através de uma negociação direta. Considera-se que apenas o tratado entre o Brasil e a Guiana Inglesa resultou em perdas territoriais para o Brasil. Assim, todos os outros limites estabelecidos foram favoráveis aos interesses brasileiros, pelo qual os países contíguos consideram que o Brasil se aproveitou de sua posição econômica no continente para impor seus interesses fronteiriços. Por outro lado, como o princípio utilizado para a definição dos limites brasileiros foi o *uti possidetis*, deduz-se que as fronteiras brasileiras são um reflexo da ocupação territorial “de fato”. Porém, os tratados negociados no período imperial e republicano sofreram poucas mudanças desde então. Percebe-se que a consolidação das fronteiras brasileiras foi realizada de maneira coerente nos tratados, tendo sido importantíssimas estas negociações nesse período.

Foi assim que procuramos indagar esses aspectos para compor um quadro compreensivo do desenvolvimento das fronteiras no território brasileiro, a partir de uma visão geo-histórica. Comprovamos que tal abordagem é essencial para a melhor compreensão de processos da geografia política, tais como os abordados nesta pesquisa. É importante ressaltar que ela é introdutória, e, que portanto pode ser objeto de futuros estudos acadêmicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de. **Atlas histórico escolar**. Rio de Janeiro: Fundação Nacional do Material Escolar, 1959. 124 p.

AMORIM, Marcos Lourenço de. A presença indígena nas rotas bandeirantes e nas monções. **MONÇÕES Revista do Curso de História da UFMS/CPCX**, v. 2, n. 2, 2015. anuel Correia de. **A Questão do Território no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2004. 135 p.

BORGES, Graça Almeida. Entre a Diplomacia e a Cartografia: O "Tratado" de Francisco de Seixas e a Soberania Portuguesa na América. In: MOTTA, Marcia; SERRÃO, José Vicente; MACHADO, Marina. **Em Terras Lusas: Conflitos e Fronteiras no Império Português**. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013. Cap. 2. p. 55-80.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822)**. In: Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, São Paulo, 2007.

BUENO, Eduardo. **Brasil: Uma história em contrução: Cinco séculos de um país em construção**. São Paulo: Leya, 2010. 480 p.

CARDÃO, Marcos. "Complexo de épico". As fronteiras culturais que Gilberto Freyre criou. In: MOTTA, Marcia; SERRÃO, José Vicente; MACHADO, Marina. **Em Terras Lusas: Conflitos e Fronteiras no Império Português**. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013. Cap. 6. p. 173-193.

CHAVES, Otávio Ribeiro. América portuguesa: do Tratado de Madri ao Tratado de Santo Ildefonso. **Revista Territórios & Fronteiras**, v. 7, n. 2, p. 218-234, 2015. Disponível em: <http://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:FSmJz_TyKr8J:scholar.google.com/+tratado+de+ildefonso&hl=pt-BR&as_sdt=1,5&as_vis=1>. Acesso realizado em 5 de junho de 2015.

CINTRA, Jorge Pimentel. Reconstruindo o mapa das capitanias hereditárias. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 21, n. 2, p. 11-45, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-47142013000200002&script=sci_arttext>. Acesso em: 13 de maio de 2015.

COSTA, Everaldo Batista da. **A dialética da construção destrutiva na consagração do patrimônio mundial: o caso de Diamantina (MG)**. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-05022009-150209/>>. Acesso em: 20 de maio de 2015.

COSTA, Paulo Sergio Monteiro da; VLACH, Vânia Rubia Farias. **Brasil: Geopolítica De Expansão Territorial, Poder Perceptível E Consolidação Do Território**. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 2011. Disponível em: <<http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal11/Geografiasocioeconomica/Geopolitica/04.pdf>>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2015.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia política e geopolítica: discursos sobre o território e o poder**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2008. 349 p. ; ISBN 9788531410741. p. 280 a 285

DINIZ, José Nilo Bezerra. Representações do Tietê na historiografia paulista. **Revista Latino-Americana de História**, v. 2, n. 8, p. 126-140, 2013. Disponível em: <<http://projeto.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/viewArticle/133>>. Acesso em: 20 de março de 2015.

ELDEN, Stuart (2010) 'Thinking territory historically.', *Geopolitics.*, 15 (4). pp. 757-761. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14650041003717517#.VD8SwPnF_2M>. Acesso em: 10 de outubro de 2014.

GADELHA, Regina Maria A. Fonseca. Conquista e ocupação da Amazônia: a fronteira Norte do Brasil. **Estudos Avançados**, v. 16, n. 45, p. 63-80, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142002000200005&script=sci_arttext>. Acesso em: 28 de abril de 2015.

GARCIA, Domingos Sávio da Cunha. *Território e Negócios na "Era dos Impérios": Os belgas na fronteira Oeste do Brasil*. Tese de Doutorado, Campinas: IE/Unicamp, 2005.

GOES FILHO, Synesio Sampaio. **As fronteiras do Brasil**. Brasília: Fund A De Gusmao 2013. Brasília : FUNAG, 2013.

GOES FILHO, Synesio Sampaio. **Navegantes, bandeirantes, diplomatas: Aspectos da descoberta do continente, da penetração do território brasileiro extra-tordesilhas e do etc**. Brasília: Fund A De Gusmao 1991. 198 p. (Coleção Relações Internacionais 11)

JÚNIOR, Alfredo Ellis. Bandeiras e entradas. **Revista de História**, v. 1, n. 2, p. 167-171, 1950. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/download/34832/37570>. Acesso em: 16 de março de 2015.

KANTOR, Iris. Usos diplomáticos da ilha-Brasil. **Revista Varia Historia**, v. 23, n. 37, p. 70-80, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v23n37/v23n37a05.pdf>>. Acesso em: 20 de maio de 2015.

LEMES, F. L. Goiás na arquitetura geopolítica da América Portuguesa. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, Vol. 19, n. 35, p. 185-209, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/tempo/site/wp-content/uploads/2013/12/v19n35a11.pdf>>. Acesso em: 29 de maio de 2015.

LUCIDIO, João António Botelho. **A Ocidente do Imenso Brasil: as conquistas dos rios Paraguai e Guaporé (1680-1750)**. 2013.

MACHADO, Lia Osório. Limites e fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. **Revista território**, v. 8, p. 9-29, 2000. Disponível em: <http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/08_6_lia_osorio.pdf>. Acesso em: 16 de abril de 2015.

MACHADO, Marina Monteiro. Duas Gerações de Caminhos Pelos Sertões: Fernão Dias Paes e Garcia Rodrigues Paes. In: MOTTA, Marcia; SERRÃO, José Vicente; MACHADO,

Marina. **Em Terras Lusas: Conflitos e Fronteiras no Império Português**. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013. Cap. 1. p. 23-53.

MAGNOLI, Demétrio. O Estado em busca do seu Território. *Terra Brasilis*. 2003. Posto online no dia 05 Novembro 2012. Disponível em: < <http://terrabilis.revues.org/343>>. Acesso realizado em: 5 de junho de 2015.

MALULY, Vinicius Sodré. **A rede urbana colonial de Goyas: feições e relações**. 2015. Monografia (Graduação em Geografia) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: < <http://bdm.unb.br/handle/10483/9853>>. Acesso em: 20 de maio de 2015.

MARANHÃO, Ricardo; KEATING, Vallandro il. **Caminhos da conquista: a formação do espaço brasileiro**. São Paulo: Terceiro nome, 2008. 237 p. ISBN 9788578160197

MARTIN, Andre Roberto. **Fronteiras e nacoes**. Sao paulo: Contexto, 1994.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Bases da Formação Territorial do Brasil: O território colonial brasileiro no "longo" século XVI**. São Paulo: Hucitec, 2000. 431 p.

MORAES, Antonio Carlos Robert. O Sertão. Um “outro” geográfico. **Terra Brasilis (Nova Série). Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica**, n. 4-5, 2003. Disponível em: <<http://terrabilis.revues.org/341>>. Acesso em: 15 de maio de 2015.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e história no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2005. 154 p. ; ISBN 8574195472

MOTTA, Marcia; SERRÃO, José Vicente; MACHADO, Marina. **Em Terras Lusas: Conflitos e Fronteiras no Império Português**. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013. Cap. 1. p. 23-53.

NEWMAN, David; Chapter: Boundaries. In: **A companion to Political Geography**. Blackwell Publishing Ltd, p. 123 a 137.

NOGUEIRA, Carlo Eugênio. A conquista do Brasil Central: fronteiras e frentes pioneiras no século XIX. **Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, n. 16, p. 9, 2012. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4821671>>. Acessado em: 27 de janeiro de 2015.

OLIVEN, Ruben George. O Rio Grande do Sul e o Brasil: uma relação controvertida. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 3, n. 9, p. 5-14, 1989. Disponível em: < http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_09/rbcs09_01.htm>. Acesso realizado em: 23 de maio de 2015.

PRADO, Fabrício Pereira. Colônia do Sacramento: a situação na fronteira platina no século XVIII. **Horizontes antropológicos**, v. 9, n. 19, p. 79-104, 2003. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832003000100004&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso realizado em: 23 de maio de 2015.

PEREGALLI, Enrique. **Como o brasil ficou assim? formacao das fronteiras e tratados dos limites**. 2. ed. Sao paulo: Global, 1984. 96 p. (Historia popular;0009)

POMBO, Nívia. Unidade Política e Territorial nos Projetos de D. Rodrigo de Souza Coutinho. In: MOTTA, Marcia; SERRÃO, José Vicente; MACHADO, Marina. **Em Terras Lusas: Conflitos e Fronteiras no Império Português**. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013. Cap. 3. p. 81-103.

POSSAMAI, Paulo César. A fundação da Colônia do Sacramento. **Mneme-Revista de Humanidades**, v. 5, n. 12, 2010. Disponível em: <<http://fortalezas.org/midias/arquivos/1966.pdf>>. Acesso realizado em: 22 de maio de 2015.

SAMPAIO, Patrícia Melo. Amazônia: fronteiras, identidades e história. **Ciência e Cultura**, v. 61, n. 3, p. 26-29, 2009. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252009000300011&script=sci_arttext>. Acesso em: 6 de junho de 2015.

SOARES, Álvaro Teixeira. **As história da formação das fronteiras do Brasil**. Rio de Janeiro: Cons Fed Cult, 1972. 399 p.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. **História da cidade de São Paulo**. Google, Inc., 1953. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books/reader?id=cXlcAAAAQBAJ&lr=&hl=pt-BR&printsec=frontcover&output=reader&pg=GBS.PP3>>. Acesso em: 20 de março de 2015.